



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA - PRESENCIAL - CAMPUS DE PATU

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com base no art. 24 da Resolução nº 026/2017 - Consepe/Uern, HOMOLOGA os ajustes no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia (33862851), Grau Acadêmico Licenciatura, Modalidade Presencial, do Campus de Patu, conforme Processo SEI nº 04410223.000032/2025-31, aprovado pela Resolução nº 053/2021 - Consepe/Uern, de 06 de outubro de 2021, para efeito de implementação institucional.

Mossoró/RN, 02 de junho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Abreu de Oliveira, Pró-Reitor(a) de Ensino de Graduação**, em 02/06/2025, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **34122563** e o código CRC **D8B0F4A3**.

DEPARTAMENTO DE
EDUCAÇÃO
www.uern.br



PROJETO PEDAGÓGICO

PEDAGOGIA/LICENCIATURA/PRESENCIAL

Patu/RN
2025

Reitora

Prof^a. Dr^a Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Prof. Dr. Francisco Dantas de Medeiros Neto

Chefe de Gabinete

Prof. Dr. Lauro Gurgel de Brito

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Prof^a. M^a. Fernanda Abreu de Oliveira

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof^a. Dr^a. Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Me. Esdras Marchezan Sales

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

TNM Esp. Ana Angélica do Nascimento Nogueira

Pró-Reitora de Administração

Prof^a. Dr^a. Simone Gurgel de Brito

Pró-reitora de Planejamento, Orçamento e Finanças

Prof^a. Dr^a. Fátima Raquel Rosado Moraes

CAMPUS AVANÇADO DE PATU – CAP

Diretora

Profª. Drª. Cláudia Maria Felício Ferreira Tomé

Vice-Diretor

Profº. Me. Benedito Manoel do Nascimento Costa

Departamento de Educação – DE

Chefe do Departamento

Profª. Drª. Francisca Edilma Braga Soares Aureliano

Subchefe do Departamento

Profª. Ma. Soraya Nunes dos Santos Pereira

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Portaria SEI nº 65, de 20 de fevereiro de 2024

Profª. Drª. Joseane Abílio de Sousa Ferreira - Coordenadora

Profª. Drª. Francisca Edilma Braga Soares Aureliano

Profª. Drº Iure Coutre Gurgel

Profª. Drª. Kamila Costa de Sousa

Profª. Ma. Soraya Nunes dos Santos Pereira

RESOLUÇÃO N.º 053/2021 - CONSEPE

Abril/2025

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Dados de criação/Atos autorizativos.....	8
Quadro 02 - Estrutura da organização curricular	35
Quadro 03 - Área 1/ Eixo 1/ Grupo I: conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.....	36
Quadro 04 - Área 2/ Eixo 2/ Grupo II: aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas.....	37
Quadro 05 - Área 3/Eixo 3/Grupo III: Prática pedagógica.....	38
Quadro 06 - Lista dos Componentes Curriculares com as respectivas cargas horárias (teórica, prática (laboratório) e de orientação)	40
Quadro 07 - Carga horária de estágio supervisionado obrigatório.....	45
Quadro 08 - carga horária do TCC/Monografia.....	47
Quadro 09 - Descrição das atividades complementares.....	48
Quadro 10 - Lista das UCE.....	51
Quadro 11 - Especificação das Disciplinas Optativas.....	55
Quadro 12 - Lista das equivalências.....	55
Quadro 13 - Equivalência dos Componentes Curriculares da Matriz Curricular de Pedagogia com as componentes de outros cursos do CAPF/UERN.....	59
Quadro 14 - Lista de Docentes, titulação e respectivo regime de trabalho	136
Quadro 15 - Lista de Técnicos e titulação.....	137
Quadro 16 - Lista de Docentes/técnicos, titulação e previsão de afastamento para capacitação	139
Quadro 17 - Membros do NEED.....	151
Quadro 18 - Pesquisas coordenadas pelo NEED	152
Quadro 19 - Linhas de pesquisa do GEPPE.....	154
Quadro 20 - Pesquisas concluídas e em andamento no grupo GEPPE nos últimos 05 anos.....	155
Quadro 21 - linhas de pesquisa do grupo FORMEPE	158
Quadro 22 - Pesquisas concluídas e em andamento nos últimos 05 anos no grupo FORMEP	159
Quadro 23 - egressos do PARFOR Pedagogia CAPF/UERN.....	164
Quadro 24 - total de envolvidos nos programas formativos nos últimos 5 anos	165

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	7
2 IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO	7
Fonte: NDE/Pedagogia/CAPF/UERN.....	8
3 HISTÓRICO DO CURSO	8
4 OBJETIVOS DO CURSO.....	18
5 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO	20
6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	25
7 PRINCÍPIOS FORMATIVOS	27
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	33
8.1 COMPONENTES CURRICULARES.....	35
8.2 PRÁTICA DO COMPONENTE CURRICULAR.....	39
8.3 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO.....	41
8.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	46
8.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	47
8.6 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO	50
9 MATRIZ CURRICULAR	51
10 EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES	55
11 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	60
11.1 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS	60
11.2 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	110
11.3 EMENTÁRIO DAS UCES	130
12 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	132
13 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS.....	135
13.1 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS.....	135
13.2 RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS.....	137
13.3 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO	138
14 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA	139
14.1 ADMINISTRATIVO	140
14.2 SALAS DE AULA.....	140
14.3 LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS	140
14.4 OUTROS ESPAÇOS	143
15 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO....	143
16 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO	145
16.1 POLÍTICA DE GESTÃO	145

16.2 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO.....	148
16.3 POLÍTICAS DE PESQUISA.....	150
16.4 POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	160
16.5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	162
17 PROGRAMAS FORMATIVOS	164
18 RESULTADOS ESPERADOS.....	166
19 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	167
20 REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO	169
21 OUTROS ELEMENTOS.....	191
REFERÊNCIAS.....	192

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição Mantenedora

Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN

Rua Almino Afonso, 478 – Centro

CEP.: 59.610-210 – Mossoró – RN

Fone: (84) 3315-2148 **Fax:** (84) 3315-2108

E-mail: reitoria@uern.br

Presidente: Profª. Drª. Cicília Raquel Maia Leite

Espécie Societária: Não Lucrativa

Instituição Mantida

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

CNPJ: 08.258.295/0001

Campus Universitário

BR 110, Km 46, Av. Prof. Antônio Campos s/n

Bairro Costa e Silva

CEP: 59625-620 - Mossoró-RN

Fone: (84) 3315-2175 **Fax:** (84) 3315-2175

Home Page: www.uern.br **e-mail:** reitoria@uern.br

Dirigente: Profª. Drª. Cicília Raquel Maia Leite

Ato de credenciamento: Portaria nº 874/MEC, de 17/06/1993

Ato de credenciamento: Decreto Nº 32.999, de 28 de Setembro de 2023

2 IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO

Denominação do curso: Pedagogia

Código e-MEC: 18410

Grau acadêmico: Licenciatura

Campus e Município de andamento do curso: *Campus* Avançado de Patu

Área de conhecimento do curso: Ciências Humanas e Sociais

Classificação Cine Brasil: Área geral: Educação; área específica: Educação; área detalhada: Formação de professores sem áreas específicas; rótulo: Pedagogia

Modalidade: Presencial

Unidade responsável: *Campus* Avançado de Patu

Departamento acadêmico: Departamento de Educação

Endereço: : Avenida Lauro Maia, 792 – Estação - CEP 59.770-000 - Patu/RN

Telefone: (84) 3361-2461- **Fax:** (84) 3361-2209

E-mail: de_patu@uern.br

Website do curso: <https://portal.uern.br/patu/de/>

Data de Início de Funcionamento: 05 de março de 1981

Carga horária total: 3.515 horas

Tempo médio de integralização curricular: 04 anos (Art. 53, RCG)

Tempo máximo de integralização curricular: 06 anos (Art. 53, RCG)

Tipo de oferta do curso: Anual

Número de vagas por semestre/ano: 46

Turno de funcionamento: Noturno

Número máximo de alunos por turma: 50 alunos

Forma de Ingresso no Curso: Processo Seletivo de Vagas Iniciais – PSVI por meio do Sistema de seleção Unificada (SISU)

Processo Seletivo de Vagas Não Iniciais Disponíveis (PSVNID) Transferência Compulsório

Processo Seletivo de Vagas Ociosas -PSVO

Quadro 01 - Dados de criação/Atos autorizativos

Ato de Autorização/Criação:	Resolução 126/66 CEE, de 16/11/1966
Ato de reconhecimento	Decreto Federal: 72.263/73 de 15/05/1973
Ato de renovação de reconhecimento 1	Decreto 24.805, de 11 de novembro de 2014
	Parecer nº 050/2014 - CEE/CES/RN
Ato de renovação de reconhecimento 2	Decreto nº 29.764, de 16 de junho de 2020
	Parecer nº 06/2020/CES/CEE-RN

Fonte: NDE/Pedagogia/CAP/UERN

3 HISTÓRICO DO CURSO

O curso de Pedagogia do Campus Avançado de Patu (CAP) foi criado pelo Decreto Municipal n. 176/1980, de 04 de setembro de 1980. Mas as aulas da primeira turma só iniciaram em maio de 1980. O curso foi fundado junto com o Campus Avançado de Patu e naquela época o município contava apenas com 04 profissionais licenciados em Pedagogia, não ultrapassando o total de 26 licenciados em toda a área de abrangência do Campus, incluindo-se os municípios do vizinho Estado da Paraíba. Essa carência de profissionais qualificados na área de educação, numa região com elevado índice de analfabetos e crianças que não chegavam a concluir a primeira etapa do Ensino Fundamental, motivou os idealizadores do projeto a optarem por um curso de Licenciatura em Pedagogia, com o intuito de suprir a necessidade local para a área de Educação.

Em 1984 ocorreu a conclusão da primeira turma de Pedagogos, ou seja, o CAP entregava à comunidade 33 profissionais com a Habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino de 2º Grau. Após as várias mudanças na legislação do currículo, atualmente o curso forma o pedagogo para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na gestão dos processos não escolares.

Em seus 40 (quarenta) anos de existência, o Campus Avançado de Patu já entregou à comunidade uma média de 390 profissionais licenciados em Pedagogia, configurando-se, assim, como uma instituição com relevantes serviços prestados à região do Médio-Oeste Potiguar e ao vizinho Estado da Paraíba. Com base nos dados atuais, referentes ao semestre 2020.1, o curso de Pedagogia do CAP/UERN tem 162 alunos matriculados.

No Departamento de Educação do Campus Avançado de Patu é constituído por 3 professores doutores e 3 professores mestres que fazem parte do quadro efetivo que atuam no ensino, pesquisa e extensão. Estes dentre outros profissionais de instituições externas estão vinculados ao grupo de Pesquisa Formação Currículo e Ensino (FORMACE).

4 OBJETIVOS DO CURSO

GERAL:

Formar pedagogos para atuarem na docência da Educação Infantil; dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – e suas modalidades de ensino; e na gestão dos processos educativos, em espaços escolares e não escolares que impliquem o trabalho pedagógico que priorize o desenvolvimento das competências para ensinar e aprender.

ESPECÍFICOS:

1 - Estabelecer diálogo entre a área pedagógica e as demais áreas de conhecimento, com o propósito de favorecer o planejamento, a execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades, projetos e experiências educativas próprias da atuação do pedagogo;

2 - Desenvolver o processo de compreensão sobre a criança, o jovem e o adulto inseridos no contexto social e cultural, de forma a contribuir para seu desenvolvimento humano nas dimensões física, psicológica, intelectual, ética, cultural, social, dentre outras;

3 -- Estimular o comprometimento com a ética e a organização democrática da sociedade, com a finalidade de desenvolver estratégias interventivas frente aos problemas socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade de ensino e medidas que visem à superação da exclusão social;

4 - Orientar o desenvolvimento de metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação de maneira a beneficiar a produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional;

5 - Estabelecer parcerias com os sistemas de ensino públicos e demais entidades educativas para articular a formação inicial à formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica, no intuito de instituir políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento profissional dos professores;

6 -Propiciar uma formação do pedagogo por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, compreendendo a apropriação e a produção do conhecimento inerentes

à natureza das práticas educativas escolares e não-escolares.

5 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

Definir o perfil do profissional que pretendemos formar no Curso de Pedagogia do CAP/UERN requer, entre outros aspectos, a consideração dos mais de 30 anos de debates e de lutas em função da superação dos desafios educacionais brasileiros, conforme as iniciativas desenvolvidas no País. Neste sentido, não se pode negligenciar, por exemplo, a contribuição da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE, 2007) e do Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR, 2007). Assim sendo, o presente Projeto Pedagógico busca fundamentação, por um lado, nas formulações das referidas entidades e, por outro, nas elaborações oriundas do campo da pesquisa educacional, principalmente no que diz respeito à prática docente, em especial na escola, mas também em outros espaços onde a prática educativa se faz necessária e se realiza como práxis.

A base epistemológica constituída por tais contribuições subsidia, inicialmente, à delimitação dos conceitos no sentido de compreender o campo educativo de forma cientificamente orientada e, em seguida, norteia a descrição do tipo de profissional apto a desempenhar as atribuições inerentes ao aludido campo. Portanto, tem-se em perspectiva uma dupla dimensão: teórica e prática, como manifestação da ação pedagógica. Desta maneira, ao concebermos a Pedagogia como esfera do conhecimento que define conceptualmente o processo educacional estamos em acordo com os seguintes instrumentos normativos do Conselho Nacional de Educação (CNE): os Pareceres nº. 05, de 2005, nº 01, de 2006, a Resolução nº 01, de 2006; a Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018 e a Resolução nº 02 de 20 de dezembro de 2019.

Todos estes documentos, ao tratarem do saber-fazer do profissional da Pedagogia, realçam a sua atividade como uma construção pensada em função dos contextos de interação entre os seres humanos no seu processo de socialização. Como consequência, a formação, seja em caráter inicial e continuada, deve habilitar o pedagogo para atuar na diversidade de instituições onde ocorram interações, sendo a escola a de maior relevo entre elas, mas também considerando as indústrias, os hospitais e/ou clínicas, tribunais e outros espaços quaisquer em

que se necessite da intervenção educacional.

Sendo, pois, a teoria e a prática duas dimensões integradas e inseparáveis no contexto que se acaba de mencionar (e não só), há de se compreender o ato educativo como práxis marcadamente intencional e que se consubstancia através de um fazer profissional que, para ser efetivo em seus propósitos, demanda diálogo e atenção à autonomia/emancipação dos sujeitos envolvidos, como condição para que eles se expressem genuinamente.

De acordo com o artigo 4.º da Resolução n.º 01, de 2006, do CNE, que define a finalidade do Curso de Pedagogia e, conseqüentemente, as competências profissionais que deverão ser propiciadas ao formando, o perfil do egresso deve atestar a sua capacidade de exercitar, de forma integrada e indissociável, à docência, a gestão dos processos educativos escolares e não-escolares, bem como a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico. Nesse documento, é afirmado que:

Art. 4.º - O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da educação;
- Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
- Produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (BRASIL, 2006, p. 02).

Como se pode perceber, a Resolução coloca em evidência alguns elementos essenciais a serem considerados na elaboração de uma proposta como a presente. Assim, este Projeto

concebe a formação do licenciado em Pedagogia como uma ação direcionada pelo trabalho pedagógico, realizado tanto nos espaços escolares como nos espaços não-escolares, tendo como referência, à docência. Ao mesmo tempo, leva em conta que o processo pedagógico é construído a partir de relações sociais, étnico-raciais e produtivas que exercem influência sobre os conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia. Isto implica dizer, em conformidade com o Parecer do CNE, que:

A docência, tanto em processos educativos escolares como não-escolares, não se confunde com a utilização de métodos e técnicas pretensamente pedagógicos, descolados de realidades históricas específicas. Constitui-se na confluência de conhecimentos oriundos de diferentes tradições culturais e das ciências, bem como de valores, posturas e atitudes éticas, de manifestações estéticas, lúdicas, laborais (Parecer CNE/CP n.º 05/2005, p. 7).

Portanto, o sentido da docência —se articula à ideia de —trabalho pedagógicoll, a ser desenvolvido em espaços escolares e não-escolaresll (AGUIAR et ali, 2006, p. 830). Por isso, a formação do Pedagogo na UERN terá como foco principal a práxis.

Isto se justifica porque a noção de práxis, como ação e reflexão do ser —no sendoll, põe em destaque as finalidades do trabalho a ser realizado pelo Pedagogo, as quais visam à mediação para a construção reflexiva de saberes (cf. THERRIEN, 1997). Desse modo, a formação é considerada como processo de aprendizagem de uma função eminentemente profissional e que buscará fomentar a compreensão no formando, em seu fazer, da ação pedagógica como uma construção permanente tendo em vista a emancipação social e a autonomia profissional. Logo:

Para a formação do licenciado em Pedagogia é central o conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social e formativa de promover, com equidade, educação para e na cidadania. (...) Também é central, para essa formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas

educativas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortalecem ou enfraquecem identidades, reproduzem ou criam novas relações de poder (...). Finalmente, é central a participação na gestão de processos educativos, na organização e funcionamento de sistemas e de instituições de ensino, com a perspectiva de uma organização democrática, em que a co-responsabilidade e a colaboração são os constituintes maiores das relações de trabalho e do poder coletivo e institucional, com vistas a garantir iguais direitos, reconhecimento e valorização das diferentes dimensões que compõem a diversidade da sociedade, assegurando comunicação, discussão, crítica, propostas dos diferentes segmentos das instituições educacionais escolares e não-escolares (BRASIL, CNE/CP n.º 05/2005, p. 6).

Nesta direção, aspiramos à formação de um profissional que seja capaz de dominar esses saberes acima referidos e que possa transformá-los, reconfigurando-os a cada contexto em que suas funções sejam requisitadas, sempre por meio de uma postura ética, a qual deverá ser a sustentação da sua práxis. Assim, —o domínio de saberesll,—a transformação de saberesll e—a atuação éticall constituir-se-ão elementos essenciais no processo de uma formação de qualidade desse profissional no âmbito da UERN, haja vista a busca pelo desenvolvimento consciente da ação e da reflexão sobre a realidade educativa.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UERN(FERNANDES,2016, p.24 estabelece que é sua missão:

[...] promover a formação de profissionais competentes, críticos e criativos, para o exercício da cidadania, além de produzir e difundir conhecimentos científicos, técnicos e culturais que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região e do País.

Nesse sentido, o perfil do pedagogo não poderia distanciar-se desta missão posto que durante todo o percurso de sua formação, o foco do curso de Pedagogia do CAP é trazer e contribuir para o desenvolvimento da região na qual ele está inserido. Vale salientar, tal como exposto anteriormente, este campus atinge não tão somente o Estado do Rio Grande do Norte, mas também a Paraíba.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da

Educação Básica - BNC-Formação (BRASIL, 2019, p. 03) não define um perfil do profissional do Pedagogo como está descrito no Parecer CNE/CP n.º 05/2005 que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, mas sim um elenco de 10 competências gerais a ser adquiridas pelo licenciando, as quais estão descritas a seguir:

Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.

Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.

Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.

Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.

Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores. (BRASIL, 2019, p.13).

Buscando atender esses instrumentos normativos postos na legislação educacional, definimos como princípios da formação do pedagogo do curso de pedagogia do CAP/UERN, tais como: relação teoria-prática; compromisso público de estado; democracia; regime de colaboração; contextualização; interdisciplinaridade; equidade; atualização e aperfeiçoamento, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A maioria desses princípios está em consonância com o Regulamento dos Cursos de Graduação (RCG) instituído pela Resolução Nº 26/2017 – CONSEPE (UERN, 2017). A partir desses princípios determina-se a qualidade da formação do Pedagogo na UERN ao mesmo tempo em que reafirma o compromisso social desta instituição, conforme garantido em seu PDI

(FERNANDES, 2016). Neste sentido, buscaremos ainda tomar como base a intencionalidade presente nos espaços educativos onde atuará o futuro Pedagogo, a fim de estabelecer, com ele e com os atores que compõem esses espaços, a construção e o aprofundamento de uma compreensão sobre o agir educativo, tal como sugerem as próprias DCN/Pedagogia e a Resolução nº 02 de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019).

Assim sendo, ao tentar estabelecer um significado entre o que aprenderá no curso de Pedagogia e o que fará dentro e fora da escola, o Pedagogo deverá ser capaz de ressignificar essa aprendizagem em função de sua atividade junto aos outros sujeitos com os quais estabelecerá uma relação profissional e educativa. Esperamos desse modo, que tal ressignificação tenda a ser influenciada pela diferença entre as lógicas da prática, com suas

relações e sentimentos, e as lógicas controladoras das técnicas e planos educacionais. Por isso, o Curso deverá também promover uma reflexão sobre a condição ética do profissional da Pedagogia, sobre o que o move para sua atividade e em quais condições ele irá desenvolvê-la.

Isto se justifica porque o direcionamento dado aos processos de gestão pedagógica e de ensino-aprendizagem, ao abarcar tomadas de decisões e intervenções de caráter político-ideológico, é suscetível de afetar a concepção de vida e de mundo dos sujeitos neles envolvidos (cf. THERRIEN & THERRIEN, 2000; THERRIEN, LOIOLA E MAMEDE,

2004). Importa, portanto, ter em atenção que a tríplice relação com o saber que buscamos operacionalizar – —o domínio de saberes, a transformação de saberes e a atuação ética – tece as características eminentemente profissionais do trabalho do Pedagogo, sistematizadas como se segue:

Atuação na docência da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e suas diversas modalidades de ensino, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino;

Empreendimento da pesquisa científica, principalmente nas áreas básicas de sua formação, docência, gestão educacional e áreas correlatas, incorporando, criativa e coletivamente, os

produtos desse processo reflexivo em outras instâncias sociais onde a educação ocorra;

Atuação no âmbito da Gestão Educacional, de modo a subsidiar os Sistemas de Ensino no que concerne ao planejamento, coordenação, organização, avaliação e implementação de programas e projetos educativos, mediante as demandas dos contextos locais;

Atuação na articulação entre a escola e a sociedade, analisando e executando projetos educativos advindos das parcerias com Sistemas de Ensino, Empresas, Escolas e outras instituições.

Diante da delimitação destas atribuições, torna-se mais evidente a configuração da Pedagogia como a ciência da educação, haja vista seu alcance extrapolar o universo escolar. Assim, seu objeto de estudo aponta para as práticas educativas, delineadas a partir das relações com o aprender e o saber, bem como com o contexto sócio histórico no qual a educação está envolvida. Portanto, o Curso de Licenciatura em Pedagogia do CAP/ UERN tem como meta formar o Pedagogo de modo integral para atuar na docência da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e suas modalidades de ensino, bem como na gestão dos processos educativos, escolares e não-escolares, e na produção e difusão do conhecimento do

campo educacional.

Para atuar nos mais diferentes espaços e momentos da prática educativa, sejam estes formais ou não-formais, a experiência do Pedagogo deve se tornar sempre uma referência para a reflexão. Em outras palavras, e como já assinalado, esperamos que a prática desse profissional não esteja dissociada da teoria e, por isso, deverá ser práxis.

Enfim, o perfil do Pedagogo a ser formado pelo CAP/UERN requer que ele esteja habilitado para tratar das demandas da atuação docente, dos desafios postos pela prática educativa em diferentes contextos e da gestão educacional.

3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Em conformidade com a Resolução nº 02 de 20 de dezembro de 2019 que trata da BNC-Formação (BRASIL, 2019) egresso dos Cursos de licenciatura, devem desenvolver competências gerais, como abordadas anteriormente, e para isso, precisa se apropriar das competências específicas que estão agrupadas em três dimensões fundamentais: Conhecimento profissional, prática educacional e engajamento profissional.

Competências da dimensão do conhecimento profissional:

- I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e
- IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

Competência da dimensão da prática profissional:

- I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
- III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e
conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

Competências da dimensão do engajamento profissional:

- comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
 - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
 - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e
- IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

Além dessas competências, espera-se que o Pedagogo se aproprie das seguintes habilidades que foram definidas a partir do Art. 5º da Resolução do CNE/CP Nº 01/06 (BRASIL, 2006) que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica -BNC-Formação (BRASIL, 2019):

atuar com ética e compromisso, visando a construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

compreender seu papel no desenvolvimento das aprendizagens dos alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em todas modalidades, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

trabalhar em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos, nas suas relações individuais e coletivas;

aplicar modos de ensinar diferentes linguagens – Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, Digital, Tecnológica, LIBRAS, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças;

relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

promover e facilitar relações de cooperação entre a escola, a família, a comunidade e outras instituições educativas;

identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, gênero, econômicas, culturais, religiosas, políticas, dentre outras;

demonstrar consciência da diversidade e busca pela inclusão respeitar as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, grupos minoritários, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, dentre outras;

atuar na gestão das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas pedagógicos;

participar da gestão das instituições de educação básica em que atuem enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico, considerando os ambientes escolares e não-escolares;

agregar a esses espaços, os ambientes culturais, científicos, e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção do conhecimento;

utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática, envolvendo a discussão e disseminação desses conhecimentos;

proficiência em Língua Portuguesa falada e escrita, leitura, produção e utilização dos diferentes gêneros de textos, bem como a prática de registro e comunicação, levando-se em consideração o domínio da norma culta e as competências dessa subárea do conhecimento que estão expostos na BNCC.

conhecimento da Matemática para instrumentalizar as atividades de conhecimento, produção, interpretação e uso das estatísticas e indicadores educacionais; ou seja, se apropriando das competências dessa área do Conhecimento que estão definidas na BNCC.

compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e da vivência dos estudantes com esse conteúdo;

vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na Educação Básica;

resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos,

e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola;

articulação entre as atividades práticas realizadas na escola e na sala de aula com as que serão efetivadas durante o estágio supervisionado;

vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem;

domínio dos fundamentos da alfabetização e domínio pedagógico dos processos e das aprendizagens envolvidas, com centralidade nos resultados quanto à fluência em leitura, à compreensão de textos e à produção de escrita das crianças, dos jovens e dos adultos;

articulação entre os conteúdos das áreas e os componentes da BNCC-Formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor com o conteúdo a ser aprendido; e

engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais.

PRINCÍPIOS FORMATIVOS

A concepção aqui atribuída a princípios formativos refere-se às proposições básicas que fundamentam a formação do pedagogo, conforme orientado pela Resolução 26/2017 do CONSEPE/UERN de 28 de junho de 2017, em seu Capítulo IV que trata RCG na parte que trata da Organização, as quais servem de alicerce e parâmetro para orientar e inspirar a organização curricular do Curso de Pedagogia, bem como seu processo de implementação e acompanhamento. Assim, estão elencados os princípios formativos, em que a maioria deles estão alinhados com o Art. 10º do RCG (UERN, 2017): 1) Compromisso público de Estado; 2) Democratização; 3) Colaboração; 4) relação teoria e prática; 5) contextualização; 6) interdisciplinaridade; 7) Equidade; 8) Aperfeiçoamento profissional; 9) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

COMPROMISSO PÚBLICO DE ESTADO

O curso de Pedagogia do CAP/UERN tem o compromisso de formar o docente para atuar na Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e na gestão dos processos educativos em espaços escolares e não escolares, compreendendo as modalidades da Educação Básica (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo, Educação indígena, Educação para Comunidades Quilombolas e ribeirinhas, etc) e considerando as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica. A formação inicial se tornou a partir da LDB nº 9.394 de 1996 uma exigência para o professor lecionar na Educação Básica. Essa determinação torna público o compromisso do Estado com a formação de profissionais da Educação.

Para cumprir com esse compromisso, o Estado instituiu em 2009 a Política Nacional de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica, sob a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento de programas de formação inicial e continuada pelo Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009 (BRASIL, 2009). Um dos princípios dessa política é ampliar o número de docentes da Educação Básica pública para conquistar a licenciatura em instituições públicas de ensino superior, preferencialmente na modalidade presencial, podendo ser realizada também, a distância.

A UERN sendo uma instituição pública, faz uma reflexão em seu PDI sobre o caráter público da Universidade ao mesmo tempo em que se ajusta a BNC-Formação (BRASIL, 2019) para atender as exigências também da política nacional de formação e corresponder no

exercício da docência, a prática da BNCC- Educação Básica. Ela faz parte da Rede Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Renafor), assumindo o compromisso quanto à formação inicial. O curso de Pedagogia do CAP/UERN atualiza seu projeto de curso no intuito de adequar seu currículo e suas ações para que tenha condições de pleitear os programas formativos definidos tanto pelo Ministério da Educação, como da Secretaria do Estado ou dos municípios circunvizinhos a Patu-RN que necessitem qualificar seus professores quanto à formação inicial, a exemplo do Plano Nacional de Formação de professores da Educação Básica (PARFOR), ou continuada. Essa última poder ser realizada por cursos de pós-graduação latoe stricto sensu, ou pela extensão por cursos de aperfeiçoamento.

Assim, assumimos junto ao Estado o compromisso público e político com a formação dos

profissionais da educação no intuito de contribuir com a melhoria da qualidade da educação, equalizando as oportunidades de formação inicial e continuada.

DEMOCRATIZAÇÃO

Formar profissionais para o magistério comprometidos com o projeto social, político e ético que contribua para as relações democráticas, inclusivas e que promovam a emancipação dos indivíduos e dos grupos sociais. O formando em Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades que deverá estar pautado em princípios possibilitadores de consolidar o exercício da profissão, dentre os quais se destaca a democratização. Entende-se esse princípio como a possibilidade de oferecer ao formando as condições adequadas para a participação na gestão do processo educativo, considerando-se a compreensão de seu papel como sujeito que se insere numa dada realidade de maneira crítica, participativa e transformadora.

Democratizar o ensino no Curso de Pedagogia não se limita apenas à oferta de vagas. Numa compreensão mais ampla, de acordo com as DCNs/Pedagogia (BRASIL, 2006) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (BRASIL, 2019), direciona-se para a formação de um profissional habilitado e com competência para: o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na2 cidadania; a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigação de interesse da área educacional; a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino e as socioeducativas não-escolares.

A abrangência do documento leva ao entendimento de que o princípio da democratização permite ao formando em Pedagogia compreender a educação em sua dimensão formadora e transformadora, a qual resulta no acesso às possibilidades de desenvolvimento integral do homem, tendo em vista os aspectos individual e social, que encontram na escola lócus de preparação do sujeito que a sociedade tecnológica requer, ou seja, um cidadão crítico, reflexivo e capaz de transformar a realidade.

A competência do professor que se pretende formar deve estar pautada em princípios de

ética democrática que revelem a dignidade humana, a justiça, o respeito mútuo, a participação, a responsabilidade, o diálogo e a solidariedade que permitam ao indivíduo atuar tanto como profissional quanto como cidadão.

Esse entendimento é revelador de que a universidade só tem sentido se ela tiver, efetivamente, uma prática social interventiva na realidade, firmada no compromisso de transformá-la. Na avaliação de Graciani (2006), não há mais sentido para as universidades somente construir grandes teses, num país de analfabetos. Segundo a autora, é preciso atentar para a importância do compromisso social com a formação, com a investigação, para que isso possa realmente se reverter na mudança que a sociedade precisa, pois possibilita conhecer de perto a realidade em que o pedagogo irá atuar.

A formação do pedagogo que atuará nessa sociedade deve estar voltada para a conscientização de que —a escola é uma instituição social que apresenta unidade em seus objetivos (sócio-políticos e pedagógicos), interdependência entre a necessária racionalidade no uso dos recursos (materiais e conceituais) e a coordenação do esforço humano coletivo (LIBÂNEO, 2001, p. 78). Considera-se, então, que a formação do pedagogo não pode divergir dos objetivos básicos da escola e da educação, os quais dizem respeito à construção do conhecimento e ao desenvolvimento de capacidades intelectuais, sociais, éticas e afetivas.

COLABORAÇÃO

Manter parceria com o Ministério da Educação (MEC), instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino para contribuir na efetivação dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. A proposta do governo central é que a formação docente ocorra em Regime de Colaboração entre as demais instâncias federativas. Esse regime está posto na Constituição Federal de 1988, mas esta não apresenta definições das responsabilidades de cada ente federativo.

É apresentado como estratégia que propicia o estabelecimento de relações democráticas pelos entes federados, os quais, teoricamente, são iguais e autônomos, estruturados em bases horizontais e de cooperação. Assim, na constituição de um Estado Federativo devem-se estabelecer relações de interdependência entre os entes federados, segundo as quais,

simultaneamente, ocorre a divisão de responsabilidades e a garantia da integralidade do Estado nacional. Os fundamentos do federalismo dizem respeito à distribuição de competências e de recursos financeiros entre os governos subnacionais diante das disputas entre o nacional, o local e os interesses das elites políticas nesses campos (ARAÚJO, 2010).

A UERN sendo uma instituição de ensino superior que está vinculada a Renafor realiza em colaboração com a União, o PARFOR que é um programa de formação inicial voltado para a formação inicial de professores em caráter emergencial e presencial e o processo formativo é realizado em serviço. O curso de Pedagogia do PARFOR do CAP/UERN segue o currículo do curso normal, assim, o aluno/professor não têm nenhuma perda quanto aos seus processos formativos. Esse projeto ajusta também suas disposições pedagógicas quanto aos cursos de formação continuada que serão realizados por meio da pós-graduação e da extensão em cursos de aperfeiçoamento. Para a efetivação desses cursos, necessitamos da parceria e colaboração da União, do estado e dos municípios da região em que o Campus se insere. Em 2018 encerrou o curso de Pedagogia do PARFOR com a formatura de 19 alunos-professores da Educação Básica, mas o Departamento de Educação está apto para abertura de novas turmas caso o governo federal via CAPES se disponha a realizar uma nova parceria.

A colaboração da UERN é técnica pois não tem autonomia financeira. É uma instituição que necessita da colaboração financeira dos entes federativos para realizar os programas formativos como PARFOR, PIBID, Residência Pedagógica (RESPED), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e demais políticas que emitem o pagamento de bolsas de incentivo aos alunos e professores.

RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA

Garantir um padrão de qualidade na formação docente mediante um ensino que possibilite a articulação entre teoria e a prática, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, mantendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A docência é uma profissão que se aprende desde que se entra na escola pela primeira vez, através da observação do comportamento dos professores. O aluno, quando chega ao processo de formação inicial, leva não somente seus conhecimentos prévios sobre a prática docente, como também uma epistemologia, da qual irá utilizar-se para construir seus

conhecimentos sobre a sua profissão. Neste sentido, —a pretensão de integrar ambos os conhecimentos em um só tipo escolar, ou a de fazer o conhecimento escolar substituir o cotidiano, dificilmente dará resultado, além de ser muito questionável (RODRIGO, 1998, p.235).

Um dos pontos centrais desse debate está em conceber os programas formativos como espaços legítimos das relações sociais e formas de socialização de conhecimentos, desafiando o futuro profissional do ensino, como agente privilegiado na formação dos processos educativos intencionalmente adotados pelas escolas, a rever, de forma reflexiva e crítica, sua práxis docentes, enquanto um dos mecanismos para garantir seu desenvolvimento profissional.

Lucarelli (2001) alerta que a articulação teoria e prática como inovação na formação inicial do professor manifesta-se na prática profissional, bem como em estratégias pedagógicas. Na prática profissional, através da resolução de problemas significativos presentes no cotidiano docente, cujo desafio está em reconhecer determinadas características da profissão em diferentes condições históricas. Isto possibilita identificar e refletir o quanto as práticas pedagógicas —tradicionais— fazem-se ainda presentes no cotidiano, ao mesmo tempo em que se evidenciam a distância, na maioria dos casos, de características pedagógicas que expressam uma atuação docente numa perspectiva mais emergente.

As estratégias pedagógicas para articular teoria e prática emergem de momentos relativos à construção de conhecimentos interdependente, num verdadeiro processo dialético: destaca-se a alternância de espaços dedicados ao tratamento teórico dos temas, com outros onde a análise da realidade e a prática sobre ela também geram reflexões, indagações e questionamentos teóricos.

Requer a inclusão de espaços curriculares e situações de ensino e aprendizagem de maneira que ocorra a —reflexão na ação—, a fim de que se propicie a realização do —prático-reflexivo—, para que o aluno assuma o perfil profissional em função da incerteza que lhe apresentará o futuro na realidade de trabalho e, assim, possa entender a partir de situações diversificadas como pensam os profissionais quando atuam.

Segundo Freire (1979), conhecer os níveis de pensamento dos alunos, suas habilidades, seus sentimentos, pode favorecer um ensino efetivo, uma vez que a praxe resgata seus problemas em torno de temas geradores da sua vida cotidiana (aqui especificamente problemas relacionados ao ensinar e ao aprender) e em função dos estudos acadêmicos, o conteúdo de

ensino é apurado dialogicamente com os alunos, relacionando o epistemológico à realidade.

Nessa perspectiva, a articulação teoria e prática na formação inicial do professor aponta para formas alternativas da didática. Uma simples atividade de exemplificação pode desencadear um significado diferente para os alunos, desde que o conteúdo e o tipo de aprendizagem que se pretende estejam sintonizados com o desenvolvimento de determinadas estruturas do processo de cognição humana (ensinar e aprender conceitos, por exemplo, requer estratégias didáticas diferentes para o ensinar e o aprender procedimentos ou habilidades de estudo): estas estruturas inserem-se em outras mais complexas, como a resolução ou a produção de situações problemas, ou a análise crítica de outras produções, promovendo, assim, situações de aprendizagens mais complexas, que demandam o pensamento crítico e reflexivo do aprendiz.

Esses pontos em comum, que estabelecem a relação teoria e prática relativa ao ensinar e o aprender na universidade, constituem-se enquanto essência deste Curso, uma vez que a Pedagogia é compreendida como a teoria da prática educativa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Inserir os alunos nas instituições de educação básica e as entidades formativas por serem espaços privilegiados de práxis docente e que garante uma melhor articulação entre os conhecimentos científicos e as vivências das práticas. Nesse sentido, o currículo do Curso e sua organização precisam ser repensados de modo a integrar disciplinas, situar saberes e abrir inúmeras possibilidades para a construção efetiva do conhecimento na área.

Ao tomarmos o princípio da contextualização como alvo de nossa reflexão, podemos dizer que ele é o responsável por orientar a organização do currículo na devida adequação dos conteúdos às características regionais e locais onde se desenvolve. Essas características são importantes na medida em que guardam relações com a vida dos formandos, permitindo que o currículo transforme-se em um confronto saudável entre os saberes: tanto os dos estudos básicos quanto os do aprofundamento e diversificação de estudos. Por conseguinte, é a contextualização que nos permitirá pensar o currículo com base em uma ideia distante daquela em que o mundo está organizado pela certeza do conhecimento, pela medida e definição precisa das coisas, fugindo à experiência confusa, vaga e incerta do sujeito humano.

Com base nessa orientação, o princípio da contextualização leva-nos a entender também que o Curso de Pedagogia, ao invés de considerar a docência como um fim, toma-a como base para ampliar o desenvolvimento profissional do pedagogo. Isto se explica pelo fato de que a aprendizagem do sujeito é situada e, por isso, o futuro profissional precisa entender, tal como sugere Oliveira-Formosinho (2007), a pedagogicidade existente tanto nos espaços quanto nos materiais com os quais se irá trabalhar. Afinal, segundo a autora, —esses elementos são importantes para criar uma outra visão da criança e do professor, do ensinar e do aprender!! (p. 23).

Nesse sentido, a escola torna-se para o educador em formação mais que um espaço físico, ela se constituirá em um contexto social no qual circulam metas, memórias, valores e intencionalidades múltiplas. Ora, se a cultura é inseparável do contexto, como nos diz Oliveira-Formosinho (idem), então o segundo (contexto social) funciona como um elemento constituidor do primeiro (espaço físico/escola) e, por isso, torna-se também espaço de formação. Assim sendo, quanto mais relações forem estabelecidas pelo currículo entre os espaços educativos e os futuros educadores, melhores poderão ser vislumbradas as possibilidades de desenvolvimento profissional desses sujeitos. Além da criação desses significados, o princípio da contextualização preocupa-se com o fato de que o formando deve ser capaz de ampliar suas ações para outros espaços que vão além do chão da sala de aula.

INTERDISCIPLINARIDADE

Garantir uma base teórica e interdisciplinar que reflita nas especificidades em que o pedagogo poderá ter acesso no exercício da profissão, assegurando organicidade ao trabalho. A interdisciplinaridade é uma categoria em definição e em processo de elaboração. É complexa e seu entendimento requer que se alicerce nas mais íntimas inter-relações, porque a interdisciplinaridade, como diz Fazenda (1993), é busca, é pesquisa, é comunicação, é síntese.

O enfoque interdisciplinar, compreendido como uma busca da construção de uma visão holística e dialética da realidade — esta vista como dinâmica e em permanente vir a ser, manifesta-se no contexto da educação como uma contribuição para a reflexão e o encaminhamento de solução às dificuldades relacionadas ao ensino e à pesquisa. No campo da pedagogia, Luck (2003, p.59-60) compreende que o enfoque interdisciplinar —emerge da compreensão de que o ensino não é tão somente um problema pedagógico e sim um problema

epistemológico. Este se apresenta como possibilidade de promover a superação da dissociação das experiências escolares entre si, como também delas com a realidade social que é discutida nas universidades.

No campo da produção do conhecimento científico, a interdisciplinaridade é chamada a contribuir para superar a dissociação do conhecimento produzido e para orientar a produção de uma nova ordem de conhecimento. E no ensino constitui uma das condições para a melhoria da sua qualidade, por orientar-se na perspectiva da formação integral do homem. Posto isso, pesquisa e ensino contribuem para que o indivíduo assuma uma postura crítica perante os desafios sociais, por meio de uma abordagem interdisciplinar entre o conhecimento acumulado e as situações do cotidiano.

Desvendar a realidade é, então, o compromisso do pesquisador. Na prática, tal constatação abre espaço para o debate sobre o papel do educador, para além da natureza social de sua profissão, resultante da transformação de sua práxis e dos diversos saberes instituídos. Para tanto, a formação do educador pesquisador depende necessariamente de —saber modificar velhas concepções e procedimentos inadequados que impedem o rigor teórico-prático, desvirtuando as análises dos fenômenos sociais, culturais e políticos (CALAZANS, 2002, p. 60).

Nesta perspectiva, educar e pesquisar ultrapassa a noção de diálogo apenas como instrumento de trabalho. A finalidade do aprendizado é resultado da interação entre as pessoas. Nesse caso, passamos da ideia de ensinar o que se sabe, para descobrir o que não se sabe, de forma a pensar na possibilidade de fazer com que o professor e o aluno convertam-se em aprendizes permanentes. Aqui, professor e aluno partilham da mesma experiência: descobrem e criam o que aprendem.

Há uma necessidade de preparar os alunos para serem produtores e criadores de conhecimentos, de maneira que a educação, como partilha na construção de saberes, perceba o momento de ousar. Isso requer desde cedo uma formação e aceitação da pesquisa educacional que oportunize o desenvolvimento da capacidade crítica, em que o aluno, ao encontrar um problema, seja capaz de formular e avaliar as hipóteses, dado o estímulo das novas descobertas.

Na verdade, é reforçar quão prazeroso é desvendar o mundo, o outro, a experiência interativa do cotidiano. A pesquisa, a fundamentação teórica, a coleta e o tratamento das informações, o compromisso e o interesse do pesquisador traduzem um processo formal e sistemático de desenvolvimento da prática investigativa, importante ao aluno na sua iniciação

científica, na graduação.

EQUIDADE

Garantir o acesso a formação inicial em pedagogia, articulada com ações de formação continuada dos profissionais da Educação Básica voltadas para Educação Infantil, Ensino Fundamental e gestão dos processos educativos em espaços escolares e não escolares, compreendendo as modalidades de ensino citadas, no intuito de diminuir as desigualdades sociais, regionais e locais;

Nesse sentido, a equidade compreende a ampliação do acesso ao Ensino Superior, especificamente no Curso de Pedagogia, criando oportunidades de atendimento aos diversos tipos de realidades, como também a extensão da atuação do pedagogo durante e pós a formação inicial.

Assim, a equidade vista como uma perspectiva formativa contribui para a realização de um trabalho voltado para a busca da eficiência pautada na interação, na relação dialógica, na qual o papel do educador é concretizar ações coerentes e consistentes à construção de conhecimentos, exercendo a função de mediador na interação dos alunos entre si, o meio social, os objetivos e os instrumentos do conhecimento, equalizando-se, sobretudo, na epistemologia e contextualização social do saber, tendo como premissa fundamental o planejamento e o desenvolvimento de projetos e programas pedagógicos.

Nesse íterim, construir uma prática pedagógica baseada na equidade a partir de valores éticos e políticos na formação de cidadãos requer um educador capaz de ressignificar sua prática mediante a ação- reflexão-ação, elucidando competências que lhe proporcionem uma atitude crescente de autonomia e valorização profissional, conscientizando-se do processo formativo do sujeito em sua totalidade, articulada com a realidade que é constituída pelo compromisso com a vida dos estudantes.

APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Manter o currículo do curso atualizado para garantir ao pedagogo o acesso permanente às informações, vivência e atualização cultural por reconhecer os profissionais do magistério como agentes formativos de cultura.

Para se ajustar à demanda do mundo contemporâneo, é imprescindível, conforme sugere Gadotti (2001, p. 118), preparar os estudantes para o respeito à diversidade. Veja-se o que afirma o autor:

A escola precisa formar o cidadão para participar de uma sociedade planetária. A escola deve ser o local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural como ponto de chegada, isto é, deve valorizar a cultura local – a cultura primeira do aluno – e redimensioná-la na relação com outras culturas, não ficando, portanto, apenas nela.

O ambiente institucional precisa ser propício à aprendizagem, adaptar-se à necessidade do educando, considerando o contexto sociocultural. Isso é essencial porque a globalização exige cada vez mais uma abordagem heterogênea na construção do conhecimento, uma vez que pessoas com diversas habilidades formam o todo capaz de sobreviver aos desafios inerentes ao mundo atual.

Sob essa ótica se faz relevante saber que todos devem estar a serviço do processo de ensino e aprendizagem na escola, numa relação dialógica, com vistas a refletir acerca dos problemas da instituição. Assim, é necessário que o pedagogo adote como referencial a reflexão sobre sua prática. Nesse sentido, Perrenoud (2002, p.63) defende:

A prática reflexiva, como seu nome indica, é uma prática cujo domínio é conquistado mediante a prática. É claro que é importante nomeá-la, suscitar uma adesão a essa figura particular do profissional. Contudo, o passo decisivo só é dado quando a reflexão transforma-se em um componente duradouro do habitus [...].

Ao tentar dar sentido a essa reflexão, de forma a proporcionar sua internalização, tornando-a natural, espontânea e indispensável, o mesmo autor apresenta dez elementos que justificam a importância da prática reflexiva e subsidiam o professor a apropriar-se dos recursos adequados ao enfrentamento das diversas dificuldades presentes no trabalho pedagógico. São

eles:

Compensar a superficialidade da formação profissional – ressignificar o processo de ensino e aprendizagem através da reflexão sobre os conteúdos, dando sentido ao fazer pedagógico;

Favorecer a acumulação de saberes de experiência – refletir com vistas a aproveitar da prática os pontos positivos, eliminar os negativos e construir novas estratégias inerentes a esse processo, construindo e desconstruindo crenças;

Tornar possível uma evolução para a profissionalização – conscientizar-se de que o conhecimento é inacabado, e pode ser lapidado e redimensionado a cada dia, e dessa forma enaltece a importância do aperfeiçoamento profissional;

Preparar para assumir uma responsabilidade ética e política – refletir e questionar sobre a prática, reivindicando os recursos para melhorá-la, bem como respeitar a diversidade.

Poder enfrentar a crescente complexidade das tarefas– aceitar a realidade e enfrentar os desafios impostos pela sociedade globalizada;

Ajudar a viver um ofício impossível – fazer o que está ao seu alcance, com ousadia para transformar sua realidade;

Oferecer os meios de trabalhar sobre si mesmo – ter autoconhecimento para se permitir avaliar-se e refletir sobre si mesmo, conhecer e assumir suas crenças para reconstruí-las ou desconstruí-las, num constante processo de formação;

Estimular para enfrentar a irredutível tarefa do aprendiz– compreender o que se é e aceitar que sempre se pode melhorar;

Possibilitar a cooperação com colegas– saber ouvir o outro, aceitar sua opinião e expor seu pensamento, enfrentando o conflito como uma ação positiva;

O aumento das capacidades de inovação – enfrentar o novo como contribuição necessária à prática pedagógica, sem medo de transformar-se.

Nessa perspectiva, o fazer pedagógico assume uma abordagem sociointeracionista, pois de acordo com Vygotsky (1997, p. 57) considera a aprendizagem —o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas. Assim, institui na prática crítico-reflexiva, o transformar-se como norte, com vistas a atingir o objetivo comum a todos inseridos no contexto institucional: proporcionar o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de forma

inclusiva.

A esse respeito, Silva e Garcia (2007, p. 294) se pronunciaram:

O professor não pode descuidar de uma educação que promova o combate ao preconceito, em todas as suas formas, e, em especial, o preconceito linguístico, fazendo de sua postura e prática em sala de aula, um testemunho de respeito à pluralidade de pensamentos e expressões. O reconhecimento do valor das diversas variedades linguísticas que circulam entre aqueles que pisam o chão da sala de aula, deve ser entendido como elemento enriquecedor da nossa história e indicativo da complexidade que compõe uma sociedade na qual as diferenças contribuem para a riqueza cultural.

Nesse sentido, evidencia-se a importância do respeito às diferenças, que também se manifestam na linguagem. Combater o preconceito e estimular o respeito à diversidade deve ser a política do profissional da educação.

Assim, é necessário repensar as estratégias de ensino, com enfoque na construção do conhecimento a partir da valorização da subjetividade dos futuros pedagogos, mediante uma prática de ensino, atividades de pesquisa e extensão que estimule à reflexão e a ação crítica.

INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Garantir o efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, mediante a articulação entre ensino, pesquisa e extensão que são princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e das práticas educativas. A formação de indivíduos em uma perspectiva acadêmica, profissional e cidadã tem sido

amplamente discutida nas instituições de Ensino Superior. No bojo dessas discussões, o PDI/ UERN (FERNANDES, 2016) faz referência a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, assim, o curso de pedagogia em seu PPC apresenta consenso à formação alicerçada em atividades de ensino, pesquisa e de extensão. A pesquisa, princípio indispensável da formação profissional, constitui-se em mecanismo necessário à produção de conhecimentos que, em interação com o ensino e práticas extensionistas que estarão voltadas para a formação continuada, integrando conhecimentos teóricos a atividades práticas, contribuindo com o processo de transformação da sociedade.

Na sociedade contemporânea, a formação acadêmica precisa articular uma competência científica, proporcionada através da apropriação dos conhecimentos que fundamentam uma dada ciência, processo que requer domínio da evolução histórica da respectiva ciência, domínio dos

métodos e linguagens, em cuja base de fundamentos pode-se construir o —aprender a aprender—, condição para o exercício profissional criativo e busca permanente à atualização.

O processo de construção do conhecimento no espaço da formação acadêmica exige que seja oportunizado aos que dela participam a capacidade de ampliar a percepção da realidade através da articulação entre práticas investigativas, disciplinas e projetos de intervenção e de cursos de aperfeiçoamento para o aprimoramento profissional, a qual conduz a uma formação de múltiplas abordagens, tendo em vista que a complexidade do processo educacional não é específica de um componente curricular, nem de momentos dicotômicos entre teoria e prática, no processo de formação.

Observa-se que no contexto atual, o Curso de Pedagogia do CAP/UERN vem realizando iniciativas na tentativa de romper com a estrutura curricular rígida, disciplinar e fragmentada, expressa em uma sequência hierarquizada de conteúdos muitas vezes descritivos, que não estabelecem entre si um diálogo, nem tão pouco rompem com a dicotomia entre teoria e prática, contrapondo-se a uma realidade complexa e interdependente. Dentre essas iniciativas estão a realização dos Estágios Supervisionados numa perspectiva interdisciplinar e os eventos científicos e os projetos de pesquisa e de extensão que abordam temas que abrangem todas as áreas do conhecimento. Sobre esses projetos, serão melhor descritos mais adiante.

Nesse enfoque, prima-se por uma estruturação curricular que proporcione a articulação permanente da tríade ensino-pesquisa-extensão, permitindo a incorporação de formas diversificadas de aprendizagens presentes na dinâmica realidade social.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular deste PPC segue as definições apontadas na Resolução 026/2017 - CONSEPE/UERN (UERN, 2017), as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006); as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira instituída pela Resolução do CNE/CES nº 18 de 7 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), RESOLUÇÃO Nº 25/2017 - CONSEPE que

Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e a Resolução CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação (BRASIL, 2020).

Todas essas normativas tem a finalidade de garantir ao aluno, não somente a inscrição em ofertas de componentes curriculares, mas uma formação cujos componentes e demais atividades curriculares estejam sustentadas por determinados princípios formativos, como: interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade, relação teoria e prática, democratização e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Para atender as determinações de tais atos normativos, este PPC precisou realizar ajustes na sua organização dos eixos formativos curriculares, acrescentando no Núcleo de Estudos Básicos a categoria Unidade Curricular de Extensão(UCE) que é formada por 6 UCEs de 60h cada uma, que somam 360 horas, as quais serão explicitadas mais adiante no tópico 8.6 desta proposta.

Esta inserção, além de atender as prerrogativas legais, impõe que a formação do pedagogo ultrapasse a visão de via única cujo ensino é supervalorizado na formação acadêmica e entende a importância da extensão universitária, tanto sob o ponto de vista dos interesses das instituições de Ensino Superior em enriquecer as aprendizagens dos discentes associando-as a atividades práticas, quanto da sociedade que tem acesso a diversos serviços que visam o exercício da cidadania e dos direitos humanos.

Ao reestruturar a organização curricular do Curso de Pedagogia demonstramos a preocupação com os processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso, com a formação bem mais globalizante, afinal, a pedagogia é um campo de conhecimento que trata a problemática educativa na sua totalidade.

Neste sentido, a estrutura curricular do Curso de Pedagogia do Campus Avançado de Patu irá propiciar uma formação mais dinâmica para o aluno e ao mesmo tempo, mais próxima do estudo dos fenômenos que constituem a realidade educacional. Esta estrutura está organizada através de Eixos Formativos e de Núcleos de Estudos, cuja compreensão impõe à formação um processo de constante conexão e dinamicidade entre as diversas atividades curriculares e os componentes curriculares.

Em 2022, em obediência a Lei Nº 11.201, de 11 de julho de 2022 que —dispõe sobre a inclusão do componente extracurricular ‘Educação para Relações Étnico- Raciais’ nos cursos de graduação e pós-graduação no âmbito da Universidade do

Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e dá outras providênciasII (RN, 2022, p.1), foi acrescentado o referido componente curricular na matriz do curso de Pedagogia/CAP/UERN, enquanto componente optativo, conforme poderemos observar no ementário adiante.

1.1 DISCIPLINAS

De acordo com o Art. 27 do RCG da UERN (UERN, 2017, p. 07), —Disciplina é um conjunto sistematizado de conhecimentos a serem ministrados por um ou mais professores, sob a forma de aulas, com uma carga horária semanal e semestral pré- determinada no PPCII.

Nesse PPC as disciplinas estão distribuídas nos três Núcleos de Estudos, conforme abordaremos mais adiante, bem como apresentaremos a composição de cada Núcleo, deixando claro que eles não concorrem entre si, mas coexistem e um não se sobrepõe ao outro.

Queremos deixar em evidência que em situações emergenciais e extraordinárias, os componentes e atividades curriculares poderão ser realizadas na modalidade remota.

1.1.1 Eixos Formativos

Os eixos formativos constituem conceitos para a formação profissional, os quais se caracterizam como componentes contínuos e transversais no currículo que queremos desenvolver. Eles estão alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia(BRASIL, 2006) destinados a articular as partes do fluxo curricular como um todo, através de uma significativa visibilidade no âmbito dos conteúdos e das atividades que o compõem. Dito de outro modo, os eixos formativos assumem condição de conceitos orientadores e, ao mesmo tempo, mediadores entre o desenvolvimento profissional e pessoal do pedagogo e a apreensão das competências que lhes são próprias, entre elas, as competências docentes. Conforme essa compreensão, o presente Projeto Pedagógico para o Curso de Pedagogia da UERN está constituído de dois eixos formativos: 1) a educação como prática social,

histórica e cultural e 2) a pesquisa e as práticas pedagógicas nos diferentes espaços educacionais,

que serão discutidos a partir de agora.

- A educação como prática social, histórica e cultural

A educação constitui um processo social, complexo e histórico concreto, em que tem lugar a transmissão e a apropriação da herança cultural acumulada pelo ser humano. Nesse contexto, a aprendizagem representa o mecanismo através do qual o sujeito se apropria dos conteúdos e das formas da cultura que são transmitidas na interação com outras pessoas. Portanto, a educação, de um modo geral, pode ser descrita como uma prática cultural, haja vista cada sociedade desenvolver suas ações educativas de acordo com os elementos que, social e historicamente, lhe constituem e caracterizam.

Porém, é possível defender que, mesmo ao ser pensada de modo amplo, no escopo de uma prática social e histórica, a educação também incorpora uma determinada concepção pedagógica que a sustenta. Por isso, ao se ocupar de um projeto de homem e de sociedade como um ideal a ser concretizado, por meio de um processo consciente, organizado, dirigido, intencional e sistematizado, ela é, essencialmente, um veículo de cultura e de valores que são (re)construídos nos espaços de socialização e de intervenção dos sujeitos que os ocupam. Logo, para que

o processo educativo seja bem-sucedido em sua intervenção, é necessário mobilizar o interior dos aprendizes da pedagogia, fazendo-os desenvolver uma atitude positiva diante de seu compromisso social. Implica ainda o imperativo de uma análise crítica de cada processo em que interatuam e vivenciem, de modo a enriquecer seus conhecimentos culturais, e, ao mesmo tempo, provocar novas necessidades para o desenvolvimento individual. Esse, portanto, é um processo dialético de formação integral que se reverte no conhecimento de si mesmo, na projeção do futuro, nas capacidades para analisar situações divergentes e tomar decisões correspondentes com as necessidades individuais e sociais.

Com base nessas necessidades, a formação do pedagogo deverá prepará-lo dentro da pluralidade dos saberes constituintes do repertório de informações dos quais

ele precisará se apropriar para o pleno exercício de sua profissão. Dentre esses saberes, destacam-se, inicialmente, aqueles que lhe darão condições de realizar uma leitura do mundo nos múltiplos olhares que a ciência desenvolve, tais como os saberes que estão situados na confluência da teoria da Educação e da Pedagogia, bem como das demais ciências: Sociologia, Psicologia, Antropologia, Filosofia, História, Política, da Linguagem, Ciências Exatas e da Natureza, Ciências da Saúde, etc. Apesar de não ser um profissional que vá atuar nessas áreas,

hoje o pedagogo precisa saber de um mínimo dos conhecimentos que elas produzem para que, na perspectiva da inter e transdisciplinaridade, possa (re)construir os saberes educacionais necessários a uma pedagogia de emancipação das capacidades humanas e à função de gestão educacional¹.

Por esta razão, e com base neste primeiro eixo, as disciplinas que compõem os três núcleos de estudos (Formação Geral, Aprofundamento e Diversificação de Estudos; e

1 A gestão entendida como organização do trabalho docente, no que concerne ao planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação nos sistemas de ensino e em processos educativos escolares e não escolares, bem como o estudo e a formulação de políticas públicas na área da educação, impõe-se como um conjunto de saberes que deverão ser apropriados pelo pedagogo e a ele fazer referência

Integradores), entre elas as que tratam dos Fundamentos da Educação, buscarão dar uma visão ampla do processo educativo como uma prática cultural, na qual estão presentes os elementos que constituem a sociedade no seu todo, quais sejam, elementos de natureza histórica, filosófica, econômica, antropológica, psicológica, social, política, linguística, etc. Tais elementos contemplam, por conseguinte, os saberes que caracterizam e fornecem uma sustentação epistemológica aos processos de ensino e aprendizagem, já que englobam as teorias, os ditames legais para o exercício da docência, em particular, e o conjunto de saberes que se fazem necessários à gestão educacional.

Para isso, o professor formador deverá também assumir a condição de ser um mediador na produção de sentidos e de saberes. Daí nasce a importância da

prática de pesquisa no referido curso, para que, através da mediação pedagógica dos formadores, possa se promover a transformação das informações em conhecimento e destes em saberes.

- A pesquisa e as práticas pedagógicas nos diferentes espaços educacionais

Conforme vimos defendendo, neste documento, a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, e a Gestão Educacional,

com seus fundamentos, conteúdos e métodos, constituem-se como lócus de práxis. Ao adentrar os espaços escolares e não escolares, nos quais a docência também se faz presente, o estudante de Pedagogia deverá experimentar a análise da função pedagógica e ampliar seu repertório de experiências por meio da ação reflexiva. Esta, por sua vez, deve se encontrar diretamente vinculada ao seu contexto cultural, para que possa estabelecer elos coerentes entre o que estudará no curso e a prática de estágio, ou a própria experiência profissional, no caso dos que já vêm atuando nessa área.

Isto implica dizer que seu saber experiencial deverá ser aplicado, por meio da pesquisa e da extensão universitária, à reflexão sobre o cotidiano de instituições que congregam ações educativas, juntando-se a essa reflexão outros saberes, tais como os construídos a partir dos componentes curriculares do núcleo de aprofundamento e de diversificação de estudos, a fim de efetivar o atendimento de demandas específicas. Dentre essas demandas estão, por exemplo, a Educação de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), a educação em sistemas sociais ou empresariais, a educação ambiental, etc. Tais demandas específicas podem, ainda, ser objeto de cursos de especialização (pós-graduação lato sensu) após a conclusão do curso de Pedagogia. O que não pode ocorrer, é que sejam negligenciados os saberes construídos na experiência cotidiana da trajetória pessoal de vida social e cultural do formando, pois estes fazem parte, particularmente, do trabalho do profissional da pedagogia e constroem, assim, a identidade do repertório de seus saberes.

Por isso, no que concerne ao segundo eixo, as disciplinas dos três núcleos

que serão descritos adiante, buscarão nortear a mesma compreensão de Educação como prática social e cultural, incluindo a pesquisa, como instrumento primordial de construção do conhecimento, e a reflexão no e para o exercício da docência e da gestão. Isto se justifica porque acreditamos que o (re)pensar à docência e a gestão surge quando as vivências dos sujeitos do processo pedagógico interrogam as práticas educativas tradicionais ainda preponderantes na academia, e por que não dizer nos Cursos de Pedagogia.

Com isso, a reflexão, com base na pesquisa, tornar-se-á central na elaboração de novas facetas para a prática educativa, constituindo-se elemento chave no desenvolvimento da atividade investigativa no ensino de graduação. Essa intenção emerge do entendimento de que o saber pedagógico é um construtor de outros saberes e a pesquisa, como atividade conjunta de formadores e formandos, consiste não apenas em uma coleta de informações, mas em um

processo de interpretação dos fatos que subsumem essas informações (cf. MATOS & VIEIRA, 2002).

Assim, pretendemos utilizar a pesquisa na sala de aula, seja ela já realizada, por meio da leitura de relatórios (teses, dissertações, artigos) de outros pesquisadores, ou a realizar, como um processo de aprender conjuntamente, que será constitutivo do ementário das disciplinas, o qual viabiliza a apropriação e a construção de novos conceitos e de conhecimentos elementares para o futuro profissional da Pedagogia.

1.1.2 Núcleos de Estudos

Os núcleos de estudos são compreendidos como parte constitutiva de todo o currículo, cuja função consiste em nortear o processo acadêmico de formação, sem perder de vista seu caráter de —unidade articulada em função dos eixos e princípios formativos.

A dinâmica curricular do Curso de Pedagogia do CAP/UERN se constituirá da formação docente enriquecida por atividades integradoras, privilegiando, conteúdos que favoreçam a compreensão do contexto histórico e sociocultural necessários à reflexão crítica sobre a educação e o aprendiz.

Embora organizado em três núcleos de estudos distintos: formação geral; diversificação e aprofundamento; e integradores, o processo acadêmico de

funcionamento do Curso aponta que a formação do pedagogo não ocorre por meio de núcleos separados entre si, mas em função de inter-núcleos, de modo a formar para o exercício integrado e indissociável da docência e da gestão em processos educativos escolares e não-escolares, bem como, da produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

O currículo de Pedagogia, atendendo a preceitos legais Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), define três núcleos de estudos com sua respectiva abrangência, composição e carga horária, como podemos observar no quadro a seguir:

NÚCLEOS DE ESTUDOS	ABRANGÊNCIA	COMPOSIÇÃO	C/H	%
Estudos Básicos	Dirigido ao estudo da atuação profissional e da multiculturalidade e da sociedade brasileira, através da literatura especializada, da reflexão e de ações críticas.	- Componentes Introdutórias	165	4,6
		- Componentes de Fundamentos	660	18,6
		- Componentes de Especialização	1.200	33,9
		- Componente de Apl. Tecnológica	60	1,69
		- Unidades Curriculares de Extensão		10,17
		SUB-TOTAL	2.445	69,06
Aprofundamento e Diversificação de Estudos	Destinado às áreas de Aprofundamento profissional estabelecidas na proposta de enriquecimento da prática pedagógica.	Componentes de Estágio	405	11
		-	120	3,39
		Componentes de	120	3,39
		e	135	3,81
		Aprofundamento	75	2,12
		s.		
		-Componentes Optativos	45	1,27
		-Práticas Pedagógicas Programadas		
		-TCC		
		-Laboratório de TCC		

		SUB-TOTAL	900	25,49
Integradores	Voltado a favorecer o enriquecimento curricular.	Participação orientada em atividades que envolvem o Ensino e Pesquisa.	195	5
		SUB-TOTAL	195	5
		TOTAL	3.540	100,00

(Fonte: Secretaria do DE/CAP, 2020)

Pelo exposto, os componentes curriculares, atividades e práticas que integram o Projeto Curricular do Curso de Pedagogia do CAP/UERN foram escolhidas para proporcionar ao futuro pedagogo uma ampla formação humanística e técnico-pedagógica, bem como variada vivência do exercício profissional desde o primeiro ano da graduação, visando subsidiar a reflexão dos estudantes sobre a educação e a sociedade em diferentes espaços e tempos, mas, em especial, no contexto brasileiro contemporâneo.

Simultaneamente, propõem-se vivências das práticas profissionais para pensar sobre elas, num duplo movimento em que teorias ajudam a analisar práticas vividas em situação real, ao mesmo tempo em que elementos analíticos são extraídos dessas práticas, (re)informando as teorias aprendidas.

O currículo está organizado por —componentes curriculares e atividades— várias, planejadas de maneira que haja entre elas vínculos conceituais, temáticos e de abordagem que especifica a organização curricular do curso em as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006) e a BNC- Formação (BRASIL, 2019).

QUADRO 2- ESPECIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

NÚCLEO DE ESTUDOS	CATEGORIAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES / ATIVIDADES	CARÁTER
	INTRODUTÓRIAS	Introdução à Pedagogia Ética na Educação Metodologia do Trabalho Acadêmico Estudos Acadêmicos Introdutórios I Estudos Acadêmicos Introdutórios II Estudos Acadêmicos Introdutórios III	Obrigatório
		Antropologia e Educação Sociologia da Educação	

ESTUDO BÁSICOS	FUNDAMENTOS	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação Pesquisa Educacional Profissão Docente Psicologia da Educação I Psicologia da Educação II Filosofia da Educação História da Educação Brasileira Teorias Linguísticas e Alfabetização Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	Obrigatório
	ESPECIALIZAÇÃO	ATUAÇÃO NA GESTÃO Política e Planejamento da Educação Gestão Educacional ATUAÇÃO NO ENSINO Didática Currículo Alfabetização e Letramento Concepções e Práticas da Educação Infantil Concepções e Práticas de Educação de Jovens e Adultos	

	Literatura Infantil Ensino de História Ensino de Geografia Ensino de Ciências Ensino de Matemática Ensino de Língua Portuguesa Ensino de Artes Ensino da Educação Física Educação Inclusiva Língua Brasileira de Sinais Educação para Diversidade Seminário Temático I Seminário Temático II	Obrigatório
--	---	-------------

	APLICAÇÃO TECNOLÓGICA	Tecnologias e Mediação Pedagógica	
	UNIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO	6 Unidades Curriculares de Extensão-UCE	
		Estágio Supervisionado I Estágio Supervisionado II Estágio Supervisionado III	Obrigatório Obrigatório Obrigatório

APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS	APROFUNDAMENTO₃	Educação do Campo Financiamento da Educação Práticas interdisciplinares Avaliação do processo de ensino-aprendizagem Componentes Optativos (verquadro dos componentes optativos) Prática Pedagógica Programada I Prática Pedagógica Programada II Prática Pedagógica Programada III Laboratório TCC TCC	Optativo Optativo Optativo Optativo Optativo Obrigatório Obrigatório Obrigatório Obrigatório Obrigatório Obrigatório Obrigatório Obrigatório Obrigatório Obrigatório
INTEGRAÇÕES		ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Obrigatório

Fonte: Secretaria do DE/CAP-2020

1.1.2.1 Estudos Básicos

Está composto por um elenco de componentes curriculares (Introdutórios, de Fundamentos, de Especialização e de Aplicação Tecnológica) que dão conta de preparar o estudante no processo de aquisição e (re)elaboração dos conhecimentos inerentes à atuação na profissão docente.

Os componentes curriculares na categoria Introdutórios envolvem conhecimentos preparatórios de caráter científico, técnico e metodológico, necessários à inserção dos estudantes no campo da Pedagogia, perfazendo um total de 165 horas. Essas horas são distribuídas entre os componentes curriculares de Introdução a Pedagogia (30h), Ética na Educação (30h), Metodologia do Trabalho Acadêmico (60h) e Estudos Acadêmicos Introdutórios I, II, e III que somam 45 horas.

As atividades pertinentes aos Estudos Acadêmicos Introdutórios estão organizadas na categoria Introdutórias e são realizadas durante os três semestres iniciais do Curso. Caracterizam-se por estudos sistemáticos e pré-estabelecidos, favoráveis à significativa vivência dos estudantes no Curso de Pedagogia, cuja finalidade está em propiciar conhecimentos que sirvam de subsídio teórico,

metodológico e analítico ao seu desenvolvimento acadêmico e profissional, bem como à evolução gradativa da postura do profissional-pesquisador.

3O grupo de componentes curriculares, que se encontra na categoria aprofundamento, mas que são componentes optativos, constitui-se de um rol de componentes em que o/a aluno/a pode optar sobre qual área quer aprofundar seus conhecimentos, todavia, há que se ressaltar que seu cumprimento é obrigatório, uma vez que complementa a carga horária do curso. Destaca-se, ainda, que esse grupo de componentes, ora exposto, faz parte da matriz curricular em curso, ou seja, não traz as disciplinas que foram atualizadas já para este projeto.

Essas atividades apresentam a carga horária semestral de 15(quinze) horas, cuja operacionalização dar-se-á de forma integral, na primeira semana do semestre letivo correspondente, e serão assumidos por um professor do Curso, atribuindo preferência no Estudo Acadêmico Introdutório I a um professor integrante da Comissão de Acompanhamento e Avaliação Curricular do Curso.

O acompanhamento do estudante relativo ao cumprimento ou não deste componente curricular de caráter obrigatório ocorrerá através da frequência mínima de 75% da carga horária destinada a cada Estudo Introdutório, sem a obrigatoriedade de atribuir uma avaliação quantitativa no final do Estudo.

Conforme definição abaixo, os Estudos Acadêmicos Introdutórios serão ofertados em função de um encadeamento de situações e conteúdos ofertados aos estudantes, em decorrência das suas necessidades formativas.

- Estudo Acadêmico Introdutório I: universo acadêmico e profissional:

Consiste em introduzir o estudante na dinâmica do mundo acadêmico, ao mesmo tempo em que possibilita à comissão curricular fazer um diagnóstico da turma, para servir de parâmetro durante os processos de acompanhamento e avaliação no Curso, com vistas a intervir na evolução do seu redimensionamento. Assim, esse Estudo terá como norte para as discussões apresentar as características do mundo universitário, sua composição organizacional, estrutura física e material, principais normas relativas ao funcionamento do ensino, conforme a legislação vigente; explicar a composição curricular do Curso e os respectivos papéis a serem assumidos pelos dirigentes, professores e alunos; coletar informações a respeito do nível acadêmico dos alunos, bem como de suas expectativas sobre o Curso.

- Estudo Acadêmico Introdutório II: repertório de leituras acadêmicas:

Destina-se a subsidiar a construção do repertório de leituras importantes à área formativa e à condição de desenvolvimento humano do estudante, perspectivando processos de seleção, utilização e interpretação. A intenção é ir além da leitura, análise e interpretação de textos e/ou

livros científico-acadêmicos, para

buscar nas pessoas, na linguagem cinematográfica, na fotografia, na pintura, na escultura, na arquitetura, no cordel, na música, dentre outras, que se relacionem com as áreas do conhecimento que orientam a BNCC, e possibilitar fontes literárias capazes de ajudar na compreensão do processo educativo e, por conseguinte, sua mediação simbólica para o ensino-aprendizagem.

- Estudo Acadêmico Introdutório III: possibilidades investigativas no contexto educacional local:

Este estudo objetiva discutir com os alunos as tendências da pesquisa educacional, principalmente na atualidade, de modo a propiciar, estimular e esclarecer questões relativas a essa área de conhecimento e atuação do pedagogo, desenvolvendo as competências orientadas na BNC-Formação (BRASIL, 2019). Procura evidenciar a diversidade de campos temáticos existentes na investigação educacional com seus respectivos interesses e relevâncias científicas; preocupa-se ainda com as possibilidades de universos empíricos propícios à investigação, no contexto educacional local; dar conhecimento dos campos temáticos ou grupos de estudos existentes na Faculdade de Educação, seus interesses de estudo, produções e pesquisadores.

Na categoria de Fundamentos, com 660 horas, são vistas como conhecimentos imprescindíveis à formação de qualquer profissional que atua na educação, na medida em que oportunizam a intrínseca relação entre indivíduo, sociedade e educação. A soma da carga horária das categorias das disciplinas Introdutórias e de Fundamentos somam 825 horas que correspondem ao Grupo I da —base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, conforme orienta a Resolução nº 02/2019 que trata da BNC-Formação (BRASIL, 2019, p. 06).

Ainda no Núcleo de Estudos Básicos tem a Especialização, Aplicação Tecnológica e Unidade Curricular de Extensão. A categoria Especialização é composta por 20 componentes curriculares de 60 horas contabilizando 1.200 horas,

estando incluída nessa carga horário dos Seminários Temáticos Ensinar e Aprender I e II (120 horas) que serão apresentados mais adiante. A categoria Aplicação Tecnológica é representada pelo componente curricular Tecnologias e Mediação Pedagógica de 60 horas; e a categoria Unidade Curricular de Extensão (UCE) que é formada por 6 UECs de 60h cada uma, que somam 360 horas, as quais serão explicitadas mais adiante nesta proposta. Essas três primeiras categorias contabilizam 1.620 horas que constituem o Grupo II da Art. 11 da Resolução nº 02/2019 que trata da BNC-Formação (BRASIL, 2019, p. 06) que exige no mínimo 1.600 horas

—[...] para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

1.1.2.2 - Seminários Temáticos sobre o Ensinar e o Aprender

Os Seminários Temáticos sobre o Ensinar e o Aprender I e II, constituem-se em oportunidades intencionais para o estudante articular os conteúdos (conceitual, procedimental e atitudinal) nos variados componentes curriculares, garantindo uma maior ênfase aos princípios formativos aqui delineados. Portanto, revelam-se enquanto oportunidades para discutir e vivenciar questões referentes ao ensinar e ao aprender, que até então vêm sendo trabalhadas de maneira compartimentada no processo formativo do professor.

A intenção dos Seminários Temáticos converge ainda, para articular, ampliar e sintetizar os conteúdos teórico-metodológicos discutidos nos períodos em que se concentram os Componentes dos Ensinos, de modo a visualizar a complexidade da atuação docente.

Os Seminários Temáticos sobre o Ensinar e o Aprender devem ensejar atividades como:

- I. Situações problemas decorrentes dos conteúdos de ensino;
- II. Situações de ensino e aprendizagem que evidenciem categorias conceituais nucleares inerentes às áreas de conhecimento que constituem a BNCC (BRASIL, 2017);
- III. Situações pedagógicas que busquem nas ideias dos clássicos, respostas para suas interpretações;
- IV. Situações que estabeleçam diferenças entre o ensino de conceitos, o ensino de procedimentos e o ensino de atitudes;
- V. Situações que possibilitem a criação de variadas estratégias de ensino e aprendizagem;
- VI. Situações que permitam o exercício de práticas avaliativas;
- VII. Situações que permitam a resolução de problemas, dentre outras.

Cada Seminário Temático sobre o Ensinar e o Aprender terá carga horária total de 60 horas, sendo 15 horas destinadas ao estudo e organização das atividades extraclasse (em grupo ou individualmente) e 45 horas reservadas à orientação, apresentação e discussão das atividades em sala de aula, podendo ser desenvolvidas através de atividades práticas, comunicações, painéis, pôsteres, dentre outras possibilidades pedagógicas.

A coordenação de cada Seminário será de responsabilidade de um professor do período, o qual se incumbirá de articular os diferentes professores responsáveis pelos demais componentes curriculares do período, para planejar, acompanhar e avaliar. O espaço temporal destinado a esta atividade ocorrerá, preferencialmente, da seguinte forma: 3 (três) dias letivos no primeiro mês do semestre para os professores apresentarem e orientarem as atividades

propostas aos alunos; 8 (oito) dias letivos para a realização dos seminários.

O processo avaliativo dos estudantes neste componente curricular poderá apresentar-se de instrumentos e sistemáticas diferenciadas. Cabe a cada conjunto do corpo docente eleger o mais adequado às ações propostas, de modo a formalizá-lo através de uma única nota no final de cada Seminário Temático sobre o Ensinar e Aprender.

1.1.3 Aprofundamento e Diversificação dos Estudos

Este núcleo de estudos combina orientações e determinações estabelecidas na DCNs/Pedagogia (BRASIL, 2006) e a BNC-Formação (BRASIL, 2019) com os resultados provenientes da análise de necessidades formativas para o Curso de Pedagogia no âmbito do CAP/UERN.

Portanto, diz respeito às oportunidades que o Curso oferece para diversificar e aprofundar os estudos dos alunos, seja através de componentes curriculares Optativos e de Aprofundamento, seja em função de atividades desenvolvidas através das Práticas Pedagógicas Programadas I, II e III; Laboratório de Trabalho de Conclusão de Curso; Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); disciplinas das áreas de aprofundamento e disciplinas optativas. Esses componentes curriculares somam 495 horas, juntando com as 400 horas dos estágios, compõem 895 horas, constituindo o Grupo III da BNC-Formação (BRASIL, 2019) que orienta no mínimo 800 horas de prática pedagógica dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora. O Estágio segue as orientações da resolução citada e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), estando organizados em 3 componentes: Educ. Infantil (135h), Anos Iniciais do EF (135h) e Gestão dos processos não-escolares (135h).

Essa composição é guiada pelos princípios e eixos formativos aqui adotados, numa constante progressão acadêmica, capaz de inserir os alunos na compreensão da realidade educativa através do olhar fornecido pelas múltiplas teorias educacionais, de maneira a situá-los sobre os processos de aprender e ensinar desenvolvidos historicamente, processos esses vividos em diferentes realidades socioculturais e institucionais e que proporcionam fundamentos à prática pedagógica, à orientação e apoio ao aprendiz, assim como à gestão e avaliação de projetos educacionais.

1.1.3.1 - Áreas de Aprofundamento

Considerando que os componentes curriculares de aprofundamentos de estudos devem priorizar as peculiaridades de cada Campus Avançado, o Curso de Pedagogia do CAP/ UERN

está oferecendo aos graduandos, quatro componentes curriculares, distribuídas em duas áreas temáticas: Políticas Educacionais e Diversidade; Interdisciplinaridade e aprendizagem. Cada Área de Aprofundamento está organizada com dois componentes curriculares, os quais serão ofertados no oitavo período do Curso, estando o aluno obrigado a cursá-los, optando por um de cada área, contabilizando 120 horas.

A exemplo do que acontece nos outros Campi Avançados, essas áreas estão voltadas para oferecer ao formando a oportunidade de participar de investigações sobre políticas e processos educativos, bem como gestoriais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais e empresariais; avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira.

A escolha dessas áreas se deu em decorrência não somente das demandas sociais existentes no contexto de atuação dessa Instituição, como também das influências que recebe de atividades desenvolvidas, as quais estão relacionadas ao ensino, à extensão e à pesquisa desenvolvidas no nível de pós-graduação lato-sensu, no âmbito do CAP/UERN. Atualmente, existem professores do corpo docente com formação específica e interesse de pesquisas nas Áreas de Aprofundamento aqui adotadas.

I. Políticas educacionais e Diversidade

As exigências do mundo moderno fazem emergir a relevância de discussões sobre a dignidade do ser humano, sobre a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e da observância às leis, assim como colocam a necessidade de acatar e prever formas de simbolização associadas às múltiplas posturas de inscrição possível no mundo das relações sociais. Nessa perspectiva, o professor como formador de opinião e responsável pela efetivação da instrução formal do cidadão está sujeito a ampliar, modificar, reestruturar os seus conhecimentos, os seus pontos de vista. Por isso, afirmar que

este é também um aprendiz precisa, com urgência, olhar para o passado prevendo o futuro para aprender a transformar o presente, é uma necessidade.

À escola, cabe a responsabilidade de atribuir sentido a cada ato do cotidiano. A sociedade não nasce democrática, assim, cabe à escola o papel de orientá-la a sê-lo. Entra em voga, então, o discurso tão comum no último século: —Formar o cidadão crítico e participativo, a fim de ofertar-lhe condições de agir em seu contexto social, a partir de ações concretas que o tornem sujeito atuante de fato e de direito.

Muitas são as políticas educacionais voltadas para a escola e que muitas vezes ficam omissas nos programas curriculares dos demais componentes curriculares. Os graduandos precisam conhecer de forma mais aprofundada os programas e políticas, e nestas inclui o

financiamento da Educação. Conhecer a construção dos recursos educacionais e sua implementação no contexto da escola é de fundamental importância para despertar a consciência política e cidadã dos estudantes.

Outro aspecto que passa pela ótica da qualificação de professores e a estruturação das escolas para atender à diversidade, seja ela cultural, étnica, física, econômica e/ou social entre os alunos. Destarte, cita-se como exemplo dessa luta, dentre outros, a consolidação da Educação Inclusiva como um direito e a construção da identidade do cidadão, em seus múltiplos aspectos, a partir da compreensão dos movimentos sociais, os quais tiveram um papel historicamente dado desde o início de sua atuação, mudando ou não conforme a dinâmica social e a dos próprios movimentos. Como há demandas locais para o estudo da Educação no Campo, indígena e quilombolas inclui-se a oportunidade de discutir estratégias que deem conta da implementação de diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, possibilitando-as produzir subsídios, que permitam elaborar propostas para uma tomada de consciência de que esse público-alvo possui características e necessidades próprias, de acordo com o seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas.

A linha temática estrutura-se a partir da ideia de suscitar estudos que fomentem a compreensão e a identificação de alternativas de mudança social nos diferentes âmbitos – local, regional e global – baseados nos princípios básicos da democracia participativa, da igualdade, do reconhecimento social, considerando-se a dimensão ética de diferentes aspectos do contexto de atuação, levando-se em conta as diferenças de gênero, geração, classes sociais, etnias e necessidades especiais.

O aprofundamento de estudos que se intenciona oferecer ao formando em Pedagogia concretiza-se a partir da oferta de dois componentes curriculares na área de Políticas Educacionais e Diversidade: Financiamento da Educação e Educação do Campo. O aluno tem o direito de optar entre um desses componentes desta área para cursar no 8º período do curso.

- Interdisciplinaridade e aprendizagem

Estudar a formação de educadores em termos amplos, dentro e fora do contexto escolar, requer atenção para a estreita relação com o contexto social em que ocorre esse processo. Assim, dentro de novos paradigmas educacionais, objetiva-se orientar alternativas metodológicas para uma melhor compreensão da relação entre teoria e prática.

Ver a formação de professores, numa perspectiva interdisciplinar exige conhecer os fundamentos epistemológicos, praxiológicos e operacionais da teoria da Interdisciplinaridade, tendo em vista a formação e prática de educadores dos anos iniciais do ensino fundamental, e as formas de avaliação, tendo como objetivo a inserção dos mesmos no cotidiano das salas de aula.

No entanto, não se pode esquecer a amplitude da prática educativa, por isso os estudos ora enfocados abordam também a educação em contextos não escolares, nas diferentes esferas da sociedade.

A falta de compreensão da avaliação como um processo contínuo que valoriza as especificidades e conhecimentos prévios dos sujeitos tem contribuído para diversas formas de exclusão nos sistemas de ensino. Tem-se primado pelos resultados dos testes institucionais e de longa escala que desconsideram o local, o particular, a cultura e a territorialidade que compõem o universo do aluno. Aprofundar estudos sobre a avaliação como instrumento de inclusão que prioriza os processos individuais de aprendizagem é uma necessidade no curso de pedagogia, uma vez que o componente de Didática não dá conta da complexidade que envolve o ato de avaliar.

O aprofundamento de estudos que ora se propõe pauta-se no entendimento de que as pesquisas sobre os processos envolvidos na formação de professores estruturam-se a partir da ideia que estes são agentes multiplicadores do conhecimento inseridos em práticas educativas, em projetos de educação formal e informal. Assim, as investigações sobre o desenvolvimento humano em ambiente onde se produz práticas educativas devem atentar também para o caráter político-pedagógico das políticas de formação inicial e continuada, buscando-se compreender as implicações epistemológicas, culturais, pedagógicas e institucionais das relações que ali se desenvolvem.

O aprofundamento ora requerido se desenvolverá através dos componentes curriculares: Práticas Interdisciplinares no Ensino e Avaliação do processo de ensino-aprendizagem. O aluno deve optar entre um desses componentes desta área para cursar no 8º período do curso.

1.1.3.2 - Componentes Curriculares Optativos

Os Componentes Curriculares Optativos propõem atender a interesses e necessidades individuais do formando. Elas têm a finalidade de complementar os estudos nas áreas de atuação do pedagogo: Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Gestão dos Sistemas de Ensino.

É obrigatória a integralização de 120 horas correspondentes aos Componentes Curriculares Optativos, seja em função do elenco ofertado no Departamento de Educação, seja através de outros Componentes Curriculares originários de outros Departamentos da UERN, de modo que o total da carga horária corresponda às horas mínimas aqui estabelecidas.

Face aos Componentes Curriculares Optativos não exigirem componentes de pré-requisito, o aluno terá a possibilidade de optar pelos componentes que desejar, embora

precisecursá-los obrigatoriamente, como já foi enfatizado em outro momento do texto, em acordo com o Art. 68 do Regulamento de Cursos de Graduação da UERN (UERN, 2017, p.13) que destaca que os componentes curriculares podem ser:

II. Optativos: quando integram a matriz curricular, e são escolhidos pelo aluno, de acordo com a condição de oferta disponível nos Departamentos Acadêmicos, devendo o PPC estabelecer a carga horária a ser cumprida para efeito de integralização curricular.

Nos casos em que o aluno sentir necessidade de cursar um ou mais Componente Curricular Optativo em outro(s) Departamento(s) Acadêmico(s) da UERN, deverá fazê-lo mediante parecer favorável do Orientador Acadêmico. Adiante neste projeto, apresentamos o Quadro 6, que contém um conjunto de componentes optativos.

1.2 ATIVIDADES DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

O Curso de Pedagogia do Departamento de Educação do Campus Avançado de Patu da UERN apresenta em sua base curricular as atividades da Prática como componente curricular as Práticas Pedagógicas Programadas (PPP) e Seminários Temáticos sobre o Ensinar e o Aprender I e II, estes componentes também fazem parte do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos.

1.2.1 Práticas Pedagógicas Programadas

As Práticas Pedagógicas Programadas (PPPs) I, II e III estão orientadas a favorecer espaços para a pesquisa e a aprendizagem prática dos pedagogos em formação, desde o primeiro ano do Curso. Busca-se proporcionar elementos concretos para a reflexão sobre o fenômeno educacional na sua complexidade, ou seja, parte-se do princípio que o conhecimento específico da área educacional não pode prescindir das dimensões práticas, básicas para a articulação interdisciplinar advindas das variadas teorias do social, do conhecimento e do ser cognoscente. Seu principal foco é o acompanhamento nas seguintes áreas de atuação do pedagogo, seja em espaços escolares e não escolares: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Gestão dos Sistemas de Ensino.

As PPPs aparecem no Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e serão desenvolvidas por pequenos grupos de estudantes, gerando aprendizagens de convívio próximo para o trabalho, numa atitude de co-responsabilidade junto ao profissional (atuante no campo de trabalho) o qual coordenará todo o acompanhamento das práticas; mediação e resolução de conflitos; habilidades necessárias para desenvolver relações interpessoais com diferentes grupos.

As PPPs se constituem em uma atividade extensiva dos componentes curriculares que

integram o 2º, 3º, e 4º períodos do Curso. Cada PPP terá carga horária total de 45 horas, sendo 30 horas destinadas para o aluno realizar o acompanhamento de profissionais no campo de trabalho e 15 horas reservadas à

orientação, socialização e discussão das práticas na sala de aula.

Deverão ser planejadas por todos os professores do período letivo correspondente, sob a responsabilidade de um Professor Coordenador, escolhido em plenária departamental, cuja função está em articular o planejamento, a execução e avaliação desta atividade com os demais colegas.

O estudante deverá receber até o primeiro mês do semestre letivo todas as orientações para sua atuação prática através de um Plano de Acompanhamento Pedagógico.

Sugere-se que a operacionalização das 15 horas (4 dias letivos) no horário regulamentar do Curso, deva ocorrer de forma intercalada ao longo do período letivo: 03 horas para o professor Coordenador orientar o Plano de Acompanhamento Pedagógico dos alunos; 12 horas para a socialização e discussão dos resultados advindos das PPP, com a participação de todos os professores integrantes do respectivo período.

As aprendizagens relativas à docência e à gestão do ato educativo ocorrerão no contato com uma rede de profissionais e instituições que atuam em distintos espaços de educação escolar e não escolar. Na segunda metade do curso, essas aprendizagens terão continuidade através dos Estágios Supervisionados, que se pauta na combinação aprendizagem do ofício e exercício pleno da atividade do educador.

Concebido como colaborador aprendiz junto a outros profissionais, o formando cumprirá um circuito que compreende o acompanhamento das práticas de profissionais habilitados nas seguintes funções:

- Docência em espaços escolares e não escolares;
- Coordenação pedagógica escolar;
- Direção escolar;
- Atuação e supervisão e gestão do sistema de ensino em espaços não-escolar.

Poderão ser encadeadas ações que produzam gradualmente:

- Diagnóstico e análise das práticas educativas encontradas nos espaços educativos, tomando como referência, por exemplo, os estudos dos Componentes

Curriculares do 2º, 3º e 4º períodos em que se realizam as Práticas Pedagógicas Programadas;

- Observação, registro, reflexão, análise e produção de conhecimento acerca do contexto sócio educacional do município no qual se situa o estudante;

- Aproximação de diferentes cenários (ONGs, hospitais, asilos, etc.) de atuação do Pedagogo, identificando necessidades, desafios e perspectivas;
- Planejamento e execução de atividades educativas frente aos diagnósticos realizados.

O objetivo é identificar e experienciar as teorias discutidas nos componentes curriculares através das práticas vividas nos espaços escolares e não-escolares, vinculando estas atividades, preferencialmente, a pesquisa de iniciação científica e o envolvimento de alunos mais experientes na co-coordenação de novos grupos, podendo ser creditadas como horas de atividades complementares para estes.

Tomando como suporte os princípios da contextualização e flexibilização curricular, esta proposta defende que não se faz necessário universalizar a correspondência das PPP com cada área de atuação do pedagogo, haja vista, seu foco principal está em procurar estabelecer vínculos da relação teoria-prática presentes na atuação do profissional da pedagogia, seja em que espaço, função ou nível de atuação ele se encontre. Contudo, para uma melhor compreensão e capacidade crítica do ato educativo, recomenda-se que o aluno vivencie (sem a obrigatoriedade de uma ordem pré-estabelecida) três possibilidades distintas de atuação do pedagogo.

O processo avaliativo dos estudantes neste componente curricular poderá apresentar-se de instrumentos e sistemáticas diferenciadas. Cabe a cada conjunto do corpo docente eleger o mais adequado às ações propostas, de modo a formalizá-lo através de uma única nota no final de cada PPP.

1.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO

O componente curricular Estágio Supervisionado pode ser obrigatório e não obrigatório. O primeiro se configura como componente curricular do curso que passa pelo um planejamento da instituição, por um processo de estudos, orientação, observação, prática e avaliação para poder o aluno ser promovido. Por outro lado, o segundo não está na matriz curricular do curso, pois se configura como uma experiência profissional que pode ser remunerada por bolsa ou não, e as horas que o estudante se dedica são contabilizadas como atividades complementares. A participação do aluno no estágio não obrigatório não o isentará de realizar o estágio obrigatório.

1.3.1 Estágio Obrigatório

O componente curricular Estágio Supervisionado Obrigatório nesta proposta formativa está descrito aqui conforme Resolução 026/2017 CONSEPE (UERN, 2017) na Seção III - DO ESTÁGIO e está compreendido como atividade teórica e instrumentalizadora da práxis. Não se limita, portanto, à aplicação de técnicas aprendidas no processo de construção dos conhecimentos basilares da formação acadêmica. Sua referência é o disposto na Resolução 26/2017-CONSEPE (UERN, 2017, p. 9), que diz:

§ 3º O estágio é um componente curricular autônomo, que pode assumir formas de estruturação didático-pedagógica diversas facultada a formação de turmas, de acordo com as peculiaridades do projeto pedagógico do curso, e respeitados os critérios estabelecidos por regulamentação própria Federal e Institucional.

Nessa perspectiva, entende-se que o fundamental para o formando em Pedagogia é compreender e se apropriar de novas maneiras de enfrentar os problemas, de pesquisar, de ensinar e de aprender, inserindo-se em processos de investigação na ação. Assim sendo, o estágio constitui-se numa atividade teórico- prática, em interação com os demais componentes do curso, a ser desenvolvida em sintonia com a totalidade das ações do currículo.

O objetivo é contribuir para a formação de um profissional reflexivo, pesquisador, comprometido com o pensar/agir diante das problemáticas educacionais evidenciadas nos espaços escolares e não escolares, locus de ação profissional do futuro licenciado. O Estágio configura-se, assim, como um espaço de produção do conhecimento que favorece à pesquisa e à extensão, através da troca de experiências entre os envolvidos no processo e do aprimoramento progressivo do conhecimento sistematizado, a partir da confluência das diversas atividades curriculares, não se limitando assim, à transferência linear da teoria para a prática.

Em conformidade com os objetivos, o perfil e o campo de atuação dos formandos, o Estágio Supervisionado ocorrerá em Espaços Escolares e Não- Escolares, a saber:

A) Espaços Escolares:

Face ao diagnóstico da análise de necessidades do Curso, bem como as inovações formativas requeridas pela legislação oficial e impressas neste projeto, o Estágio Supervisionado nos espaços escolares impõe novas estratégias didáticas, organizacionais e interativas com as escolas, uma vez que o atual contexto educativo formal revela-se insuficiente e inadequado ao perfil do profissional que se deseja formar.

Assim sendo, constata-se, de antemão, que a demanda existente no Curso de Pedagogia-CAP/UERN, ocasionará dificuldades a serem enfrentadas para acomodar os estagiários, sempre

que ultrapassar o número de 40 (quarenta) alunos por turma concluinte, uma vez que no município de Patu só existem 06 (seis) escolas públicas. Quando ultrapassar essa quantidade o Departamento de Educação do CAP/UERN, irá seguir a Resolução Nº 06/2015 que dispõe do Estágio obrigatório na UERN (UERN, 2015), abrindo Pólos Aglutinadores em cidades circunvizinhas ao Campus. É necessário salientar que o corpo discente é formado, em sua maioria, por alunos oriundos de outros municípios do médio-oeste potiguar e de municípios da Paraíba, portanto, sempre que necessário, instalar-se-á pólos aglutinadores de estágio em pontos estratégicos da região.

Nessa perspectiva, o Departamento de Educação-CAP/UERN, através de sua Coordenação de Estágio Supervisionado, objetiva contatar as Escolas-campo de

Estágio, Secretaria Municipal de Educação de Patu, assim como as dos municípios que tiverem alunos estagiários do Curso de Pedagogia-CAP/UERN, a fim de se firmar parcerias para a efetivação de um Programa de Interação Formativa para o Pedagogo.

A parceria a ser proposta com os órgãos externos supracitados contará com o apoio de órgãos internos da UERN, como PROEG, PROEX e PROGEP, que poderão oferecer assessoramento técnico-administrativo no que se refere à elaboração e execução do planejamento que a proposta ora apresentada requer. Este Programa de Interação Formativa apresenta a finalidade de desenvolver Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão relativos a:

- a. Formação Continuada para os Professores e Gestores das escolas campo de estágio através de Cursos Lato-Sensu, bem como de assistências pedagógicas sistemáticas;
- b. Seminários de socialização e avaliação sobre os Estágios Supervisionados;
- c. Pesquisas diagnósticas relativas às necessidades formativas nos espaços escolares e acadêmicos;

Portanto, a atuação do Pedagogo nas escolas dar-se-á: na Educação Infantil com a carga horária de 135 horas e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, também com 135 horas, conforme explicitamos anteriormente.

B) Espaços Não-Escolares:

As possibilidades atuais de atuação profissional para o pedagogo em espaços educativos não docentes e não-escolares são bastante diversificadas. Atuar pedagogicamente na contemporaneidade, não se restringe mais ao espaço da escola ou da sala de aula, mas

—engloba serviços profissionais encarregados de facilitar e apoiar, por diferentes meios, a aquisição de um conhecimento educacional (MONEREO; POZO; 2007, p.14), através de práticas e atividades direcionadas a promover processos de ensino- aprendizagem e de gestão educacional.

A proposta do Estágio Supervisionado em espaços educativos não-escolares para os alunos do Curso de Pedagogia do CAP/UERN, remete, inicialmente, ao estudo

diagnóstico relativo às demandas presentes no mercado de trabalho local, com o propósito de estabelecermos uma proposta de atuação profissional, condizente com a realidade.

Para isso, desenvolvem-se ações como:

- Mapear as instituições não escolares existentes em Patu e municípios circunvizinhos, que comportam em seu quadro funcional o profissional da Pedagogia, a exemplo do que se propõe nos espaços escolares,

- Identificar e caracterizar as competências profissionais requeridas aos pedagogos por cada instituição;

- Mapear ações e projetos existentes na UERN, que requeiram potencializar a gestão, o ensino e a aprendizagem;

- Estabelecer possibilidades e prioridades neste Curso, para a prática do futuro pedagogo, em função dos mapeamentos realizados.

- Constituem-se espaços não-escolares para atuação do pedagogo: organizações não- governamentais (ONG), sindicatos, empresas, instituições socioeducativas, hospitais, centros de saúde e instituições ou associações diversificadas onde ocorram práticas socioeducativas.

- As práticas orientadas por esse componente curricular também podem se desenvolver em espaços onde ocorre a gestão dos sistemas educacionais e das ações socioeducativas, como Secretarias de Educação, Secretarias de Assistência Social e de Saúde, entre outros órgãos de atendimento ao cidadão.

As decisões a serem tomadas relativas à realização do componente curricular Estágio Supervisionado devem ser de responsabilidade do coordenador de estágio do Curso de Pedagogia, em pleno acordo com os supervisores de estágio em atuação no semestre letivo, e referendadas pela plenária departamental. O Estágio Supervisionado em espaço não-escolar serealiza com a carga horária de 135 horas, totalizando com os estágios anteriores, 405 horas.

O Estágio Supervisionado, na perspectiva de contemplar a formação do pedagogo, capaz de atender às demandas de uma realidade que se renova e se diferencia a cada dia, se apresenta, no decorrer do Curso, assim distribuído:

Estágio Supervisionado I – Desenvolvido na Educação Infantil, envolve o

estudo, análise, a problematização, a reflexão e a elaboração de proposição de soluções para as situações de ensinar, aprender e elaborar, executar e avaliar projetos de ensino que contemplem os Campos de Conhecimentos da Educação Infantil contemplados na BNCC (BRASIL, 2017), não apenas na sala de aula, mas também na escola, como instância formadora,

e na sua relação com a comunidade.

O Estágio Supervisionado I será desenvolvido em dupla e tem a seguinte estruturação:

1) Organização:

- Nº de alunos por professor/orientador: até 12.
- Local de realização do estágio: Espaços escolares em que se realiza um trabalho pedagógico com a Educação Infantil.
- Carga horária Total: 135h

2) Detalhamento da carga horária distribuída por atividade:

- Orientações/discussões teórico- metodológicas - 60h
- Observação direta na sala de aula - 20h
- Planejamento de ações pedagógicas para desenvolver na sala de aula - 07h
- Regência de classe - 40h de trabalho na sala de aula, diretamente com os alunos.
- Registro e sistematização da experiência - 04h
- Avaliação e apresentação na escola campo de estágio, do plano de trabalho desenvolvido - 04h.

3) Objetivos:

- Desenvolver um olhar sensível e interpretativo às questões da realidade educacional escolar;
- Conhecer e identificar junto/com os profissionais da escola, uma situação problema relacionada ao processo de ensino-aprendizagem da educação infantil;
- Estudar situações problema com base em referenciais teóricos (aportes teóricos, proposta pedagógica da escola, proposta curricular da escola e BNCC) que contribuam com o exercício da práxis pedagógica;
- Planejar e executar ações de intervenção em parceria com a equipe pedagógica da escola campo de estágio (aluno estagiário, professor supervisor de estágio e equipe pedagógica da escola) podendo se dar de diferentes formas:
 - Minicursos para professores e ou estagiários;
 - Aulas para todos os alunos da turma ou parte deles;
 - Ações interventivas no recreio;
 - Ações sócio educativas com pais e ou comunidade;
 - Projetos interdisciplinares de leitura na biblioteca, sala de leitura, laboratórios, brinquedoteca etc;

estágio.

- Sistematizar a experiência, apresentar e avaliar na escola ou instituição campo de
- Sistematizar a experiência, apresentar e avaliar na escola ou instituição campo de

Estágio Supervisionado II – Consiste no desenvolvimento e na execução de projetos que contemple as áreas de conhecimento definidos na BNCC para o anos iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2017), a partir de situações e de experiências práticas, visando a aprimorar a formação e a atuação profissional do futuro pedagogo em salas de aula do Ensino Fundamental – 1º ao 5º Ano, considerando as modalidades de ensino. A inclusão das modalidades de ensino (Educação Quilombola, Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, etc), nesse contexto, tem o propósito de flexibilizar e contemplar necessidades formativas profissionais e pessoais dos formandos em Pedagogia.

O Estágio Supervisionado II será desenvolvido individualmente com base na seguinte estruturação:

1) Organização:

- Nº de alunos por prof./orientador: até 12.
- Local de realização do estágio: Espaços escolares em que se realizem

umtrabalhopedagógico com os Anos Iniciais.

- Carga horária Total: 135h

2) Detalhamento da carga horária distribuída por atividade:

- Orientações/discussões teórico- metodológicas - 60h
- Observação direta na sala de aula - 20h
- Planejamento de ações pedagógicas para desenvolver na sala de aula - 07h
- Regência de classe - 40h de trabalho na sala de aula, diretamente comos alunos.
- Registro e sistematização da experiência - 04h
- Avaliação e apresentação na escolacampo de estágio, do plano de

trabalhodesenvolvido - 04h.

3) Objetivos:

escolar;

- Desenvolver um olhar sensível e interpretativo às questões da realidade educacional

- Desenvolver um olhar sensível e interpretativo às questões da realidade

educacional

- Conhecer e identificar junto/com os profissionais da escola, situações problema relacionada ao processo de ensino-aprendizagem direcionando para questões específicas de conhecimento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Estudar situações problema com base em referenciais teóricos (aportes teóricos, proposta pedagógica da escola, proposta curricular da escola e BNCC) que contribuam com o exercício da práxis pedagógica;
- Planejar e executar ações de intervenção em parceria com a equipe pedagógica da escola campo de estágio (aluno estagiário, professor supervisor de estágio e equipe pedagógica da escola) podendo se dá de diferentes formas:
 - Mini-cursos para professores e ou estagiários;
 - Aulas para todos os alunos da turma ou parte deles;
 - Ações interventivas no recreio;
 - Ações sócio educativas com pais e ou comunidade;
 - Projetos interdisciplinares de leitura na biblioteca, sala de leitura, laboratórios, Matemática, brinquedoteca etc;
- Sistematizar a experiência, apresentar e avaliar na escola campo de estágio.

Estágio Supervisionado III – Neste estágio o aluno poderá vivenciar a construção de uma visão mais ampla de atuação fora da escola e do contexto da atividade docente, mas sim na gestão ou coordenação dos processos educativos em que ocorrem práticas educativas não-escolarizadas. Assim, será permitido optar entre as alternativas: 1) Atuar em sistemas de ensino na gestão, supervisão, coordenação pedagógica em Secretarias e Centros de Educação.

2) atuar como pedagogo em espaços nãoescolar que demandem o trabalho pedagógico e práticas socioeducativas diversificadas.

1) Organização:

- Nº de alunos por prof./orientador: até 12.
- Local de realização do estágio: o aluno irá realizar o Estágio Supervisionado III em espaços não escolares em que a prática educativa se faz presente e onde existe pedagogos atuando tais como: Secretaria Municipal de Educação - SME, Atendimento Socioeducativo em

Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV), o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), o Conselho Tutelar, na própria UERN em Projetos de Extensão que desenvolvam ações sócio educativas, e outros espaços a serem definidos pelo Departamento de Educação do CAP/UERN

- Carga horária Total: 135 h

2) Detalhamento da carga horária distribuída por atividade:

- Orientações / discussões teórico-metodológicas: 60 h

- Observação participante para fins de diagnóstico do espaço institucional e das atividades socioeducativas desenvolvidas: 10 h

- Análise do diagnóstico com perspectiva de contribuição nas atividades socioeducativas: 10h

- Contribuição/co-participação nas atividades socioeducativas: 40h.

- Avaliação, Registro e sistematização da experiência 15h

3) Objetivo Geral

- Ampliar a experiência profissional do formando através da investigação/inserção em outros espaços de atuação do pedagogo que se configura como não escolar, mas que as práticas educativas se fazem presentes.

- Estudar a teoria e prática da educação nos seus vínculos com a prática social

global;

- Identificar os papéis desempenhados pelos pedagogos nas instituições em que

demandam o trabalho socioeducativo;

- Perceber a importância do pedagogo como mediador e organizador de

situações socioeducativas em espaços não escolares.

Ainda de acordo com a Resolução n. 06/2015 – CONSEPE/UERN, o Curso adotará um(a) Coordenador(a) de Estágio cuja competência está em mobilizar discussões, estudos, atividades, avaliações, com os professores do Componente Curricular Estágio Supervisionado, bem como (quando se fizer necessário) com os demais professores, de modo a acompanhar a evolução dos

trabalhos.

O acompanhamento do aluno no campo de estágio pelo docente do Curso de Pedagogia, o qual denominado de Supervisor Acadêmico de Estágio pela Resolução supracitada, dar-se-á através de visitas à escola/instituição onde o estágio se realiza, numa frequência mínima de 02 (duas) vezes (por Estagiário) para poder realizar a avaliação da aprendizagem dos estagiários. Conforme estabelecido na

Resolução n. 06/2015 -CONSEPE/UERN,

Art.39 São critérios para avaliação do discente estagiário: I. O cumprimento de 100% da carga horária de atividades práticas do Estágio realizadas no Campo de Estágio, e o limite de 25% de faltas nas atividades de orientação teórico-metodológicas, realizadas na UERN; II. O cumprimento das etapas previstas no Regulamento de Estágio contido no PPC; III. O cumprimento de 100% da carga horária de atividades práticas do Estágio, e o limite de 25% de faltas nas atividades de orientação teórico-metodológicas; IV. Os requisitos estabelecidos na avaliação do Supervisor de Campo de Estágio V. Os requisitos estabelecidos na avaliação do Supervisor Acadêmico de Estágio VI. A pertinência e o produto da autoavaliação realizada pelo estagiário; VII. Outros instrumentos avaliativos parciais e finais exigidos no PPC; VIII. A pertinência e a completude dos trabalhos parciais e finais elaborados pelo discente, bem como a pontualidade na entrega dessas atividades. (UERN, 2015, p. 15).

O processo Avaliativo do aluno/estagiário será realizado conjuntamente entre o supervisor do Estágio Supervisionado e o professor colaborador, profissional atuante no campo de estágio que recebe, acompanha e orienta o futuro Pedagogo. A avaliação poderá ser concretizada através dos seguintes instrumentos acadêmicos: planos ou projetos de trabalho, atuação nas práticas educativas, relatório, memorial, artigo, portfólio, dentre outros.

1.3.2 Aproveitamento das experiências profissionais

O aproveitamento das experiências profissionais seguirá o estabelecido no parágrafo único do Art. 1.º da Resolução CNE-PC, de fevereiro de 2002: —os alunos que exerçam atividades de docente regular na educação básica poderão ter redução de carga horária do estágio curricular supervisionado até no máximo de 200 (duzentas) horas. Para isso, serão adotadas as seguintes orientações:

O aproveitamento das experiências profissionais deve ocorrer, no que é estabelecido no Art. 35 da Resolução n. 06/2015 – CONSEPE/UERN, que assim institui sobre a redução da Carga Horária do Estágio:

Os discentes que exercem o magistério na educação básica como professores efetivos, na área objeto da formação, poderão ter redução de, até, 50%(cinquenta por cento) da carga horária total de Estágio prático desenvolvido no Campo de Estágio, observando-se o que dispõe a Legislação específica, e os critérios estabelecidos no PPC de cada Curso. (UERN, 2015, p.13).

Nesse sentido, o aproveitamento poderá ser solicitado para o Estágio Supervisionado I, II, por ser desenvolvido em contexto escolar. São destinadas 20 horas para Observação direta na sala de aula, conforme discriminadas anteriormente, portanto, deste total, serão dispensadas até 10 horas àqueles discentes que exercem o magistério na educação básica como professores efetivos. Assim, o aproveitamento deve ocorrer a partir da área do objeto em formação, ou seja, aproveitamento é solicitado com base nas experiências profissionais que o discente vem desenvolvendo enquanto servidor efetivo das redes estadual e municipal. A solicitação ocorre quando:

- Pa

ra a solicitação de aproveitamento para o Estágio I: Educação Infantil, faz-se necessário que o estudante seja servidor efetivo no exercício da docência da Educação infantil (creches e pré-escolas);

- Pa

ra o aproveitamento no Estágio II, considera-se, a importante que o estudante esteja desenvolvendo atividades efetivas em escolas dos anos iniciais do

Ensino Fundamental (regular), EJA, Educação Especial Inclusiva;

- Pa

ra o aproveitamento do RESPED no Estágio, faz-se necessário que a carga horária cumprida no RESPED seja equivalente a carga horária do estágio e se for para o mesmo nível de ensino correspondente.

O pedido de redução de carga horária nas atividades de estágio supervisionado, conforme a Resolução 06/2015 – CONSEPE/UERN, em seu Art. 35 assim, expressa:

§ 1º A redução da carga horária de Estágio será efetivada mediante apresentação, pelo discente estagiário interessado, de requerimento instruído com documento comprobatório do exercício efetivo, com tempo igual, ou superior a um ano, e que esteja em efetivo exercício.

§ 2º O pedido de redução será apreciado por uma banca composta pelo Coordenador de Estágio do Curso, e por mais dois professores que atuam como Supervisores Acadêmicos de Estágio, a quem caberá definir a carga horária a ser reduzida.

§ 3º A redução da carga horária de Estágio não poderá, em hipótese alguma, ter caráter acumulativo, ou ser contada em duplicidade. (UERN, 2015, p.14).

Para a solicitação da redução de carga horária e aproveitamento das atividades profissionais do magistério nas atividades obrigatórias nos estágios supervisionados I e II do Curso de Pedagogia, deverá ocorrer em datas previstas por editais internos da UERN, e seguir os seguintes critérios:

a) Será dispensado o aluno que comprovar ter, no mínimo, dois anos de docência exercida no nível de ensino equivalente àquele para o qual está sendo formado (Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando-se, também, atuação na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos);

b) O aluno que obtiver dispensa de parte de sua carga horária não poderá deixar de participar das atividades de orientação, planejamento, discussão e avaliação coletivas nos encontros de orientação teórico-metodológicas;

c) O aluno deverá apresentar relatório das atividades realizadas em sua atuação profissional, sob a orientação do seu supervisor de estágio.

8.3.3. Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório

O Estágio não-obrigatório no âmbito da UERN se fundamenta na Resolução 15/2017 – CONSEPE e na Lei Nº 11.788/2008 que define: Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior (...)II (BRASIL,2008).

A legislação vigente estabelece também que o estágio deve fazer parte do Projeto Pedagógico do Curso e integrar o itinerário formativo do educado. Especificamente, a Resolução 15/2017 – CONSEPE/UERN determina que para a oferta do Estágio curricular supervisionado não obrigatório deverá ser firmado termo de Convênio entre a UERN e a Instituição concedente. É celebrado também o Termo de Compromisso de Estágio - TCE entre o discente a instituição concedente do estágio e a UERN.

A referida Resolução estabelece ainda as competências e obrigações atribuídas às partes envolvidas no estágio. Vale ressaltar que o estágio não pode constituir vínculo empregatício de qualquer natureza, e deverá ter acompanhamento de professor da UERN e de um profissional da instituição concedente do estágio. Outro ponto importante é que o discente vinculado ao Estágio curricular supervisionado não obrigatório deverá receber bolsa ou outra forma de

contraprestação, bem como auxílio transporte e a carga horária não pode exceder 30 horas semanais.

Enfatiza-se que a carga horária do estágio não obrigatório poderá ser integralizada como atividades do Núcleo dos Estudos Integradores (Atividades Complementares).

1.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Para construção do Trabalho de Conclusão de Curso, são oferecidos dois componentes curriculares: Laboratório de Trabalho de Conclusão de Curso e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

1.4.1 Laboratório de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Consiste em um espaço de discussão e troca de experiências acerca do processo de elaboração do projeto de pesquisa para a construção do TCC.

A primeira etapa compreende a socialização de estudos, pesquisas, participações em projetos de iniciação científica, oportunizando a troca de experiências e aprendizados dos alunos com relação à operacionalização da pesquisa educacional, culminando com a definição do objeto de pesquisa para o TCC, compreendido na categoria de Artigo Científico.

A segunda etapa envolverá o processo de definição do professor orientador e a elaboração do projeto de Pesquisa para construção do TCC, que deve ser implementado no último semestre do Curso.

Esta atividade apresenta uma carga horária de 45 horas operacionalizados de forma intercalada entre os horários das demais disciplinas do período a ser negociado entre os professores.

As atividades do Laboratório de TCC devem ser coordenadas por um professor do Curso e assessoradas por um professor representante de cada grupo de pesquisa existente no Departamento, com o propósito de contribuir na distribuição dos projetos por professores orientadores, podendo ser ministrado remotamente em horário oposto, visto que no horário noturno não há espaço para sua realização. O processo avaliativo dos estudantes será mediante a qualidade da produção relativa ao seu Projeto de Pesquisa, podendo o professor Orientador do TCC contribuir nesse processo.

1.4.2 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O TCC é considerado como Atividade Obrigatória de Aprofundamento relativo ao núcleo de diversificação dos estudos e está regulamentado na Resolução 26/2017 CONSEPE/ UERN (UERN, 2017). Este trabalho ganha sua forma através de um artigo científico com rigor teórico e metodológico que atenda as exigências de um trabalho acadêmico, devendo ser apresentado e defendido no final do 8º período.

O TCC apresenta uma carga horária de 75 horas destinadas à orientação e à construção da pesquisa. São distribuídas em 15 horas de atividades teóricas e 60 horas de atividades práticas. O TCC se constitui no relato ou descrição crítica dos resultados da pesquisa realizada a partir do projeto investigativo apresentado no Componente Curricular Laboratório de TCC. O trabalho deve ser escrito na modalidade de Artigo Científico com no mínimo 18 páginas e no máximo 20, com a obrigatoriedade de contemplar discussão numa ou mais Área(s) de atuação do Pedagogo (Ensino na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando as modalidades de ensino e Gestão dos Sistemas de Ensino) seja em espaços escolares ou não escolares.

O estudante será assistido por um professor lotado no Departamento de Educação, durante todo o 8º período do Curso e submeterá à aprovação do TCC a uma Banca de três professores Examinadores cujo titular será seu Professor orientador, o segundo membro da banca um professor lotado no Departamento de Educação e o terceiro membro podendo ser professor de outro departamento, outra IES ou professores com titulação mínima de Especialização e que tenham prática de pesquisa afins com o objeto de estudo do TCC. Cabe à Banca Examinadora atribuir uma única nota ao TCC realizado e apresentado onde o valor 7,0 é considerado mínimo para a Aprovação, conforme Resolução 26/2017 CONSEPE/UERN (UERN, 2017).

Será permitida a participação por videoconferência e/ou parecer de até um membro interno/externo. Em caso de ausência de algum membro da banca, este deve apresentar justificativa e enviar parecer avaliativo escrito que contemple a análise do trabalho. O orientador fica impedido de se ausentar da Banca, caso aconteça

imprevistos, a data da banca será alterada, dentro do prazo estabelecido pela coordenação. A banca não pode ser realizada sem a participação de no mínimo dois membros examinadores.

A coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso é exercida por um professor do Departamento de Educação escolhido por seus pares em plenária departamental por um semestre letivo.

1.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Considerando a Resolução nº 02/2019 (BRASIL, 2019) que em seu Capítulo

IV apresenta como os Cursos de Licenciatura destinado a Formação Inicial de professores da Educação Básica, definindo 3 Grupos, conforme descrevemos anteriormente, onde esclarece a organização das Disciplinas, conciliando os Grupos com os Núcleos de Estudos orientados pelas DCNP (BRASIL, 2006), excluindo apenas as horas das Atividades Complementares que estão inseridas no Núcleo de Estudos Integradores. A organização da Carga Horária para atender a BNC-Formação (BRASIL, 2020) está sintetizada no quadro a seguir.

QUADRO 03: NÚCLEOS DE ESTUDOS E GRUPOS

NÚCLEOS DE ESTUDOS	GRUPOS	COMPOSIÇÃO	C/H	PREVISÃO (BRASIL, 2021)
	Grupo I: 825 (oitocentas e vinte e cinco) horas, para base comum que compreende os conhecimentos	- Componentes Introdutórias - Componentes de Fundamentos	165 660	825

Estudo s Básico s	científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e a prática educacionais.			
	SUB-TOTAL		825	800
	Grupo II: 1.620 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.	-Componentes de Especialização - Componente de Apl. Tecnológica - Unidades Curriculares de Extensão	1.200 60 360	1.620

	SUB-TOTAL		1.620	1.600
Aprofundamento e Diversificação de Estudos	Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:	Componentes de Estágio	405	895
		-	120	
		Componentes de	120	
	a) 405 (quatrocentas e cinco) horas para o estágio supervisionado, em situação	e	135	
		Aprofundamento	75	
		s.	45	
	real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora;	-Componentes Optativos		
	e	-Práticas		
	b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes	Pedagógicas		
		Programadas		
		-TCC		
		-Laboratório de TCC		

	curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.			
	SUB-TOTAL		895	895
	TOTAL		3.340	3.200
Integradores	Voltado a favorecer enriquecimento curricular.	o Participação orientada em atividades que envolvem o Ensino e Pesquisa.	195	-
		SUB-TOTAL	195	-
		TOTAL	3.540	100,00

Fonte: Secretaria do DE/CAP, 2020.

As atividades que fazem parte do Núcleo Integradores não fazem parte dos Grupos de Carga Horárias orientados pela Resolução da BNC-Formação (BRASIL, 2019) por se constituírem em atividades que articulam pesquisa e ensino. Este Núcleo segue as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006).

As atividades complementares relativas aos Estudos Integradores incluem a participação dos estudantes em atividades específicas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

São atividades que deverão ocorrer ao longo do curso, diretamente orientadas por membros do corpo docente, bem como, articuladas aos Componentes Curriculares e Atividades relativas à Diversificação dos Estudos, áreas de conhecimentos, eventos científico-culturais, estudos curriculares, dentre outras, de modo a propiciar múltiplas vivências pedagógicas e da pesquisa em organizações escolares e não escolares, públicas e privadas.

O estudante deve compor, ao longo do Curso, um conjunto de atividades com carga horária mínima de 195 horas, obedecendo aos critérios de pontuação abaixo: participação em projetos de iniciação científica, em atividades de grupos de pesquisa, em projetos de extensão, atuação em monitoria, apresentação em evento científico, participação em evento científico, em palestras, em eventos científico-culturais, publicações, dentre outros, conforme quadro a seguir:

QUADRO 4. PONTUAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

I – Atividade de docência

Requisito para a atribuição da carga horária	Carga horária
Participação em Programas (PIBID, RESPED, Projetos de ensino (bolsista ou voluntário) (Até 2 projetos).	15 horas por semestre
Atuação em Monitoria (bolsista ou voluntário) (Até 2 projetos)	20 horas por semestre
Participação em cursos e/ou minicurso na área de educação, na modalidade presencial ou à distância. (Até 5 minicursos).	Curso com até 10 horas: 05 horas Curso entre 10 e 20 horas: 10 horas Curso acima de 20 horas: 20 horas
Ministrante de minicursos e oficinas com carga-horária mínima de 4 horas (Até 4 atividades).	15 horas
- Ministrante de palestras (Até 4 palestras)	05 horas por palestras
- Experiência na Docência (Até 3 anos)	05 horas por ano
- Estágio não-obrigatório	10 horas por projeto

II - Atividade de pesquisa	
Requisito para a atribuição da carga horária	Carga horária
Participação de Projetos de Iniciação Científica (Bolsista ou voluntário) ou de Fluxo contínuo (Até 2 projetos)	20 horas por semestre
Participação de atividades de Grupo de Pesquisa (Até 2 grupos)	10 horas por grupo

Participação como colaborador de Pesquisa (voluntário) (Até 2 projetos)	08 horas por projetopesquisa
Apresentação em Eventos artístico-culturais (Até 03eventos)	05 horas por evento.
Participação em evento científico (local, regional,nacional e internacional)⁴(Até 06 eventos).	Local e Regional: 05 horas Nacional e internacional: 15

⁴ É obrigatória pelo menos 02 (duas) participações durante o curso.

	horas
Participação em palestras na área de educação (Até 8palestras).	04 horas por palestra

III - Atividade de Extensão	
Requisito para a atribuição da carga horária	Carga horária
Participação em Projetos de Extensão (Bolsista ouvoluntário) (Até 2 projetos)	20 horas por semestre
Participação em atividades Extensionistas (Até5 atividades)	10 pontos

IV - Produção técnica e científica	
Requisito para a atribuição da carga horária	Carga horária
Publicações (revista, jornais, livros, outros) (Até 2publicações em cada categoria).	Jornal: Periódico científico: 30 horas Capítulo de livro: 50horas
Participação na organização, coordenação e execução de eventos científicos. (Até 2 eventos)	10 horas por evento

Apresentação de trabalho em evento científico (local, regional, nacional e internacional)⁵ (Até 2 trabalhos em cada categoria)	Local e regional: 10 horas Nacional e internacional: 20 horas
--	--

V - Outras atividades	
Requisito para a atribuição da carga horária	Carga horária
Participação ativa em comissões internas do Curso.(Até 2 participações).	10 horas cada participação
Representação em órgão colegiado (Até 2 participações).	10 horas por semestre.

UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - UCEs

1.6 UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - UCEs

5 É obrigatória uma apresentação em evento durante o curso.

Entre as diversas atividades de qualificação da universidade está a dinâmica da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em 18 de dezembro de 2018 o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira pela Resolução nº 07 (BRASIL, 2018). Em seu Art. 4º fica instituído que os cursos superiores devem acrescentar 10% de sua carga horária em atividades de extensão, estas podendo ser: programas, projetos, oficinas, cursos, eventos e prestação de serviços. Em atendimento a essa determinação apresentamos neste item do PPC a proposta de organização dessas atividades no Curso de Pedagogia do CAP/UERN que faz parte do eixo Aprofundamento e Diversificação de Estudos.

Esse processo busca referendar a possibilidade de pautar o projeto formativo para atender às finalidades da educação, contempladas nas proposições de sua regulação, que são o pleno desenvolvimento do educando, o exercício da cidadania e a capacitação para o trabalho. Essas

atividades, por sua vez, podem ser concretizadas de diversas formas, sendo a metodologia de projetos a que tem se revelado de fundamental importância nos contextos universitários, principalmente quando se trata de projetos de pesquisa e extensão. Nessa perspectiva, a extensão universitária, entre a diversidade de entendimentos, pode ser considerada uma diretriz institucional, um processo mediador de construção do conhecimento e uma atividade que aponta para a finalidade do percurso da aprendizagem, qualificando o valor epistemológico, ético e político da instituição, que deve ser vivenciado, cotidianamente, pelos sujeitos acadêmicos e comunitários, pelos processos constituídos e constituintes, e pelos resultados individuais e coletivos.

Esse princípio está vinculado, também, ao seu projeto social, que se torna a razão do acolhimento de milhares de jovens, formando-os intelectual e profissionalmente, com o objetivo de atuar de modo profissional competente e de maneira cidadã consciente. Para que tal procedimento seja significativo, é oportuno que, na relação da academia com a sociedade, por meio de seus projetos pedagógicos, constitua-se um tempo e um espaço favorável ao processo de aprendizagem. Tempo esse garantido através da curricularização da extensão através das Unidades Curriculares de Extensão (UCEs).

Como apresentado na Resolução 25/2017 – CONSEPE/UERN que regulamenta a curricularização das atividades de extensão no capítulo 2 artigo 4º, Uma UCE é ofertada a partir, obrigatoriamente, de sua vinculação com Programas e/ou Projetos institucionalizados na Pró-Reitoria de Extensão da UERN, respeitados os trâmites ordinários previstos na legislação vigente (UERN, 2017). Especificamente o curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Avançado de Patu da UERN, além do desenvolvimento de atividades extensivas através de projetos, cursos, programas realizará ao longo dos semestres, atividades que atenda aos educadores das escolas e demais instituições educativas no intuito de promover o diálogo entre a universidade e a comunidade enriquecendo tanto a formação dos alunos quanto o papel social da UERN.

Essa possibilidade de aprendizagem constitui-se o eixo transversal para as atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão, que dá continuidade à articulação entre teoria e prática. Considerando que as UCEs devem responder a 10% da carga horária do curso, conforme a Resolução 25/2017 expedida pelo CONSEPE/UERN (UERN, 2017) teremos especificamente no curso de Pedagogia do CAP/UERN, 360 horas distribuídas em seis semestres, efetivadas no 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º períodos. Vale ressaltar que, por sua natureza interdisciplinar, os alunos do curso podem matricular-se em UCEs de outros cursos, de acordo

com as vagas oferecidas. Em contrapartida, poderemos receber alunos de outros cursos, contribuindo para nossas ações extensionistas.

QUADRO 5 DISTRIBUIÇÃO DAS UCES POR PERÍODOS:

Unidade Curricular de Extensão	Período	Carga Horária
UCE	2º Período	60 h
UCE	3º Período	60 h
UCE	4º Período	60 h
UCE	5º Período	60 h
UCE	6º Período	60 h
UCE	7º Período	60 h

QUADRO 6 ROL DE UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Unidade Curricular de Extensão	Carga Horária
UCE I	30 h
UCE II	30 h
UCE III	30 h
UCE IV	30 h
UCE V	60 h

UCE VI	60 h
--------	---------

UCE VII	60 h
UCE VIII	60 h
UCE IX	60 h
UCE X	60 h
UCE XI	60 h
UCE XII	60 h
UCE XIII	60 h
UCE XIV	60 h
UCE XV	60 h
UCE XVI	60 h
UCE XVII	60 h
UCE XVIII	60 h

A realização dessas atividades ao longo do curso evita uma sobrecarga para o aluno junto ao estágio e possibilita uma imersão no campo, logo que o estudante entra na graduação. As UCEs serão cadastradas de acordo com o calendário universitário e seguirão os trâmites propostos na instrução normativa da PROEX/PROEG/UERN que regulamenta a curricularização da extensão. Vale salientar, que a ementa, carga-horária será visualizada pelo aluno no ato da matrícula a depender do projeto/programa/curso a ser vinculado a UCE naquele semestre, ofertadas pelos docentes do curso de Pedagogia ou de outros cursos.

Dado o caráter interdisciplinar das UCEs, os alunos do curso de Pedagogia do CAP/UERN poderão se matricular nas ofertas advindas do próprio curso. O cadastro das UCEs respeitará o calendário acadêmico da UERN, assim como os protocolos normativos da PROEX/PROEG/UERN. As propostas de conteúdos e atividades das UCEs dependerá do interesse dos docentes em cada semestre letivo, que deverão ser apresentadas com antecedência ao Departamento Acadêmico e encaminhadas para os trâmites de institucionalização na Pró-reitora de Extensão (PROEX) no período de lançamento de editais institucionais.

O discente terá de se matricular regularmente nas UCEs previstas para o seu período, podendo cursar outras de seu interesse, de forma a integralizar a carga horária total prevista no PPC e respeitando o tempo limite da integralização curricular.

(UERN, 2018).

2 MATRIZ CURRICULAR

1º PERÍODO								
Código	Compon ente Curricul ar	Depa rta- ment ode Orige m	Aplica ção	Carga Horária			Crédi to	Pré- requisito código- Componente
			T,P,T/ P	Teór ico	Prát ico	To tal		
	Metodologi a do Trabalho Acadêmico	Educaç ão	T	60	-	60	04	-
0301123 -1	Introduç ão à Pedago gia	Educaç ão	T	30	-	30	02	-
	Ética na Educa ção	Educaç ão	T	30	-	30	02	-
	Antropologi a e Educação	Educaç ão	T	60	-	60	04	-
	Sociologi ada Educaç ão	Educaç ão	T	60	-	60	04	-
	Fundame ntos Histórico- Filosófico da Educação	Educaç ão	T	60	-	60	04	-
	Estudos Acadêmicos Introdutóri os I	Educaç ão	T	15	-	15	01	-

TOTAL				315	-	315	21	-
-------	--	--	--	-----	---	-----	----	---

2º PERÍODO						
Código	Componente Curricular	Departamento	Aplicação	Carga Horária	Crédito	Pré-requisito código-Componente

	ar	de Origem	T,P,T/ P	Teór ico	Prát ico	To tal		
	Psicologi ada Educaçã ol	Educaç ão	T	60	-	60	04	-
	Filosofi ada Educa ç ão	Educaç ão	T	60	-	60	04	(Cód.:) Fund. Hist.Filosóficos da Educação
	Estrutura e	Educaç ão	T	60	-	60	04	(Cód.:)

	Funcionamento da Educação Básica							Sociologia da Educação
	História da Educação Brasileira	Educação	T	60	-	60	04	-
	Pesquisa Educacional	Educação	T	60	-	60	04	-
	Estudos Acadêmicos Introdutórios II	Educação	T	15	-	15	01	-
0301903-1	Práticas Pedagógicas Programadas I	Educação	T/P	15	30	45	03	-
	UCE	Educação	T	15	45	60	05	-
TOTAL				390	30	420	28	

3º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código-Componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
	Psicologia da Educação II	Educação	T	60	-	60	04	() Psicologia da Educação I
	Profissão Docente	Educação	T	60	-	60	04	

	e							
	Política e Planejamento toda Educação	Educação	T	60	-	60	04	
	Educação Inclusiva	Educação	T	60	-	60	04	
0301058-1	Teorias Linguísticas e Alfabetização	Letras	T	60	-	60	04	
0301902-	Estudos	Educação	T	15	-	15	01	

1	Acadêmicos Introdutórios III	ção						
0301904-1	Práticas Pedagógicas Programadas II	Educação	T/P	15	30	45	03	
	UCE	Educação	T	15	45	60	04	

TOTAL				390	30	420	28	
-------	--	--	--	-----	----	-----	----	--

4º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código-Componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
	Didática	Educação	T	60	-	60	04	(Cód.:) Psicologia da Educação II
	Currículo	Educação	T	60	-	60	04	-
	Alfabetização e Letramento	Educação	T	60	-	60	04	(Cód.: 301058-1) Teorias Linguísticas e Alfabetização
	Gestão Educacional	Educação	T	60	-	60	04	(Cód.:) Política e planejamento da Educação
	Concepções e Práticas de Educação Infantil	Educação	T	60	-	60	04	-
0301905-1	Práticas Pedagógicas Programadas III	Educação	T	15	30	45	03	-
	UCE	Educação	T/P	15	45	60	05	-
TOTAL				375	30	405	27	

5º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código-Componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
	Ensino de História	Educação	T	60	-	60	04	(Cód.:) Didática

	Ensino de Geografia	Educação	T	60	-	60	04	(Cód.:) Didática
	Ensino de Ciências	Educação	T	60	-	60	04	(Cód.:) Didática

	Educação para Diversidade	Educação	T	60	-	60	04	-
	Seminário Temático I	Educação	T	45	15	60	04	-
	Estágio Supervisionado I	Educação	T/P	60	75	135	09	(Cód.:) Didática (Cód.:) Currículo
	UCE	Educação	T	15	45	60	04	-
TOTAL				405	90	495	33	

6º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código-Componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
	Ensino de Matemática	Educação	T	60	-	60	04	(Cód.:) Didática
	Ensino de Língua Portuguesa	Educação	T	60	-	60	04	(Cód.:) Didática
0401089-1	Língua Brasileira de Sinais	Letras	T	60	-	60	04	-
	Literatura e Infância	Educação	T	60	-	60	04	-
0301908-1	Seminário Temático II	Educação	T	45	15	60	04	-

	Estágio Supervisionado II	Educação	T/P	60	75	13 5	09	(Cód.:) Didática (Cód.:) Estágio Sup. I
	UCE	Educação	T	15	45	60		-
TOTAL				33	90	49 5		

7º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código-Componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
	Ensino de Arte	Educação	T	60	-	60	04	(Cód.:)

								Didática
	Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos	Educação	T	60	-	60	04	-
0301124-1	Ensino de Educ. Física	Educação	T	60	-	60	04	(Cód.:) Didática
	(optativa)	Educação	T	60	-	60	04	-
	Laboratório de TCC	Educação	T	45	-	45	03	(Cód.:) Estágio Sup. II (Cód.:) Pesquisa. Educ.
	Estágio Supervisionado III	Educação	T/P	60	75	135	09	(Cód.:) Estágio Sup. II
	UCE	Educação	T	15	45	60	04	-
TOTAL				405	70	475	32	

8º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código-Componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301072-1	Tecnologias e Mediação Pedagógica	Educação		60	-	60	04	-
	Aprofundamento	Educação		60	-	60	04	-
	Aprofundamento	Educação		60	-	60	04	-
	Optativa	Educação		60	-	60	04	-

0301125-1	TCC	Educação		15	60	75	05	(Cód.:) Estágio Superv..III (Cód.:) Laboratório deTCC
TOTAL				255	60	315	21	

QUADRO 05: DEMONSTRATIVO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

COMPONENTES OBRIGATÓRIOS À INTEGRALIZAÇÃO DA CH TOTAL							
SEMESTRE	COM. OBRIGATÓ	COMP. OPTATI	ESTÁGIO SUPERVISION	T C	UNIDADES CURRICULARE	ESTUDOS INTEGRADORES/	CH TO

	RIO S	VO S	AD O	C	S DE EXTENSÃO	ATIVIDADES COMPLEMENTA RES	TA L
1º	31 5	-	-	-	-		3 1 5
2º	36 0	-	-	-	UCE -60		4 2 0

3º	36 0	-	-	-	UCE – 60		42 0
4º	34 5	-	-	-	UCE – 60		40 5
5º	30 0	-	1 3 5	-	UCE – 60		49 5
6º	30 0	-	1 3 5	-	UCE – 60		49 5
7º	22 5	6 0	1 3 5	-	UCE - 60		47 5
8º	18 0	6 0	-	7 5	-		31 5
TOT AL GER AL	2.3 85	1 2 0	4 0 5	7 5	360	1 9 5	3.5 40
			3.3 45			3.5 40	

Fonte: Secretaria DE/CAP- 2020

QUADRO 06 ELENCO DE COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

COMPONENTES OPTATIVOS						
Nº	Código	Disciplina	CR	CH	Curso de Origem	Categoria
1	030108 8 -1	Linguagem, leitura e produção de textos	4	6 0	Pedagogia	Teórica
2	030108 9 -1	Teatro e música em sala de aula	4	6 0	Pedagogia	Teórica/ Prática
3	030109 0 -1	Educação e movimentos sociais	4	6 0	Pedagogia	Teórica
4	030109 1	Psicomotricidade e Educação	4	6	Pedagogia	Teórica

	-1			0		
5	030110 6 -1	Práticas educativas em contextos não escolares	4	6 0	Pedagogia	Teórica
6	030110 7 -1	Práticas interdisciplinares na educação infantil	4	6 0	Pedagogia	Teórica
7	030110 8 -1	Capacidades Linguísticasna Alfabetização	4	6 0	Pedagogia	Teórica

8	030108 1 -1	Educação e Multiculturalidade	4	6 0	Pedagogia	Teórica
9	030107 9 -1	Leitura, Escrita e Resolução de Problemas Matemáticos	4	6 0	Pedagogia	Teórica
1 0	030108 2 -1	Organização da Educação Municipal	4	6 0	Pedagogia	Teórica
1 1	030108 0 -1	Projetos Pedagógicos	4	6 0	Pedagogia	Teórica
1 2	030109 8 -1	Relação de Gênero e Sexualidade na Educação	4	6 0	Pedagogia	Teórica
1 3	030110 5 -1	Educação Popular: perspectivas Freirianas	4	6 0	Pedagogia	Teórica
1 4		Infância, Jogos, brinquedos e brincadeiras	4	6 0	Pedagogia	Teórica / Prática
1 5		Trabalho docente na sala do AEE	4	6 0	Pedagogia	Teórica / Prática
1 6	030109 2 -1	Avaliação do processo de ensino- aprendizagem	4	6 0	Pedagogia	Teórica
1 7	070300 2 -1	Cartografia Geral	4	6 0	Geografia	Teórica
1 8	080501 5 -1	Computadores e Sociedade	4	6 0	Ciência da Computação	Teórica

19	0701088-1	Cultura brasileira	4	60	Comunicação Social	Teórica
20		Educação à Distância	4	60	Educação	Teórica

2 1	030107 4 -1	Educação ambiental nas práticas pedagógicas	4	6 0	Educação	Teórica
2 2	030110 9 -1	Educação do Campo	4	6 0	Educação	Teórica
2 3	030108 3 -1	Educação cidadania da criança e do adolescente	4	6 0	Educação	Teórica
2 4	030107 5 -1	Educação Especial e inclusão	4	6 0	Educação	Teórica
2 5	030107 8 -1	Financiamento da Educação	4	6 0	Pedagogia	Teórica
2 6	080502 8 -1	Inteligência Artificial	4	6 0	Ciência da Computação	Teórica
2 7	030108 8 -1	Linguagem, leitura e produção de textos	4	6 0	Educação	Teórica
2 8	030108 0 -1	Projetos pedagógicos	4	6 0	Educação	Teórica
2 9	030107 6 -1	Procedimentos de intervenção nas práticas educativas	4	6 0	Educação	Teórica
3 0	040110 4 -1	Literatura de Cordel	2	3 0	Letras	Teórica
3 1	040105 1 -1	Literatura infanto-juvenil	4	6 0	Letras	Teórica

32	0402108-1	Análise do Discurso	4	60	Letras	Teórica / Prática
33		Educação para as Relações Étnico-Raciais	4	60	Educação	Teórico

Fonte: Sistema de Administração Escolar – SAE Ano: 2020.

Componentes de outras matrizes do curso atual

Componente da matriz de vínculo (anteriores)				Componente da matriz 2021.1 (atual)				
Matriz	Código	Componente	Ch	De p de origem	Código	Componente	Ch	↔ sim/não
2006.2	0301022-1	Processo de Alfabetização	04/60	Educ.		Alfabetização e Letramento	04/60	sim
2018.1	0301060-1	Alfabetização e Letramento	04/60					sim
2006.2	0301033-1	Educação de Jovens e Adultos	04/60	Educ.		Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos	04/60	sim
2018.1	0301069-1	Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos	04/60					sim
2008.1	0301048-1	Fund. sócio-econômicos da Educação	04/60	Educ.		Sociologia da Educação	04/60	sim
2008.1	0301008-1	Sociologia da Educação	04/60					sim
2006.2	0301016-1	Princípios da Educação Infantil	04/60	Educ.		Concepções e Práticas de Educação Infantil	04/60	sim
2008.1	0301062-1	Concepções e Práticas de Educação Infantil	04/60					sim

2003. 1	0301020-1	Currículo na Educação Infantil e Séries Iniciais	04/60 04/60	Educ.		Currículo	04/60	não
2018. 1	0301059-1	Currículo	04/60					
2008. 1	0301070-1	Corpo Movimento e ludicidade	04/60	Educ.		Ensino de Educação Física	04/60	sim
1995. 1	0301023-1	Recreação e Jogos	04/60					

2008. 1	0301009-1	Didática	04/6 0			Didática	04/60	Sim
2018. 1	0301009-1	Didática	04/6 0					Sim

2018.1	0301064-1	Educação para Diversidade	04/60	Educ.	03012061	Educação para Diversidade		Sim
2003.1	0301021-1	Educação Especial	04/60					não
2018.1	0301120-1	Educação Inclusiva	04/60	Educ.		Educação Inclusiva	04/60	sim
2018.1	03011021	Ensino de História	04/60	Educ.	03012091	Ensino de História	04/60	sim
2008.1	0301102-1	Ensino de História	04/60	Educ.	0301102-1	Ensino de História	04/60	sim
2006.2	0301025-1	Ensino de História	05/75					sim
2008.1	0301066-1	Ensino de Língua Portuguesa	04/60	Educ.		Ensino de Língua Portuguesa	04/60	sim
2018.1	0401065-1	Ensino Língua Portuguesa	06/90					sim
2008.1	0301065-1	Ensino de Matemática	04/60					Sim
2018.1	0301065-1	Ensino de Matemática						Sim
2006.1	0401057-1	Arte e Educação	04/60	Educ.		Ensino de Arte	04/60	Sim
2018.1	0301068-1	Ensino de Arte	04/60					Sim
2018.1	0301103-1	Ensino de Geografia	04/60					Sim
2018.1	03010631	Ensino de	04/60	Educ.	03012051	Ensino de	04/60	Sim

		Ciências				Ciências		
201 8.1	0301063-1	Ensino de Ciências	04/6 0	Educ.		Ensino de Ciências	04/6 0	Sim
200 6.2	0301014-1	Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico	04/6 0	Educ.		Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04/6 0	Sim
201 8.1	0301071-1	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04/6 0					
201 8.1	0301054-1	Filosofia da Educação	04/6 0					sim
200 6.1	0401058-1	Literatura Infantil	04/6 0	Educ.	0301067-1 04010511	Literatura e Infância Literatura Infanto-Juvenil	04/6 0	Sim
200 8.1	0301061-1	Gestão dos Processos	04/6 0	Educ.	0301009-1	Gestão Educacional	04/6 0	Sim

		Educativos						
200 6.1	0601031-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/6 0	Educ.		Metodologia do Trabalho Acadêmico	04/60	Sim
201 8.1	0103014-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/6 0					sim
2018. 1	03011001	Estágio Supervisionado II	09/16 5	Educ.	03011001	Estágio Supervisionado II	09/16 5	sim
2018. 1	03011011	Estágio Supervisionado III	09/16 5	Educ.	03012181	Estágio Supervisionado III	09/16 5	sim

2018.1	03012191	Laboratório de TCC	03/45	Educ.	0301122-1	Laboratório de TCC	03/45	sim
2018.1	03010151	Política e Planejamento da Educação	04/60	Educ.	03011971	Política e Planejamento da Educação	04/60	Sim

⇔ Equivalência em ambos os sentidos.

Componentes de outros cursos

Componente matriz atual				Componente equivalente Componente de outro(s) curso(s) da UERN que o discente poderá cursar				
D ep. orig em	Código	Componente	Ch	Dep. orige	Código	Compone nte	Ch	⇔ sim / não
Educ.	03012011	Didática	04/60	Educ.	0301010-2	Didática	04/60	sim
				Matemática	0301038-1	Didática Geral	04/60	sim
					0301042-1	Introdução Didática	03/45	sim
					0301118-1	Didática	04/60	sim
					03010091	03010091	04/60	
Educ.		Ensino de Língua Portuguesa	04/60	Letras Vernáculas	0401095-1	Didática da Língua Portuguesa	06/90	não
Educ.	PPE0201	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04/60	Educ.	0301039-1	Organização da Educação Brasileira	04/60	sim
				Matemática	APE0102	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica		
				Matemática	FPE0120	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04/60	sim
				Matemática	FPP0020	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04/60	sim

				Matemática	APP0013	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04/60	sim
				Matemática	PPE0102	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04/60	sim
				Matemática	MPE0102	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04/60	sim
Educ.	0301054-1	Filosofia da Educação	04/60	Filosofia	0702032-1	Filosofia da Educação	04/60	Não
				História	0704036-1	Filosofia da Educação	04/60	Não
				Ciências	0103014-1	Metodologia do	04/60	Não

				Contábeis		Trabalho Científico		
				Gestão Ambiental	010400 2-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/ 60	Não
				Turismo	010500 2-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/ 60	Não

Educ.	0301055-1	Organizaç ão do Trabalho Acadêmico	04/60	Letras	040105 9-1	Metodolo gia do Trabalho Científico	04/ 60	Não
				Comu nic. Social	070500 2-1	Metodolo gia do Trabalh o	04/ 60	Não
Educ.	0301067-1	Literat ura e Infânc ia	0401051 1	Litera tura Infant o- Juve nil				

						Científico		
				Ciências Sociais (Lic.)	0701091-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60	Não
				Geografia	0703035-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60	Não
				Educação Física (Lic)	0601031-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60	Não
				Ciência da Comput.	0805035-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60	Não
				Direito	0901003-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60	Não
Educ.	0301053-1	Psicologia da Educação I	04/60	Educ.	0301041-1	Psicologia Aplicada à Educação	04/60	sim
				Matemática	0301104-1	Psicologia da Educação	04/60	Não
				Letras Vernáculas	0301017-1	Psicologia da Educação	04/60	Não
Educ.	0301199-1	Psicologia da Educação II	04/60	Matemática	03010561	Psicologia da Educação II	04/60	sim
Educ.	03011971	Política e Planejamento da Educação	04/60	Matemática	03010151	Política e Planejamento da Educação	04/60	sim
Educ.	03011921	Filosofia da Educação	04/60	Matemática	03010541	Filosofia da Educação	04/60	sim
Educ.	03011891	Sociologia da Educação	04/60	Matemática	0301008-1	Sociologia da Educação	04/60	Sim
				Letras Vernáculas	0701032-1	Sociologia da Educação	04/60	Não

⇒ Equivalência em ambos os sentidos.

A equivalência de componente de outro departamento na matriz atual, só poderá ser definida pelo departamento de origem conforme parágrafo 2º do artigo 24 do RCG.

1.1 – EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	Introdução à Pedagogia	Classificação: obrigatória
Código:0301123-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30/02; Prática: __/ __; Total 30/02		

EMENTA: Perspectivas acerca da relação Ciências, Ciências Sociais/Humanas e Pedagogia. O campo de estudo da Pedagogia: definições e identidade. Tendências teóricas em Pedagogia. As áreas de atuação profissional do pedagogo. A demanda dos espaços não escolares e o olhar do pedagogo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. Brasiliense, São Paulo, 1981 (Coleção Primeiros Passos).

CAMBI, F. **História da pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GAUTHIER, Clermont. Por uma teoria da Pedagogia. Ijuí: ed. Unijuí, 1998.

GHIRALDELLI JR., P. O que é Pedagogia. Brasiliense: São Paulo, 1995 (Coleção Primeiros Passos).

LIBÂNEO. José C. Pedagogia e Pedagogos, para quê? 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia como Ciência da Educação**. São Paulo: Papirus, 2003.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Sentido da Pedagogia e Papel do Pedagogo. In: ANDE-Revista da Associação Nacional de Educação. Ano 5 n.º 9. 1985. p. 27-28.

SILVA, Carmem Bissolli da. Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade. Campinas: Autores Associados, 2003

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	Ética na Educação	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) () TCC () Disciplina () Estágio Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: () () Teórico-prático (x) Teórica Prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 30/02; Prática: <u> / </u> ; Total: 30/02		

EMENTA: A discussão contemporânea da ética. O ser humano enquanto ser-no-mundo, ser-na-praxis, ser-na-escola. Existência e liberdade. Ética e política. Ética e educação. Oethos escola. Bases filosóficas para a educação ética. Participação social. Violência e agressão. Solidariedade, tolerância e respeito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais: ética 2. ed. Brasília: DP&A, 2000. 146 p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 2003.

GOERGEN, Pedro. Pós-modernidade, ética e Educação. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 91.

VALLS, Álvaro. O que é ética? São Paulo: Brasiliense, 1996.

RUSS, Jacqueline. Pensamento ético contemporâneo. São Paulo: Paulus, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARISTÓTELES. Brasília: UnB, 2001.

CHANGEUX, Jena-Pièrre (org.). Uma ética para quantos? Ética a Nicomacos. Bauru: Edusc, 1999.

ESPINOSA, B. .Ética. São Paulo: Autêntica, 2009.

GALLO, S. Ética e cidadania. Caminhos da Filosofia. Campinas: Papirus, 2002.

PLATÃO, Mênon, São Paulo: Loyola, 2001

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	Metodologia do Trabalho Acadêmico	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x () () Teórico-prático) Teórica Prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: <u> </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

A ciência e outras formas de conhecimento. A emergência do Pensamento Decolonial. Tipos de trabalhos acadêmico-científicos. Diretrizes teórico-metodológicas para o estudo acadêmico: estratégias de leitura, fichamento, resumo e organização da informação. Diretrizes para realização de seminários. Etapas de elaboração e aspectos normativos e técnicos da redação científica e acadêmica de resenhas, resumos e artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citação em documentos: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: apresentação. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2002.

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-

graduação. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 8. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.
GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
HINDLE, Tim. Como fazer apresentações. São Paulo: Publifolha, 2000

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	Antropologia e Educação	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> / </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

Antropologia como campo de estudo e disciplina. Conceitos básicos de antropologia: cultura, etnocentrismo, alteridade, relativismo e o reconhecimento da diversidade. As relações entre sociedade, cultura e educação. As relações humanas culturais com o Meio Ambiente em diferentes sociedades. A Antropologia no Brasil. A escola enquanto espaço sociocultural e diverso. Identidade, etnicidade, raça, gênero na sociedade contemporânea e suas implicações na educação infantil e fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Fernando De. A Transmissão da Cultura São Paulo - SP: Melhoramentos, 1976.

p. 268.

BRANDÃO, C, R.O que é educação, 33. ed. São Paulo, Brasiliense,

1995.BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura 2. ed.

São Paulo:Brasiliense, 1986. 195 p.

LAPLATINE, François.Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro:

Zahar,1986, p. 25-53.

GOMES, Mércio Pereira. Antropologia Hiperdialética. São Paulo: Contexto,

2011. 126 p.RIBEIRO, Darcy. O Processo civilizatório: estudos de antropologia

da civilização. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 256 (Estudos de antropologia da civilização).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AUGÉ, M. O Sentido dos outros: atualidade da antropologia. Petrópolis/RJ:

Vozes, 1999. CUCHE, Dennis. A noção de cultura nas Ciências Sociais.

Bauru: Edusc, 1999.GERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia. Rio de

Janeiro, Jorge Zahar, 2001 GIDDENS, Antony (1993). As consequências da

modernidade. São Paulo:Editora

da UNESP.

ROCHA, P. Guimarães. O que é etnocentrismo. 11 ed. São Paulo, Brasiliense,

1994.

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	Sociologia da Educação	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x () () Teórico-prático)Teórica Prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: /____ ; Total: 60/04		

EMENTA:

As bases sociológicas da educação e seus clássicos. A educação como processo social e cultural. Conceitos, objetos e paradigmas da Sociologia da Educação. A relação dialética entre escola, Estado e sociedade. As instituições sociais, o processo de socialização e desenvolvimento socioeconômico da educação. As teorias sociológicas contemporâneas e o sistema de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e as suas regras. São Paulo: Loyola, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. BAUMAN, Zygmunt; May, Tim. Aprendendo a pensar com a Sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

BOURDIEU & PASSERON. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. RJ: Livraria Francisco Alves Editora, 1982.

_____, Jean-Claude. A reprodução. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. BYNUM, Willian. Uma breve história da ciência. Porto Alegre: L&PM, 2013.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar. 1996.

_____. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SELL, Carlos Eduardo. Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Celso. **A transformação das pessoas em mercadoria.** Textos básicos de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia.** 3ª ed. SP: Ed. Melhoramentos, 1962. FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade.** São Paulo: Centauro, 7ª edição revista, p. 33-47.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos Essenciais da Sociologia.** São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia.** São Paulo: Brasiliense, 1997. Coleção Primeiros Passos.

RODRIGUES, Alberto T., **Sociologia da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A: 2000. TORRES, Carlos Alberto. **Sociologia Política da Educação.** Coleção Questões de Nossa Época. Vol. 09. Cortez. São Paulo, 1993.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

PERÍODO		
1º		
Nome do componente:	Fundamentos Histórico-filosóficos da Educação	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	

Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato ()UCE
--	---

Pré-requisito:
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> / </u> ; Total: 60/04

EMENTA:

As concepções histórico-filosóficas da educação e a influência dos pensadores das ciências Históricas, Sociológicas e Filosóficas na constituição da Educação. O estudo das ciências sociais e humanas para a compreensão do fenômeno educativo e sua aplicação no processo de formação do pedagogo. O fenômeno educativo e suas dimensões teórico-práticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e as suas regras. São Paulo: Loyola, 2000.
- ALARCÃO, Isabel (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Ed. Loyola, São Paulo, 1996.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).
- MCLAREN, Peter. **A Vida nas Escolas**: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 353 p, 1997.
- SAVIANI, Demerval e DUARTE, Newton. **A formação humana na perspectiva histórico-ontológica**. Revista Brasileira de Educação, v. 15 n. 45 set./dez. 2010.
- PRADO Jr. Caio. **O que é Filosofia?** – 37. ed. – São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ADORNO, T. W. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ARANHA, M. L. A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARANHA, M. L. A. & MARTINS, M. H. P. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 2004.
- FILHO, L. M. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**: Bases, Sistemas e Diretrizes da Pedagogia. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- GUIRALDELLI JR, P. **Filosofia da Educação**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba: Unicamp, 2002.
- PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gubnkian, 1987.
- RODRIGUES, N. **Elogio à Educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	Estudos Acadêmicos Introdutórios I	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio (x) Ativ. prática () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: () Teórica (x) Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica: 15/ 01; Prática:/ ; Total 15/01		

EMENTA:

Elementos introdutórios do universo acadêmico. Abordagens curriculares do curso de Pedagogia da UERN. Composição organizacional e estrutural da universidade. A relação do acadêmico com o curso e sua formação profissional. Competências do Licenciando descritas na BNC-Formação. Avaliação institucional. Avaliação externa (ENADE).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERNANDES, Aldo Gondin (Org.) **Plano de Desenvolvimento Institucional** - Projetando o futuro da universidade: 2016/2026 / Universidade do Estado do Rio Grande do Norte: Mossoró – RN, 2016.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL, Secretaria de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Brasília, DF: MEC, Maio, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019**, Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília-DF: MEC/CNE, 2019: Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 20 ago. 2020.

UERN. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**.

Patu (RN), 2021. UERN/PROEG. Manual do aluno.

Disponível em: <http://www.uern.br>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, I. M. A universidade, o saber e o ensino em questão. In Veiga, I. P. A.; Naves,

M.

L. De P. (orgs). **Currículo e avaliação na educação superior**. Araraquara, SP: Junqueira& Marin, 2005.

GUIMARÃES, V. S. (org.). **Formar para o Mercado ou para a Autonomia? O papel da universidade**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

UERN. **Regulamento dos cursos de graduação da UERN**. Mossoró, 2010. UERN. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG. Rotinas Acadêmicas: Avaliação do Rendimento Escolar In: **Resolução nº 11/1993 – CONSUMI e Instrução Normativa** Nº 001/94 - PROEG. Mossoró/RN: UERN, 1993-1994.

UERN. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG. Rotinas Acadêmicas: Devolução, inutilização da avaliação e Exame Final. In: **Resolução nº 024/2001 – CONSEPE**. Mossoró/RN: UERN, 1994-2003.

UERN. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG. Rotinas Acadêmicas: Regulamento da Graduação: Normas e Procedimentos. In: **Resolução nº 043/2004 – CONSEPE**. Mossoró/RN: UERN, 2004.

PERÍODO 2º		
Nome do componente:	Psicologia da Educação I	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ /; Total: 60/04		

EMENTA:

Fundamentos da Psicologia da Educação. A contribuição da Psicologia Educacional para o processo ensino-aprendizagem. Análise das principais concepções teóricas da aprendizagem e suas implicações no ato educativo: Inatista, Comportamentalista, Humanista. Abordagens teóricas Psicogenética e Sociocultural. A relação professor-aluno no processo de desenvolvimento psicológico e da aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COLL, César.; PALACIOS, Jesus.; MARCHESI, Álvaro (Orgs.).
Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva: Porto Alegre:
Artes Médicas, 2000. v.2 COLL, César., et al. (2001). O Construtivismo na sala
de aula. Novas perspectivas para a

ação pedagógica. Porto: Edições ASA.
 MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. PIAGET, Jean; INHELDER, Barbel. A psicologia da criança: Rio de Janeiro: Difel, 2003. VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

COLE, Michael; COLE, Sheila. O desenvolvimento da criança e do adolescente. Porto Alegre: ArtMed. 2000.
 LEONTIEV, A. O Desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Horizonte, 1978.
 LURIA, A R. Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria. São Paulo: Artmed, 2001.
 OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993.
 ONTORIA, A. Mapas Conceituais: uma técnica para aprender. Portugal: Assa, 1992.

PERÍODO 2º		
Nome do componente:	Filosofia da Educação	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE	
Pré-requisito: (Cód. - Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação)		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ____ /; Total: 60/04		

EMENTA:

Significado e função da filosofia no processo educacional. As relações entre educação, trabalho, cultura, gênero, subjetividade e ideologia. Relações entre os sistemas filosóficos e as teorias educacionais contemporâneas. A Filosofia da Educação na formação e na prática do educador. A educação mediando a prática humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANHA, Maria Lúcia de A. **Filosofia da Educação**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo:Moderna, 1996.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Convite à filosofia**. São Carlos: Ática, 2008.

COSTA, Fernanda Antunes Gomes et al. Narrativas femininas para uma educação decolonial. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em**

Ciências. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas.** São Paulo: Ática, 1998.

GOLIN, Tau. **Etnocídio e Herança Indígena.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

MENESES, Maria Paula. Os desafios do Sul: traduções interculturais e interpólicas entre saberes multi-locais para amplificar a descolonização da educação. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

PEDUZZI, Luiz O. Q.; BRIGO, Jussara; GONÇALVES, Erica de O.; URBAN, Samuel Penteado. **Fundamentos Epistemológicos da Educação Científica e Tecnológica:** leituras e reflexões. Mossoró: Edições UERN, 2019.

ROSA, Katemari. **A Teoria crítica da raça na pesquisa em educação em ciências:** novas perspectivas teórico-metodológicas para o contexto brasileiro. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia.** Campinas - SP: Autores associados, 2003.

URBAN, Samuel Penteado; LINSINGEN, Irlan von. Resistência Decolonial e Educação: as escolas populares de saúde no Timor-Leste. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

CORTELLA, Mário Sérgio. **A Escola e o Conhecimento:** Fundamentos Epistemológicos e Políticos. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação:** um estudo introdutório. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DEMO, Pedro. **Saber Pensar.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1990. p.180 (Coleção magistério 2º grau. Formação do).

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades Indígenas.** São Paulo: Ática, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítico:** Primeiras Aproximações. 8.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

PERÍODO 2º		
Nome do componente:	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	Classificação: obrigatória

Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE
Pré-requisito: (Cód. – Sociologia da Educação)	

Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: ___ /; Total: 60/04

EMENTA:

Direito à Educação. Organização do Sistema Educacional nacional e local. Legislação Educacional. Estrutura e Funcionamento da escola. Financiamento da educação básica. Plano Nacional de Educação e Plano Municipal de Educação como garantia do direito à Educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
_____. (1996a). **Lei nº 9.394/96** - Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
_____. (1996b). **Lei nº 9.424/96** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília, 1996.
_____. **Emenda Constitucional nº 14/96**. Brasília, 1996.
LIBÂNEO José Carlos. **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 409 p.
PILETTI, Nelson. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental: Atualizado de acordo com a Nova Lei de Diretrizes E**. 26. ed. São Paulo: Ática, 2001. p. 232 Educação.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CABRAL NETO, A (Org). **Política educacional: desafios e tendências**. Porto Alegre: Sulina, 2004.
CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. A educação na América Latina: direito em risco. São Paulo: Cortez; ActionAid Américas, 2006.
FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.
GERMANO, J. W. **Estado militar e educação (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994.
GENTILI, P.; Silva, T. T. **Escola S.A quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.
VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. 2. ed. atual. Fortaleza: EdUECE, 2015.
SAVIANI, D. **A nova lei de educação; trajetórias, limites e perspectivas**. Campinas (SP): Autores Associados, 1997.

PERÍODO 2º		
Nome do componente:	História da Educação Brasileira	Classificação: obrigatória

EMENTA:

Contextualizar historicamente as práticas educacionais produzidas no Brasil e a historiografia da educação. Instituições e práticas educativas no Brasil do século XIX. A educação escolar no Brasil no século XX. As reformas educacionais e a legislação de ensino. A história das ideias pedagógicas e a formação dos professores. Perspectivas e problemas atuais para a educação no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANHA, M. L. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1993. BRANDÃO, Carlos. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1983. CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-41. PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a História da Educação Popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. **Revista Histed-Br** On line. Campinas, n. 40, p. 72-89, dez. 2010. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014. SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011. _____. (Org.). **Estado e políticas educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010. _____. **O legado educacional do Regime Militar**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. _____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2007. _____. **O legado educacional do século XIX**. São Paulo: Autores Associados, 2006. VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007. VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Líber Editora, 2011. p. 145-170.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOPES, Eliane Maria Teixeira.; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte, 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**: da antiguidade aos dias atuais. São Paulo: Cortez, 1989.

Manifesto dos pioneiros da educação nova - http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil nação**: 1808-2010. Vol 3: A abertura para o mundo. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e Memórias da Educação Brasileira**. Vol. II. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 25-49.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **Educação na casa**: a constatação de uma prática e a sua significação em Oitocentos. In: . A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

PERÍODO 2º		
Nome do componente:	Pesquisa educacional	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> 1 </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

Ciência e método científico. Crise de Paradigmas e Epistemologias Decolonias. A Pesquisa Educacional no Brasil. Pesquisa em Educação Ambiental, Gênero e Questões Étnico- Raciais, como temas emergentes de investigação. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação. Qualidade e quantidade na pesquisa educacional. A educação e a pesquisa social. A pesquisa no contexto escolar e a importância da formação do professor pesquisador. Projeto e relatório de pesquisa: elementos constitutivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. FAZENDA, Ivani Catarina A. **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

DAMASCENO, Maria Nobre; SALES, Celecina de Maria Veras; ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de. (Org.). **Pesquisa Qualitativa**: Formação e Experiências. 1ed. Curitiba: CRV, 2016

DESLANDES, Suely Ferreira Cruz Neto (Org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RAMPAZZO, Lino. O conhecimento. In: RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica para alunos do curso de graduação e pós-graduação**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2013. p. 17-30.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.).

Metodologia da Pesquisa Educacional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUSA, Kamila Costa de. Aportes Teórico-Filosóficos da Pesquisa Qualitativa em Educação. In: CHAGAS, Eduardo Ferreira; JOVINO, Wildiana Kátia Monteiro Jovino; MARTINS, Maria Artemis Ribeiro. **Os Desafios da Práxis**: Educação e Conhecimento. Curitiba: CRV, 2018. p.253-264.

SOUSA, Kamila Costa de. Entrelaçar falas e desvelar o cotidiano camponês: o Grupo de Discussão na Pesquisa com Jovens do Campo. In: DAMASCENO, Maria Nobre; SALES, Celecina de Maria Veras; ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de. (Org.). **Pesquisa Qualitativa**: Formação e Experiências. 1ed. Curitiba: CRV, 2016, v. 1, p. 195-213.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Líber Livro, 2007.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4. ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 90-113.

BOGDAN, Roberto, BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução a teoria e aos métodos. Lisboa: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 11-27.

Disponível

em:<<https://revistas.ufg.br/fchf/article/view/1719>>. Acesso: 29 mar. 2018.

DEMO, Pedro. **Praticar ciência:** metodologias do conhecimento científico. São Paulo:Saraiva, 2011.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernosde Pesquisa**, N. 115, p. 139-154, março/2002. Disponível em:<[http://proferlao.pbworks.com/w/file/65176929/PESQUISA%20QUALITATIVA.p df](http://proferlao.pbworks.com/w/file/65176929/PESQUISA%20QUALITATIVA.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2018.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Quantidade-Qualidade: para além de um dualismo técnico ede

uma dicotomia epistemológica. *In*: SANTOS FILHO, JOSÉ Camilo dos, GAMBOA Silvio Sánchez (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GATTI, Bernadete A.. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cad. Pesqui.** [online]. 2001, n.113, pp. 65-81. ISSN 0100-1574.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n113/a04n113.pdf>>. Acesso em 20 mar.2018.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2.ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PERÍODO 2º		
Nome do componente:	Estudos Acadêmicos Introdutórios II	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio (x) Ativ. prática () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 15 / 01; Prática: / ; Total 15/01		

EMENTA:

Expansão do olhar acadêmico e científico dentro da universidade. Compreensão do processo educativo, através de fontes literárias diversas (nas pessoas, na linguagem cinematográfica, na fotografia, na pintura, na escultura, na arquitetura, no cordel, na música, dentre outras).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

APOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 251 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a distância.

Integração das tecnologias na Educação. Brasília, 2005.

FARIA, Wilson De. **Mapas Conceituais**: Aplicações Ao Ensino, Currículo e Avaliação. São Paulo: Pedagógica e Universitária - E.P.U., 1995. p. 59 (Temas básicos de educação e ensino MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papirus, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, Col. Polêmicas do nosso tempo, nº 4, 1989.

NOT. L. **As pedagogias do conhecimento.** São Paulo: Difel, 1981. 488 p.

ONTORIA, A. **Mapas Conceituais:** uma técnica para aprender. Portugal:

Assa, 1992. VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo:

Martins Fontes,

1984.

PERÍODO 2º		
Nome do componente:	Práticas Pedagógicas Programadas I	Classificação: obrigatória
Código: 0301903-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio (x) Ativ. prática () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: () Teórica (x) Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica: 15/01 Prática: 30 / 02; Total: 45/03		

EMENTA:

Concepções de educação do pedagogo em espaços escolares e a função social da escola; descrição e análise de práticas e concepções pedagógicas reveladoras dos papéis atribuídos a educação e a sociedade para contribuir com a formação humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 41^a reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos).

CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **A Vida na Escola e a Escola da Vida**. Petrópolis: Vozes, 1982. 95 p.

COSTA, Marisa Cristina V. **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GURGEL, Sebastiana Adjasílva Pinheiro; (ORIENTADOR) - PEREIRA, Soraya Nunes dos Santos. **A influência da afetividade no processo de educação e construção do saber**. Patu: [s.n.], 2013. 45 p.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia como Ciência da Educação**. São Paulo:

Papirus, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANHA, M. L. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1993.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia como Ciência da Educação**. São Paulo: Papirus, 2003.

SEVERINO, A. J. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho D'Água, 2001.

PERÍODO 3º		
Nome do componente:	Profissão Docente	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> 1 </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

A natureza da profissão docente. O processo histórico de delimitação dos saberes docentes. A profissionalização enquanto competência e reconhecimento social. As identidades socioprofissionais dos professores que atuam na Educação Infantil e Anos Iniciais do ensino fundamental e suas modalidades: o leigo, o técnico, o profissional. Profissão docente e relações de gênero. O desenvolvimento pessoal e profissional do professor crítico-reflexivo. As instituições e práticas de formação docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPOS, Silmara de; PESSOA, Valda Inês Fontenele. Discutindo a formação de professoras e de professores com Donald Schön. In: FIORENTINI, Dario et al. Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil – ALB, 1998. p. 183-206.

ENRICONE, Délcia (Org) ; STOBÂUS, Claus Dieter . **Ser Professor**. 6. ed. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul /PUCRS, 2008. 102

p. IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 9ª. São Paulo: Cortez, 2011. 127 p. (Coleção questões da nossa época ; v. 14).

NÓVOA, Antônio. **Profissão Professor**. Portugal: Ed. Porto, 1994.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D'ÁVILA, Cristina (orgs). **Profissão docente**: novos sentidos, novas perspectivas. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 176 p. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRZEZINSKI, Iria. **Profissão Professor**: identidade e profissionalização docente. Brasília: ed. Plano, 2002.

CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. São Paulo: Papirus, 1989. FURLANI, L. M. T. **Autoridade do professor**: meta, mito ou nada disso? São Paulo: Cortez, 1991.

MOREIRA, A. F. B. (Org.) **Conhecimento educacional e formação do professor**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

TARDIF, Maurice; LEWISSARD, Claude. **O Trabalho Docente**. São Paulo: Vozes, 2005.

PERÍODO 3º		
Nome do componente:	Política e Planejamento da Educação	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (X) Teórica	() Prática	() Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> / </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

Abordagem histórica e teórica das políticas públicas e da Educação Básica do Brasil. O Estado e a gestão das políticas educacionais. A contribuição dos movimentos contra hegemônicos na definição, implementação e orientação das políticas educacionais. Conceito e classificação do planejamento educacional. Planos e programas educacionais em evidência na educação brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna. **Política educacional**

contextos e perspectivas da educação brasileira. Brasília: Liber livro, 2012. 320. ARGUIN, Gérard. **O Planejamento Estratégico no Meio Universitário.** Brasília - DF: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, 1988. p. 91 (Estudos e debates; 16).
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, Jorge Ferreira De; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 543 p.
FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade.** 6. ed. São Carlos, SP: Moraes, 1986. p. 142 (Coleção educação universitária).
KUENZER, Acácia; CALAZANS, M. Julieta; GARCIA, Walter. **Planejamento e educação no Brasil.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do Estado:** entre eficiência e democratização. Barueri, SP: Manole, 2003.
BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001
MACHADO, Lourdes Marcelino, FERREIRA, Naura Syria Carapeto (orgs.). **Política e gestão da educação:** dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 199-211.
MARTINS, Ângela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Sylvia Simões (Orgs). **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino:** problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
MATTOS, Paulo Todescan Lessa. **A Formação Do Estado Regulador:** Novos Estudos. - CEBRAP n.76. São Paulo Nov. 2006
OLIVEIRA, Cleiton de et al. **Municipalização do ensino no Brasil:** algumas leituras. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PERÍODO 3º		
Nome do componente:	Educação Inclusiva	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	

Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE
Pré-requisito:	
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático	

Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: /____ ; Total: 60/04

EMENTA:

A Educação Inclusiva no contexto socioeconômico e político brasileiro. Fundamentos da educação inclusiva. Abrangência e pressupostos legais da educação inclusiva. O papel social da educação inclusiva. Os diferentes tipos de deficiências, distúrbios e dificuldades de aprendizagem. O Atendimento Educacional Especializado como serviço de apoio a inclusão escolar do educando público alvo desta modalidade. A tecnologia assistiva na sala de recurso multifuncional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M de (Orgs.). **Educação Especial:**

diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva.** Porto Alegre: CEDI, 2008.

Disponível

em: http://200.145.183.230/TA/4ed/material_apoio/modulo2/M2S1A5_introducao_TA_Rita_Bersch.pdf. Acesso em 09 de abr de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Especial: tendências atuais.** Secretaria de Educação a Distância. Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - Acerp, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Educação Especial. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Brasília, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>.

Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos —isll.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIUS, J. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação.** Tradução de Fátima Murad. 2 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. Vol. 3.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. Políticas de inclusão: escola gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves & SOUZA, Vanilton C. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FONSECA, V. da. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem.** Porto

Alegre:Artmed, 1995.

MANTOAN, M. T. E. (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: RJ, Vozes. 2011.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MARTINS, L. de A. R. **Educação e Inclusão social de pessoas com necessidades especiais: desafios e perspectivas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

NETO CABRAL, A. & NASCIMENTO, I. V. & LIMA, R. N. **Política pública de**

educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões. Porto Alegre: Sulina, 2006. SILVA, S. & VIZIM, M. (Org). **Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados.** Campinas: Mercado das letras, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Dulce Barros de. Formação de professores para a escola inclusiva. In: LISITA, Verbena M. S. S; PEIXOTO, Adão J. (orgs.). **Formação de professores:** políticas, concepções e perspectivas. Goiânia: Alternativa, 2001. BRASIL/MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Adaptações curriculares:** estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação. **Direito à Educação:** subsídios para a gestão dos sistemas educacionais, orientações gerais e marcos legais. Brasília: Mec/ Secretaria da Educação Especial, 2004. BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente.** Lei n. 8.069. Brasília/DF, 1990.

_____. **Lei n. 10.436:** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília, SEESP, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **sobre princípios, política e prática em educação especial.** Disponível: www.mec.org.br. Acesso em: 12/06/2006.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, Lucídio e FREIRE, Ida Mara (orgs.). **Um olhar sobre a diferença:** interação, trabalho e cidadania. Campinas, SP: Papirus, 1998. BRASIL, Constituição de 1998. Constituição da república Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2005

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo (orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PERÍODO 3º		
Nome do componente:	Psicologia da Educação II	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática ()	

	UCE
Pré-requisito: (Cód. Educação I -Psicologia da	
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: /____ ; Total: 60/04	

EMENTA:

As contribuições de Wallon, Freud e Ausubel para o processo de aprendizagem. Papel do lúdico no processo de construção do conhecimento segundo a Psicologia da Educação. Temas contemporâneos para a formação do professor relacionados com a Psicologia da Educação. O papel do professor na perspectiva construtivista- interacionista. As competências socioemocionais da BNCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTORINA, José Antonio; FERREIRO, Emília; OLIVEIRA, Marta Kohl De. Piaget, Vygotsky: Novas Contribuições Para o Debate. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 175. ISBN 85-08-05653-2.

COLL, C; et al. O construtivismo na sala de aula. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1990.

GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: Uma Concepção Dialética do Desenvolvimento Infantil. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 134 p. (Coleção educação e conhecimento).

MATUI, Jiron. Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Moderna, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. Educação é a Base. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação. vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

POZO, Juan Ignacio. Teorias cognitivas da aprendizagem. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

RAMOZZI-CHIAROTINO, Zélia. Psicologia e epistemologia genética de Jean Piaget. São Paulo: EPU, 1988.

VASCONCELOS, Vera Maria Ramos de; VALSINER, Jaan. Perspectiva Co- construtivista na psicologia e na educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

VIGOTSKI, Lev S. A formação social da mente. 6. ed. Orgs. Micael Cole et

al. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1998

PERÍODO 3º		
Nome do componente:	Teorias Linguísticas e Alfabetizaçã o	Classificação: obrigatória
Código: 0301058-1		Avaliado por: (X) Nota () Conceito
Departamento de origem: Educação		Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE
Pré-requisito:		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> / </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

Os princípios básicos da Linguística como a ciência da linguagem. Abordagens linguísticas sobre o ensino da língua e suas implicações pedagógicas no processo de alfabetização: fonética, fonológica, sociolinguística, textual e enunciativa. Relação entre oralidade e escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico** – o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2000.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. 6. ed. São Paulo: Scipione, 1993.

CURTO, L. M. et al. **Escrever e ler: como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e a ler**, vol. I e 2, Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FERREIRO, Emília. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1985.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org). **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 254 p.

NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009. 204 p.

TEBEROSKY, A. & COLOMER, T. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. São Paulo. Cortez/Autores Associados, 1986.

_____. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Reflexões sobre alfabetização**. Trad. Horácio Gonzáles et.al 2 ed. São Paulo: Cortez/Autores.

TASCA, Maria & POERSCH, José M. et al. **Suportes linguísticos para a alfabetização**. 2 ed. Porto Alegre: Sagra, 1990.

--

PERÍODO 3º		
Nome do componente:	Estudos Acadêmicos Introdutórios III	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (X) Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: () Teórica	(x) Prática	() Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica: 15/01 ; Prática: / ____ -Total: 15/01		

EMENTA:

Tendências da pesquisa educacional na atualidade; universos empíricos propícios à investigação no contexto educacional local; campos temáticos ou Grupos de Estudos existentes no Departamento de Educação, seus interesses de estudo, produções e pesquisadores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Francisco Ari de ; SANTOS, Jean Mac Cole T. Formação de professores e pesquisas em educação teorias, metodologias, práticas e experiências docentes. Fortaleza: UFC, 2011. 307 p. (Coleção Diálogos Intempestivos, n.96)
CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4. ed. São Carlos: Cortez, 1991. p. 164 (Biblioteca da educação
DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 8. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2007. p. 130 (Coleção educação contemporânea). ISBN 85-85701-21-8.
LOMBARDI, José Claudinei (Org). **Pesquisa em Educação: História, Filosofia e Temas Transversais**. 2. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2000. p. 177 (Coleção educação contemporânea). ISBN 85-85701-85-4.
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso De. **Etnografia da prática escolar**. 15. ed.

Campinas: Papirus, 2008. p. 128 (Prática pedagógica). ISBN 85-308-0376-0.

ALMEIDA, A. L. —Uma relação muito delicada: escola e comunidade, In: **25ª Reunião Anual da ANPED** – GT Educação Popular, Caxambu, out./2002.

Disponível em:

<<http://www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/adirluzalmeidat06.rtf>>.

Acesso em: 25 de maio de 2008.

SILVA JUNIOR, Celestino Alves da; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org) . **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 174.

PERÍODO 3º		
Nome do componente:	Prática Pedagógica Programada II	Classificação: obrigatória
Código: 0301904-1	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica: 15/01 ; Prática: 30 / 02 -Total: 45/03		

EMENTA:

Identificação, classificação e justificativa da identidade profissional que prepondera nas atuais atividades do pedagogo; sistematização, explicação e análise crítica das condições de trabalho, processos formativos e formas de organização dos pedagogos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2009. 247 p. (Magistério: formação e trabalho).

PIMENTA, Selma G. (Orgs.) **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas** – 3. ed.

– São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 208 p.

_____. **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 197 p.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa**. 6. ed. Rio de Janeiro: WAK editora, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

As referências complementares que orientam a condução dessa atividade advêm dos PGCCs adotados para o 3º período. Contudo, há possibilidades de outras indicações, conforme os níveis de dificuldades apresentados por cada grupo de alunos.

PERÍODO 4º		
Nome do componente:	Didática	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE	
Pré-requisito: (Cód.: - Psicologia da Educação II)		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: 60/04		

EMENTA:

Conceito, divisão e objeto de estudo da Didática. O papel social da Didática no processo ensino-aprendizagem e a prática pedagógica. A gestão dos conteúdos e das práticas pedagógicas. Os componentes estruturantes de um plano de aula. Planejamento de ensino, organização, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem. A interdisciplinaridade e a transversalidade na organização e na ação didática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Rubem. **Pinóquio às avessas: uma estória sobre crianças e escolas para pais e professores**. Campinas, SP: Versus editora, 2005.

ANASTASIOU, Lea das G. Camargo; ALVES, Leonir P. Processos de ensinagem na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Santa Catarina: UNIVILLE, 2003.

BRASIL, MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997. BRASIL, MEE/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação **Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02

abr. 2020.

BEYER, Hugo Otto. **Educação inclusiva ou integração escolar? Implicações pedagógicas como rupturas paradigmáticas**. In: Ensaio Pedagógico. Brasília: MEC/SEE, 2006.

CANDAU, Vera M.F.(org.) **A Didática em questão**. Petrópolis, Vozes, 1984.

CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (orgs).

Ensinar a Ensinar: didática para a escola fundamental e média. São

Paulo: Thompson, 2002. CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 13-39 ep. 97- 116 .

FARIAS. Isabel Maria Sabino et al. **Didática e docência: aprendendo a profissão**. Fortaleza: Liber livro, 2008.

HAYDAT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 2ª ed. São Paulo. Ática, 1995. p. 95-107.

HOFFMANN, Jussara: **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre. Mediação, 2003. LUCK,

Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos teórico-**

metodológicos. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007. LIBÂNEO, J.C. **Didática**.

Editora Contexto, São Paulo, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007

HAYDAT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 2ª ed. São Paulo. Ática, 1995. p. 95-107.

HOFFMANN, Jussara: **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre. Mediação, 2003.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar**: Fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

MASETO, Marcos Tarciso. **Didática**: a aula como centro. 4ª Ed. São Paulo:

FTD, 1997. PIMENTA, S. G. Epistemologia da prática ressignificando a didática. In: FRANCO, A. S.; PIMENTA, S. G. (Org.). **Didática**: embates contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2010.

PERÍODO 4º		
Nome do componente:	Currículo	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	

Departamento de origem: Educação	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE
Pré-requisito:	
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: 60/04	

EMENTA:

Teorias de currículo: tradicionais, críticas e pós- críticas. Currículo e cultura: condicionantes e influências, disciplinas e integração curricular. A produção de conhecimento no campo do currículo. Políticas de currículo e suas bases: LDB, Base Nacional Comum Curricular-BNCC, diferentes formas de organização curricular, práticas curriculares. Relações entre produção curricular, saberes profissionais e formação de professores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOPES, Alice Casimiro (Org); MACEDO, Elizabeth (Org). **Currículo debates contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 237 v. 2 (Série cultural, memória e currículo).

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículos** e Programas no Brasil. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012. 192 p. (Coleção Magistério: formação e trabalho).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org); CARDOSO, Maria Helana Fernandes (Org). **Escola Fundamental: Currículo e Ensino**. 2. ed. Campinas - SP: Papirus, 1995. p. 216 (Coleção Magistério: formação e trabalho).

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 352 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Nilda & GARCIA, Regina Leite. **O sentido da escola**. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

ALVES, Nilda et al. **Criar currículo no cotidiano**. SP: Cortez, 2002.

BARRETO, Elba Siqueira de Sa (Org.). **Os Currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção Formação de professores).

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02abr. 2020.

COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). **O Currículo nos limiares do contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

GOODSON, I. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Currículo de ciências em debate**. Campinas, Papirus, 2004.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. São Paulo, Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. **Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.11, n.32, p.285-296, maio /ago, 2006. www.scielo.br

MOREIRA, A. F. & SILVA, T. T. da (orgs.). **Territórios contestados** - o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOREIRA, Antonio Flávio B. (org.) **Currículo: políticas e prática**. Campinas: Papirus, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Alienígenas na sala de aula** - uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999

SACRISTAN, J. GIMENO. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, curricular e didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SILVA, Luiz Heron da (org.). **Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo; NOGUEIRA, Carlos Ernesto. **Conhecimento e saber**: apontamentos para os estudos de currículo. In: DALBEN, Ângela et al (orgs). **Coleção Didática e Prática de Ensino**. Alfredo, Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 67-87.

PERÍODO 4º		
Nome do componente:	Alfabetização e Letramento	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE	
Pré-requisito: (0301058-1 - Teorias Linguísticas e Alfabetização)		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: 60/04		

EMENTA:

Aspectos históricos e sociais da alfabetização. Concepções teórico-metodológicas do processo de alfabetização. A psicogênese da língua escrita. A indissociabilidade entre a alfabetização e o letramento no acesso ao mundo da escrita. Literacia, letramento e os letramentos (social, escolar, emocional, ecológico, digital, etc.). Princípios do Sistema de Escrita alfabético e consciência fonológica. O desafio de alfabetizar letrando. Proposições da BNCC para a Alfabetização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTANHEIRA, M. L.; MACIEL, F. I. P.; MARTINS, R. M. F. (Org.). **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica: Ceale, 2008

CURTO, Lluís Maruny [et.al.]; MORILLO, Maribel Ministral; TEIXIDÓ, Manuel Miralles . **Escrever e ler**: como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e a ler. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 235 v. 1 il.

CURTO, Lluís Maruny; MORILLO, Maribel Ministral; TEIXIDÓ, Manuel Miralles. **Escrever e Ler**: Materiais e Recursos Para a Sala de Aula. Porto Alegre - RS: Artmed, 2007. p. 251 v. 2.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1985.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, c1999. 284 p.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

LEMLE, Miriam. **Guia teórico do alfabetizador**. 15. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 123 p.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004, p. 49-82.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 122 p. (Alfabetização e letramento na sala de aula).

OÑATIVIA, Ana Cecilia. **Alfabetização em três propostas – da teoria à prática**. São Paulo: Ática, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: essa é a base. Brasília/DF: SEB, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 – Institua Política Nacional de Alfabetização. **Diário Oficial da União** de 11 de abril de 2019a. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm Acesso em: 30 jan. 2020.

CASTANHEIRA, M. L.; MACIEL, F. I. P.; MARTINS, R. M. F. (Orgs). **Alfabetização e Letramento na sala de aula**. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora: Ceale, 2009. Col. Alfabetização e letramento na sala de aula.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2006.

GOMES, Maria de Fátima C. e Sena, Maria das Graças C. **Dificuldades de aprendizagem na alfabetização**. Belo Horizonte, Autentica/Ceale, 2000.

FRADE, Isabel Cristina A. da S. **Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdo da alfabetização**: perspectivas históricas e desafios atuais.

Educação Santa Maria. v. 32, n. 01, p. 21-40, 2007. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acesso em 22/11/2012.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Tecnologia, educação e democracia** - Método Paulo Freire: processo de aceleração de alfabetização de adultos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. Apêndice, p. 173-195.

SILVA, Ceris S. R. da. **Planejamento das práticas escolares de alfabetização e letramento**. In:

KLEIMAN, A. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado Aberto, 1995.

OLIVEIRA, Maria do Socorro; KLEIMAN, Ângela B. (Orgs.). **Letramentos múltiplos**: agentes, práticas, representações. Natal – RN: EDUFRRN – Editora da UFRN, 2008.

SCILIAIAR-CABRAL, Leonor. **Guia prático de alfabetização**. São Paulo: Contexto, 2003.

PERÍODO 4º		
Nome do componente:	Gestão Educacional	Classificação: obrigatória
Código: 0301121-1	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE	
Pré-requisito: (Cód. – Política e Planejamento da Educação		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: 60/04		

EMENTA:

A gestão e sua interface com as políticas educacionais. Compreensão crítica das funções, processos pedagógicos e administrativos no contexto dos sistemas e das instituições educativas. Organização do trabalho pedagógico em termos de planejamento, coordenação e avaliação dos processos educativos escolares e não- escolares. Planejamento participativo e elaboração de projetos educativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, Alda Maria Duarte de Araújo; BARBALHO, Maria Goretti Cabral. **Formação de gestores a distância:** uma contribuição para a gestão democrática da escola. Natal: EDUFRN, 2012. 253p.

DALBEN, Ângela Imaculada Louveiro de Freitas. **Conselhos de classe e avaliação:**

perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas: Papirus, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, Jorge Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra.

Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 543 p.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** Petrópolis: Vozes, 2006. 98 p

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional.**

Petrópolis: Vozes, 2006. 98 p. (Serie Cadernos de Gestão).

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional uma questão paradigmática.** Petrópolis: Vozes,

2006. 98 p. (Serie Cadernos de Gestão).

VALERIEN, Jean. **Gestão da Escola Fundamental**: Subsídios Para Análise e Sugestões de Aperfeiçoamento. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 176. ISBN 85-249-0591-7.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação**: Por Uma Outra Política Educacional 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. 164 p. (Coleção educação contemporânea)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro da Souza (Orgs). **O Coordenador Pedagógico e o espaço da mudança**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ARANTES, Valéria Amirim (Org.) **Educação formal e não formal**: pontos e contrapontos Jaume Trilla e Elie Ghanem. São Paulo: Summus, 2008.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997. p. 163-188

____, **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Estabelece as diretrizes para o Ensino Fundamental de 9 anos, MEC/SEB

____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BAUER, Carlos et al. **Políticas Educacionais e discursos pedagógicos**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação institucional da escola**: base teórica e construção do projeto. Edições Demócrito Rocha: Fortaleza, 2001.

VIEIRA, Sofia L. (Org). **Gestão da Escola**: Desafios a enfrentar. Rio de Janeiro DP&A, 2002. p.47-75.

PERÍODO 4º		
Nome do componente:	Concepções e Práticas de Educação Infantil	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	

EMENTA:

As dimensões biológicas, psicossocial, histórica e cultural do conceito de criança e de infância. A percepção de criança em sua realidade educativa. Práticas relacionadas com o educar e o cuidar: abordagens sobre as diferentes linguagens (o brinquedo, o desenho, a música, corpo e movimento). Organização do ambiente e das rotinas pedagógicas na educação infantil que favorecem a ampliação do conhecimento de mundo, a construção da identidade e da autonomia. Debate sobre as políticas nacionais de educação infantil os campos de conhecimento da BNCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARIËS, Philippe. **História social da criança e da família**. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981

BRAIT, Beth. **Educar na infância perspectivas histórico-sociais**. São Paulo: Contexto, 2010. 221 p.

CRAIDY, Carmem Maria (Org) ; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (Org) . **Educação infantil pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2008. 164 p.

FARIA, Ana Lúcia Goulart De (Org); PALHARES, Marina Silveira (Org). **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. 125 p. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 62).

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: Uma Concepção Dialética do Desenvolvimento Infantil** 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 134 p. (Coleção educação e conhecimento).

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org); PINAZZA, Mônica Appezzato (Org). **Pedagogia(s) da Infância: Dialogando com Passado Construindo o Futuro**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 328.

KRAMER, Sônia. **Infância e Educação infantil**. São Paulo: Papirus, 1999.

KRAMER, Sônia, et al. **Com a Pré-escola nas Mãos: Uma Alternativa Curricular Para a Educação Infantil** 14. ed. São Paulo - SP: Ática, 2006. p. 112 (Educação em Ação).

MÁRSICO, Leda Osório. **A Criança e a Música: Um Estudo de como se processa o Desenvolvimento Musical da Criança**. 0. ed. Porto Alegre: Globo, 1982. p. 153.

POZAS, Denise. **Criança que brinca mais aprende mais: a importância da atividade lúdica para o desenvolvimento cognitivo infantil** Rio de Janeiro: Senac Rio, 2011. 115p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação é a Base**. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: < [http:// basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso

em: 02 abr.2020.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.
[Referencial](#)

Curricular Nacional para a educação infantil – RCNEI – Brasília:
MEC/SEF,1998. 03 vl.

ANGOTTI, Maristela (org.) **Educação infantil**: para que, para quem e por quê? Campinas, SP: Alínea, 2006.

AQUINO, Lígia Maria Leão de & VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. **Orienta- ção Curricular para a Educação Infantil**: Referencial Curricular Nacional de Diretrizes Curriculares Nacionais. In: **Educação da Infância**: História e política. Niterói: UFF, 2013.

BONDIOLI, Anna. **Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos**: uma abordagem reflexiva. 9ª Ed. Porto Alegre. Artmed, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de Instituições de Educação Infantil**/Coordenação Geral de Educação Infantil. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. I e II

DEVRIES, Rheta. **A ética na Educação Infantil**: o ambiente sócio-moral na escola. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KULMANN Jr, Moisés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre. Mediação, 1998. Ática, 2005.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou, Da educação**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Santa Marli Pires. (Org.). **Ludicidade como ciência**. Petrópolis: Vozes, 2001. SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel. **As crianças e a infância**: definindo conceitos, delimitando o campo. In: SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel. **As crianças, contextos e identidades**. Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra, 1997.

SOUZA, A. M. C. de. Retrospectiva histórica da educação infantil. In: **Educação infantil**: uma proposta de gestão municipal. Campinas: Papirus, 1996. p. 25-52.

SOUZA, Maria Cecília Braz Ribeiro de. **A concepção de criança para o Enfoque Histórico Cultural**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília: 2007.

VASCONCELLOS, V.M. (Org.). **Educação da Infância**: história e política. 2ª ed. Niterói: Editora da UFF, 2013.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PERÍODO 4º		
Nome do componente:	Práticas Pedagógicas Programadas III	Classificação: obrigatória
Código: 0301905-1	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	

Departamento de origem: Educação	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE
Pré-requisito:	

Aplicação: () Teórica (X) Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica: 15/01 ; Prática: 30 / 02-Total: 45/03		
EMENTA: O conhecimento escolar e as características que o distinguem de outras formas de conhecimento. Problemáticas que envolvem a relação dos sujeitos/alunos e professores com o conhecimento escolar. Os processos de construção e ensino - aprendizagem do conhecimento escolar. O professor e a gestão da matéria pedagógica. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDRÉ, M.E.D. A. Etnografia da prática escolar. 12 ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. (Coleção Práxis). COSTA, Marisa Cristina V. Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Currículo, Conhecimento e Cultura. In: MOREIRA, A. F. B. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: THERRIEN, J.; MAMEDE, M.; LOIOLA, F. Trabalho docente e transformação pedagógica da matéria: alguns elementos da gestão dos conteúdos no contexto da sala de aula. Publicado In: Formação e práticas docentes. Fortaleza: UECE. 2007 TINOCO, E. F. V.; DOMINGUES, E. M.; MARTINS, R. M. S. Reflexões Sobre a Educação e a Construção do Conhecimento Escolar. 2008		

PERÍODO 5º

Nome do componente:	Ensino de Ciências	Classificação: obrigatória
----------------------------	--------------------	-----------------------------------

Código:	Avaliado por: (X) Nota () Conceito
Departamento de origem: Educação	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE
Pré-requisito: (Cód.: - Didática a)	
Aplicação: (x () Prática () Teórico-prático)Teórica	
Carga horária/Crédito: Teórica 60h; Prática: ____ / ; Total 60/04	

EMENTA:

Ciência e Ciências na escola. Os conteúdos, recursos didáticos e a investigação no ensino de Ciências. Relações Étnico Raciais, de gênero e indígenas na educação em ciências. O planejamento das aulas de Ciências nas perspectivas interdisciplinar e inclusiva. As competências que o ensino desenvolve segundo a BNCC. A didática das ciências naturais e o ensino de Ciências como prática investigativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAYA, Juan Bacigalupo; FONSECA, Alexandre Brasil. **Propostas para uma educação intercultural em uma zona de sacrifício: o caso da —Caleta Loucurall no Chile**. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

CARVALHO, Anna M. Pessoa de; Gil - Pérez, Daniel. **Formação de professores de ciências**. São Paulo: Cortez, 2006.

DELIZOICOV, Demétrio. **Ensino de ciências fundamentos e métodos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FIGUEIREDO, João B. A. **Educação ambiental dialógica: as contribuições de Paulo Freire e a cultura sertaneja nordestina**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

ROSA, Katemari. **A Teoria crítica da raça na pesquisa em educação em ciências: novas perspectivas teórico-metodológicas para o contexto brasileiro**. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASTOLFI, Jean-Pierre. **A didática das ciências**. Campinas: Papirus, 2012.

AB'SABER, Aziz N. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, Maria J. M. de. et al. **Leitura e escrita em aulas de ciências**: Luz, calor e fotossíntese nas mediações escolares. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação é a Base**. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

BORBA, Marcelo de Carvalho. et al. **Pesquisa em ensino e sala de aula**: deferentes vozes em investigação. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018.

CARVALHO, Ana Maria Pessoa de. et al. **Ensino de Ciências por investigação**: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

DIOS, Olga de. **Rã de três olhos**. São Paulo: Boitatá, 2018.

FROTA-PESSOA, Oswaldo. **Como Ensinar Ciências** 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

GALIETA, Tatiana; GIRALDI, Patrícia M. **Linguagens e discursos na educação em ciências**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014.

HOOKS, Bell. **Meu crespo é de rainha**. São Paulo: Boitatá, 2018.

JOULLIÉ, Vera; MAFRA, Wanda. **Didática de Ciências Através de Módulos Instrucionais**. 6. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1987.

LANGHI, Rodolfo; SILVA, Sioneia Rodrigues da. **Astronomia na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018. PLANTEL, Equipo et al. **As mulheres e os homens**. São Paulo: Boitatá, 2016.

PEDUZZI, Luiz O. Q.; BRIGO, Jussara; GOLÇALVES, Erica de O.; URBAN, SamuelPenteado. **Fundamentos Epistemológicos da Educação Científica e Tecnológica**: leituras e reflexões. Mossoró: Edições UERN, 2019.

ROSS, Jurandyr L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TOKITAKA, Janaína. **Pode pegar!**. São Paulo: Boitatá, 2017.

TRIVELATO, Sílvia F.; SILVA, Rosana L. F. **Ensino de Ciências**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

WATANABE, Giselle. **Educação Científica Freireana na escola**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

PERÍODO 5º		
Nome do componente:	Educação para Diversidade	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	

Departamento de origem: Educação	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Ativ. prática () UCE
Pré-requisito:	
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica 60h; Prática: ____ / ; Total 60/4	

EMENTA: A política nacional para a diferença e diversidade. Igualdade versus diferença: sentidos e discursos. Currículo, culturas e democracia. As relações étnico- raciais, indígenas e de gênero. A formação de professores numa perspectiva de atendimento à diversidade e diferenças. As práticas pedagógicas e acesso ao conhecimento numa perspectiva do princípio de Educação para Todos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAYA, Juan Bacigalupo; FONSECA, Alexandre Brasil. Propostas para uma educação intercultural em uma zona de sacrício: o caso da —Caleta Loucurall no Chile. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 251 (Coleção ciências sociais da educação).

COSTA, Fernanda Antunes Gomes et al. Narrativas femininas para uma educação decolonial. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

GOLIN, Tau. **Etnocídio e Herança Indígena**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

FIGUEIREDO, Bianca de Souza. et al. O crime de nascer negro no Brasil: uma proposta antirracista no ensino de química forense. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al.

Decolonialidades na Educação em Ciências. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

HERNAIZ, Ignácio (Org). **Educação na diversidade experiências e desafios na educação intercultural bilíngue**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação 2009. MENESSES, Maria Paula. **Os desafios do Sul**: traduções interculturais e interpolíticas entre saberes multi-locais para amplificar a descolonização da educação. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

ROSA, Katemari. **A Teoria crítica da raça na pesquisa em educação em ciências**: novas perspectivas teórico-metodológicas para o contexto brasileiro. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Para educar crianças feministas. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

BRASIL. **Resolução nº 1**, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004.

_____. **Resolução nº 2**, de 28 de Abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.

_____. **Resolução nº 5**, de 22 de julho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

_____. **Resolução nº 8**, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

BARTH, Fredrik. **Etnicidade e o conceito de cultura**. Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. Niterói: EDUFF, 1995.

CANDAU, Vera M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

FELINTO, Renata (Org.). **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na escola: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lado ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2014. GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

DIOS, Olga de. Rã de três olhos. São Paulo: Boitatá, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e Cultura Política**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de**

liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKE, Bell. **Meu crespo é de rainha**. São Paulo: Boitatá, 2018.

LOPES, Alice C. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MAGALHÃES, António; STOER, Stephen. **A escola para todos e a excelência acadêmica**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Egler et al. **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MANZINI, Eduardo José (Org.). **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPE, 2006.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: uso e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MACEDO, Elizabeth. **Um discurso sobre gênero nos currículos de Ciências**. Educação e Realidade. 32(1): 45-58 jan/jun 2007.

PERÍODO 5º		
Nome do componente:	Estágio Supervisionado I	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: () Disciplina () TCC (X) Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: (Cód.: - Didática)		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04 Prática: 75/05; Total 135/09		

EMENTA: Concepções de Estágio, o Estágio como pesquisa, relação teoria e prática. Estudo, análise e problematização do campo de atuação profissional. Planejamento interdisciplinar na Educação Infantil. Ação docente na educação infantil a partir dos Campos de Conhecimento da BNCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 253 p. (Coleção mag. for. e trabalho pedagógico).

KRAMER Sonia (Org) et al. **Infância e Educação Infantil**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2012. 280 p. (Prática pedagógica).

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2008.

Carga horária/Crédito: Teórica 45/03 Prática: 15/01; Total 60/04

EMENTA:

Problemas de conhecimento na educação infantil envolvendo as diferentes linguagens. As propostas e práticas das diferentes linguagens /campos de conhecimento no espaço da educação infantil, segundo a BNCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOUZA, Regina Célia De (Org) et al. **A Práxis na Formação de Educadores Infantis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 125 p.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006. CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde, et al. **Os fazeres na educação infantil**. 11eds. - Rev. e ampl.- São Paulo: Cortez, 2009.

KRAMER, Sônia. **Infância e Educação infantil**. São Paulo: Papirus, 1999. KRAMER, Sônia, et al. **Com a Pré-escola nas Mãos: Uma Alternativa Curricular Para a Educação Infantil** 14. ed. São Paulo - SP: Ática, 2006. p. 112 Educação em Ação).

MÁRSICO, Leda Osório. **A Criança e a Música: Um Estudo de como se processa o Desenvolvimento Musical da Criança**. 0. ed. Porto Alegre: Globo, 1982. p. 153.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: essa é a base**. Brasília/DF: SEB, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2001

OLIVEIRA -FORMOSINHO, Júlia. **Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro**. Porto Alegre. Artmed, 2007.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERÍODO 5º		
Nome do componente:	Ensino de História	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	

Pré-requisito: (Cód.: - Didática)
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60h; Prática: __/ __ ; Total 60/04

EMENTA: A emergência da história como campo disciplinar. Noções, fontes e conceitos históricos: tempo e espaço, cultura, sujeitos, fatos, memórias e identidades. Aspectos teóricos e metodológicos para ensinar e aprender História por meio da articulação entre história local e história do cotidiano, regional, nacional e mundial. A produção historiográfica e a articulação entre o saber acadêmico e o saber escolar. As competências desenvolvidas pelo Ensino de Ciências segundo a BNCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Disciplinas Escolares:** história e pesquisa. In. OLIVEIRA, Marcus A. T; RANZI,

S. M. (Orgs.). História das Disciplinas Escolares no Brasil. Bragança Paulista – SP. EDUSF, 2003. P. 09 – 38.

_____. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008. FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e práticas de ensino de história:** experiências, reflexões e aprendizados. 5.ed. Campinas: Papirus, 2008.

SCHIMIDT, Maria & CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECKER, F. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001. BORGES, V. P. **O que é história?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação é a Base**.

Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>.

Acesso em: 02 abr. 2020.

PENTEADO, Heloísa. **Metodologia do ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 1991.

PERÍODO 5º		
Nome do componente:	Ensino de Geografia	Classificação: obrigatória
Código:		Avaliado por: (x) Nota () Conceito

Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito: (Cód.: - Didática)	
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica 60h; Prática: __/ __ ; Total 60/4	

EMENTA: A relação natureza e sociedade no tempo e no espaço geográfico. Os conceitos geográficos Cartografia escolar. Geografia nas perspectivas interdisciplinar e inclusiva. Espaço e Relações Étnico Raciais, de gênero e indígenas. As competências para ser desenvolvidas no ensino da Geografia segundo a BNCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA Rosângela Doin de [et.al]. **O espaço geográfico:** ensino e representação. São Carlos: Contexto, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia escola e construção de conhecimentos.** Campinas: Papirus, 2009.

COSTA, Fernanda Antunes Gomes et al. Narrativas femininas para uma educação decolonial. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

GOLIN, Tau. **Etnocídio e Herança Indígena.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do Ensino de História e Geografia São Paulo:** Cortez, 1990.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas.** Petrópolis, RJ:Vozes, 2011.

MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

ROSA, Katemari. **A Teoria crítica da raça na pesquisa em educação em ciências:** novas perspectivas teórico-metodológicas para o contexto brasileiro. In: MONTEIRO, Bruno A.

P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

SANCHES, Arcênio. **Geografia:** as Grandes Paisagens Brasileiras. São Paulo: Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas - IBEP p. 137.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AB'SABER, Aziz N. **Os Domínios de Natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas.

São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Cartografia escolar**. São Paulo: Contexto, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação é a Base**. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC/CONSED/UNDIME,

2017. Disponível

em: <

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02

abr. 2020.

CALLAI, Helena C.; TOSO, Cláudia E. I. **Diálogos com professores: cidadania e práticas educativas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.

CALLAI, Helena Copetti. **Educação Geográfica: reflexão e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. CASTELLAR, Sônia. **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2017.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: CengageLearning, 2014.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; COSTELLA, Roselane Zordan. **Brincar e cartografar com os diferentes mundos geográficos: a alfabetização espacial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos et al. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2017.

DIOS, Olga de. **Rã de três olhos**. São Paulo: Boitatá,

2018. HOOKS, Bell. **Meu crespo é de rainha**. São Paulo: Boitatá, 2018.

LOPES, Jader Janer Moreira. **Geografia e Educação Infantil: espaços e tempos desacostumados**. Porto Alegre: Mediação, 2018.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino De (Org). **Para Onde Vai o Ensino de Geografia**. 9.ed. São paulo: Contexto, 2010.

PLANTEL, Equipo et al. **As mulheres e os homens**. São Paulo: Boitatá, 2016.

PONTUSCHKA, Nídia N. et al. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSS, Jurandyr L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2014.

PERÍODO

6º

Nome do componente:	Ensino de Matemática	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: (Cód.: - Didática)		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

Objetivos e finalidades da matemática nos currículos escolares. Investigação, prática e teorização sobre objetivos, temas, conteúdos, conceitos e metodologias abordadas no ensino da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e na Educação de Jovens e Adultos em suas respectivas modalidades. Concepções e orientações para o ensino da matemática a luz da BNCC e nas diretrizes curriculares. Produção e uso de materiais didáticos tecnológicos no ensino de Matemática.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. **A Ludicidade e o Ensino de Matemática: Uma Prática Possível**. 7.ed. São Paulo-SP: Papirus, 2012. 112 p. (Coleção Papirus educação).

ARANÃO, Ivana Valéria. D. **A Matemática Através de Brincadeiras e Jogos**. 7.ed. São Paulo-SP: Papirus, 2011. 91 p.

CASTEJON, Mariângela; ROSA, Rosemar (Orgs). **Olhares sobre o ensino da matemática: educação básica**. Uberaba – MG: IFTM, 2017. 86 p.

CORSO, Angela Maria; PIETROBON, Sandra Regina Gardacho. **Teoria e metodologia do ensino da matemática**. Paraná: Unicentro, 2012. 107 p.

FLEMMING, Diva Marília. **Tendências em educação matemática**. 2. ed. - Palhoça: Unisul Virtual, 2005. 87 p.

IMENES, Luiz Márcio. **Geometria das Dobraduras**. 0. ed. São Paulo: Scipione, 1988. p.64 (Vivendo a matemática). ISBN 85-262-1169-2.

TOLEDO, M. e TOLEDO, M. **Didática da matemática: como dois e dois: a construção da matemática**. São Paulo: FTD, 1997.

ZAMBUZZI, Orlando A. **Matemática com estudo dirigido**. São Paulo: Ática, 1974. 278p.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação é a Base. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02abr. 2020.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto**

Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **Apresentação**. Brasília: MEC, SEB, 2014. BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **Organização do trabalho Pedagógico**.

Brasília: MEC, SEB, 2014.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **Quantificação, registros e agrupamentos**. Brasília: MEC, SEB, 2014. MACEDO, Lino de. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MACHADO, José Nilson. **Matemática e Realidade**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001. NUNES, Terezinha et al. Educação Matemática: números e operações numéricas. São Paulo: Cortez, 2005.

PARRA, Cecília; SAIZ, Irma (Orgs.) et al. **Didática da Matemática**: Reflexões Psicopedagógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

STAREPRAVO, Ana Ruth. **Matemática em Tempo de Transformação**: construindo o conhecimento matemático através de aulas operatórias. Curitiba: Renascer, 1997.

PERÍODO 6º		
Nome do componente:	Ensino de Língua Portuguesa	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	

Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito: (Cód.: - Didática)	

Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático

Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: ; Total: 60/04

EMENTA:

Concepções de linguagem e língua. O uso da escrita nas práticas sociais. O ensino da língua materna: objetivos, conteúdos e aspectos metodológicos. Os gêneros textuais como unidade básica do ensino da oralidade, escrita leitura e análise linguística. Língua Portuguesa na BNCC. Sistemática Planejamento das aulas de língua materna e formas de avaliação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALMEIDA, Milton José De et al. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997. ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. Rio de Janeiro: Parábola editorial, 2003. 181 p. (Aula; 1).
BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola editorial, 2008. 110 p. 4v. (Linguagem).
SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Contradições no Ensino de Português: uma língua, diversos falares, O papel da escola diante da norma, norma padrão e normas sociais**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2013. 94 p. (Repensando a língua portuguesa).
HOSS, Myriam da Costa. **Prática de Ensino da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos Científicos, 1981
OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola editorial, 2010. 270 p. (Série estratégias de ensino 17).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BATISTA, Antônio Augusto G. **Aula de português**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. BRASIL. Ministério da Educação. **Educação é a Base**. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.
KAUFMAN, Ana Maria; RODRIGUES, Elena. **Escola, leitura e produção de textos**. Porto Alegre: Artmed, 1995.
MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NASPOLINI, Ana Tereza. **Didática de português**: tijolo por tijolo: leitura e produção escrita. São Paulo: FTD, 1996. **TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. Aprender a ler e a escrever**: uma proposta construtivista. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PERÍODO 6º		
Nome do componente:	Literatura e Infância	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	

Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito:	
Aplicação: (x) Teórica	() Prática () Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04	

EMENTA:

Literatura e Infância: conceitos e aspectos históricos. A diversidade dos gêneros literários no contexto da infância. A literatura como deleite. Literatura, leitura e formação de leitores. A presença da literatura no processo educativo: aspectos teóricos e metodológicos. A literatura como direito e prazer da criança.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil Gostosuras e Bobices**. 5. ed. São Carlos: Scipione - DLP, 2008. p. 174 (Pensamento e ação no magistério).

AMARILHA Marly. **Estão mortas as fadas?**: literatura infantil e prática pedagógica. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 93 p.

CADEMARTORI, L. **O que é literatura infantil**. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 163 p.

CAVALCANTI, Joana. **Caminhos da literatura infantil e juvenil**: dinâmicas e vivências na ação pedagógica. São Paulo: Paulus, 2002. 127 p.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil teoria e prática**. São Paulo: Ática, 1997.

BETTELHEIM, Bruno. A importância da exteriorização. **A psicanálise dos contos de fadas**. Tradução por Arlene Caetano. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FARIA, Maria Alice de Oliveira. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 156 p. il. (Coleção como usar na sala de aula).

PALO, Maria José; OLIVEIRA, Maria Rosa D.. **Literatura Infantil**: Voz da Criança. 0.ed. São Paulo: Ática, 1986. p. 80.

SANTOS, Leonor Wernack Dos. **Articulação Textual na Literatura Infantil e Juvenil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 110.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação é a Base**. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02abr. 2020.

CAMARGO, Luís. **Ilustração do livro infantil**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional de Editores do Rio de Janeiro, 1995.

MORAES, Vera Lucia Albuquerque de. **Um olhar de criança: a percepção infantil do Universo Adulto em Clarice Lispector**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

PERÍODO 6º		
Nome do componente:	Estágio Supervisionado I	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: () Disciplina () TCC (x) Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: (Cód.: - Didática) (Cód: - Estágio Supervisionado I)		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: 75/05; Total: 135/09		

EMENTA:

Organização e ação didática a partir do diagnóstico dos processos educativos escolares nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O Projeto Político Pedagógico, o planejamento e a ação docente como elementos indissociáveis da prática pedagógica escolar. Materiais didático-pedagógicos e diferentes metodologias no ensino-aprendizagem das competências conforme a BNCC. A avaliação mediadora no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003 (Coleção Questões de Nossa Época).
MASETTO, Marcos Tarciso. Didática: **a Aula Como Centro**. 4. ed. São Paulo: FTD, 1997.

p. 111 (Coleção aprender e ensinar).

LUDKE, Menga. Formação inicial e construção da identidade profissional de professores de 1º grau. IN: CANDAU, Vera M. (Org.) **Magistério: construção cotidiana** – 5. Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria S. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004. PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1993

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação é a Base**. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02abr. 2020.

GERALDI, Grisolia, et al (orgs) **Cartografia do trabalho docente**: professor(a) pesquisador(a). Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil-ALB. 1998.

MACIEL, L. S. B.(Org.) **Reflexões sobre a formação de professores**. Campinas-SP: Papirus, 2002.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução Nº 06/2015

-

CONSEPE, de 25 de fevereiro de 2015. Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Licenciatura da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e revoga a Resolução Nº 36/2010 – CONSEPE. Presidente em Exercício. Sala das Sessões dos Colegiados. Mossoró-RN.

PERÍODO 6º		
Nome do componente:	Seminário Temático II	Classificação: obrigatória
Código: 0301908-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	

PERÍODO 6º		
Nome do componente:	Língua Brasileira de Sinais	Classificação: obrigatória

Código: 0401089-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito
Departamento de origem: Letras Vernáculas	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE

Pré-requisito:
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: ____/ ; Total: 60/04
EMENTA: Libras em contexto. Estudos das modalidades visual e gestual da comunidade das pessoas surdas. Gramática de uso. REFERÊNCIAS BÁSICAS BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez Brasília: MEC/UFC, 2010. 24 p. 4v. il. (A educação especial na perspectiva da inclusão escolar). QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: A aquisição da Linguagem. Porto Alegre - RS: Artmed, 1997. 126 p. SKLIAR, Carlos. A surdez um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. 192 p. REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES FELIPE, T. A. Libras em Contexto: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. MEC: SEESP, Brasília, 2001. PERLIN, G. História do povo surdo. Material elaborado para o Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização Acadêmica em Surdos. UNISC, 2003. Material não publicado. QUADROS, R. M. de.; KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. SÁ, N. R. L. de. Cultura, poder e educação de surdos. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002. SILVA, M. da P. M. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

PERÍODO 7º		
Nome do componente:	Ensino de Arte	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	

Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
--	---

Pré-requisito: (Cód.: - Didática)
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04

EMENTA:

A história da Arte. O Ensino da Arte como linguagem e construção de sentidos: Artes Visuais, Dança, Música, Cinema e Teatro. O fazer artístico como desenvolvimento de potencialidades: percepção, reflexão, sensibilidade, imaginação, intuição, curiosidade, expressão, apreciação e comunicação. As competências construídas pelo ensino da Arte segundo a BNCC.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte 2.** ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 130 v. 6.

BUORO, Anamelia Bueno. **O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola.** São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRA, Sueli. **O ensino das artes: construindo caminhos.** 10. ed. Campinas: Papirus, 2012. 224 p. il. (Coleção Ágere)

FERREIRA, Aurora. **A criança e a arte o dia-a-dia na sala de aula.** 2 ed. Rio de Janeiro: WAK editora, 2007.

MÁRSICO, Leda Osório. **A Criança e a Música: Um Estudo de Como se desenvolve o desenvolvimento musical da criança.** Porto Alegre: Globo, 1982. p. 153.

NICOLAU, Marieta Lucia Machado (Coord). **A educação artística da criança: artes plásticas e música - Fundamentos e atividades.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. 264 p.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação é a Base.** Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02abr. 2020.

PILLAR, A. D. (Org.). **A Educação do Olhar no ensino das artes.** Porto Alegre: Mediação, 2001.

SANTOS, Maria das Graças Vieira Proença dos. **História da arte.** São Paulo: Ática, 2003.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e de educação de adultos.** São Paulo: Loyola, 2003.

PEDUZZI, Luiz O. Q.; BRIGO, Jussara; GOLÇALVES, Erica de O.; URBAN, Samuel Penteado. **Fundamentos Epistemológicos da Educação Científica e Tecnológica: leituras e reflexões.** Mossoró: Edições UERN, 2019.

SAMPAIO, Marisa Narcizo; PINHEIRO, Rosa Aparecida. **40 horas de Angicos e**

Campanha de pé no chão também se aprende a ler: movimentos e memórias da Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. **Paulo Freire teorias e práticas em educação popular:** escola pública, inclusão, humanização. Fortaleza: UFC, 2011.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. **A busca do Tema Gerador na práxis da Educação Popular**. Curitiba : Editora Gráfica Popular, 2007.

URBAN, Samuel Penteado. Popular Education and Guerrilla: the influence of Paulo Freire in Timor-Leste. In: **Schims, continuity and new synthesis in Timor-Leste:** proceedings of the 1st TLSA-BR Conference. Brasília: Casa Apoema, 2019

PERÍODO 7º		
Nome do componente:	Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

A EJA como direito: marcos legais e a história da escolarização de jovens e adultos no Brasil. O sujeito participante da Educação de Jovens e Adultos na sociedade e o processo de alfabetização. A especificidade das práticas educativas com jovens e adultos, considerando-se a orientação metodológica na perspectiva de Educação popular. O educando trabalhador e seus saberes: relações de classe, gênero e étnico-raciais. A apropriação de saberes escolares e cidadania. Aprendizagem ao longo da vida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARCELOS, Valdo. **Educação de jovens e adultos currículo e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FIGUEIREDO, Bianca de Souza. et al. **O crime de nascer negro no Brasil**: uma proposta antirracista no ensino de química forense. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al.
- Decolonialidades na Educação em Ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de jovens e adultos teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2000.
- RIBEIRO, Vera Masagão (Org). **Educação de Jovens e Adultos Novos Leitores, Novas Leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2010.
- ROSA, Katemari. A Teoria crítica da raça na pesquisa em educação em ciências: novas perspectivas teórico-metodológicas para o contexto brasileiro. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.
- URBAN, Samuel Penteado; LINSINGEN, Irlan von. Resistência Decolonial e Educação: as escolas populares de saúde no Timor-Leste. In: MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- COSTA, Maria Auxiliadora Alves et al. **PROEEJA**: uma experiência de educação de jovens e adultos na UERN. Mossoró: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, 2002.
- FREIRE Paulo. **A Importância do Ato de Ler**: em Três Artigos Que SE Completam. 49.ed. São Carlos: Cortez, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MONTEIRO, Bruno A. P. et al. **Decolonialidades na Educação em Ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e deeducação de adultos. São Paulo: Loyola, 2003.

PEDUZZI, Luiz O. Q.; BRIGO, Jussara; GOLÇALVES, Erica de O.; URBAN, Samuel Penteado. **Fundamentos Epistemológicos da Educação Científica e Tecnológica**: leituras e reflexões. Mossoró: Edições UERN, 2019.

SAMPAIO, Marisa Narcizo; PINHEIRO, Rosa Aparecida. **40 horas de Angicos e**

Campanha de pé no chão também se aprende a ler: movimentos e memórias da Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. **Paulo Freire teorias e práticas em educação popular:** escola pública, inclusão, humanização. Fortaleza: UFC, 2011.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. **A busca do Tema Gerador na práxis da Educação Popular.** Curitiba : Editora Gráfica Popular, 2007.

PERÍODO 7º		
Nome do componente:	Ensino de Educação Física	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: (Cód.: - Didática)		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04		



PERÍODO 7º		
Nome do componente:	Estágio Supervisionado III	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: (Cód.: - Estágio Supervisionado II)		
Aplicação: () Prática (x) Teórico-prático () Teórica		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60/04; Prática: 75/04; Total: 135/08		

EMENTA:

Aportes teórico-práticos para a atuação supervisionada dos futuros pedagogos. Atuação nos espaços não escolares em que ocorram práticas educativas pela atuação do pedagogo, como empresas, hospitais, Serviço de Convivência e de Vínculo Familiar, Conselho Tutelar, dentre outros. Atuação em espaços escolares não-docentes, como: coordenação pedagógica, gestão e setores técnicos de sistemas de ensino. Planejamento de projetos de ação com atividades de formação de pessoas que frequentam os espaços não escolares em que os pedagogos atuam. Execução de práticas socioeducativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. 8. ed. Campinas:Papirus, 2009. 247 p. (Magistério: formação e trabalho).
FAZENDA, I.C.A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas:Papirus, 1994.
LIBANEO, J. C. **Pedagogia e pedagogo, para quê?** São Paulo, Cortez, 2008.
RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa**. 6. ed. Rio de Janeiro: WAK editora, 2010. 148 p.
VEIGA, I. P. A.(org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**.Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Magistério, Formação e Trabalho pedagógico).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas, SP: Papirus,2001. GADOTTI, M. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 1997.
GANDIN, D. Planejamento participativo. São Paulo: Vozes, 1997.

PERÍODO 7º		
Nome do componente:	Laboratório de TCC	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: (Cód.: Estágio Sup. II); (Cód.: Pesquisa. Educ.)		
Aplicação: () Prática () Teórico-prático (x) Teórica		
Carga horária/Crédito: Teórica: 45/03; Prática: -__ / ; Total: 45/03		

EMENTA:

A pesquisa em Educação. Etapas e elaboração do Projeto de Pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Construção do Referencial Teórico do Projeto de Pesquisa para o TCC. Organização da Metodologia da pesquisa. Definição dos orientadores. Socialização dos Projetos de Pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:** Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **NBR 10520:** informação e documentação: citação em documentos: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6023:** Informação e documentação: referências: apresentação. 2ª ed. Rio de

Janeiro, 2002.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo:

Atlas, 2014. FAZENDA, Ivani Catarina A. **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

DESLANDES, Suely Ferreira Cruz Neto (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**.

2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2013.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica para alunos do curso de graduação e pós-graduação**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2013. p. 17-30.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.).

Metodologia da Pesquisa Educacional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUSA, Kamila Costa de. Aportes Teórico-Filosóficos da Pesquisa Qualitativa em Educação. In: CHAGAS, Eduardo Ferreira; JOVINO, Wildiana Kátia Monteiro Jovino; MARTINS, Maria Artemis Ribeiro. **Os Desafios da Práxis: Educação e Conhecimento**. Curitiba: CRV, 2018. p.253-264.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AUER, Martin W.; GASKELL, George (Org). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4. ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 90-113.

OGDAN, Roberto, BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos**. Lisboa: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo.

Sociedade e Cultura, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 11-27. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fchf/article/view/1719>>. Acesso: 29 mar. 2018.

DEMO, Pedro. **Praticar ciência: metodologias do conhecimento científico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.

Cadernos de Pesquisa, N. 115, p. 139-154, março/2002.

Disponível

em: <<http://proferlao.pbworks.com/w/file/fetch/65176929/PESQUISA%20QUALITATIVA.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Quantidade-Qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, JOSÉ Camilo dos, GAMBOA Silvio Sánchez (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-**

qualidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer.** 2.ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PERÍODO 8º		
Nome do	Trabalho de Conclusão de Curso	Classificação: Obrigatório

componente:		
Código: 0301125-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: () (x) TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (Cód.: – Estágio Supervisionado - Lab. III),(Cód.: de TCC).		
Aplicação: () Prática (x) Teórico-prático)Teórica		
Carga horária/Crédito: Teórica: 15h; Prática:60h; Total 75/05		

EMENTA: Estudos, leituras e fichamentos de referenciais teóricos que versam sobre o tema do trabalho de conclusão de curso. Orientação para construção de artigo científico. Apresentação do TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, Marisa Vorraber (org). **Caminhos investigativos I.** Belo Horizonte: **DP&A, 2001.**

DESLANDES, Suely Ferreira Cruz Neto (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. 2.ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2013.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica para alunos do curso de graduação e pós-graduação.** 7. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2013. p. 17-30.

SEVERINO, Antônio José. **Metodologia do trabalho científico.** 24 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FRANÇA, Júnia Lessa et alii. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 6ª ed., rev. e aum. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica:** teoria da ciência e prática da pesquisa. 14ª ed., Petrópolis: Vozes, 1997.

MÜLLER, Mary Stela; CORNELSEN, Julce. **Normas e Padrões para teses, dissertações e monografias.** 5ª ed. Londrina: Eduel, 2003.

SÃO PAULO. Universidade de São Paulo. Escola de Engenharia de São Carlos. **Diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos na EESC-USP.** São Carlos: EESC-USP, 2010. 20 p.

Definida na relação entre orientador e orientando a partir do problema/objeto de estudo do trabalho monográfico.

PERÍODO 8º		
Nome do componente:	Tecnologias e Mediação Pedagógica	Classificação: Obrigatório
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60h; Prática: <u> / </u> ; Total 60/04		

EMENTA:

A sociedade contemporânea, a educação e o uso das tecnologias. O uso das tecnologias e os processos de exclusão e de emancipação social. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e os desafios na formação do pedagogo. A mediação pedagógica, compreensão e uso dos audiovisuais em sala de aula: fotografia, rádio, cinema, TV, vídeo, computador, softwares educativos, internet. Experiências de Educação à Distância, Ensino Remoto e o uso de audiovisuais em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AURICCHIO, Ligia de Oliveira. **Manual de Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 196 (Educação prática).

BRASIL. Ministério da Educação. **Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília:Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2008. 239 p. 1v. (Orientações curricular para o ensino médio; 1).

DARCY, Raíça (ORG). **Tecnologias para a educação inclusiva**. São Paulo: Avercamp, 2008. 180 p. ISBN 978-85-89311-48-9.

FREITAS, Maria Elenimar de Oliveira; SILVA, Silvânia Lúcia de Araújo. **Interdisciplinaridade e recursos tecnológicos**: processos em construção na sala de aula contemporânea. Patu: [s.n.], 2010. 56 p.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. e BEHENS, M. A. **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**. São Paulo, Papirus, 2000. (Coleção Papirus Educação).

PAREJA, Cleide J. M. **Leitura e Escrita na Era Digital**. Curitiba: Fael, 2013. 139 p.

il.SANTOS, Layment Garcia Dos. **Desregulagens: Educação, Planejamento e Tecnologia Como Ferramenta Social**. 0. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 238.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PINTO, Manuel. **Novas Metodologias em Educação**. O currículo escolar e os media. Porto: Porto Editora. 1995.

RÊGO, Maria das Graças. **Tecnologia na Educação: uma análise sobre o uso de TV vídeo na escola**. Monografia da Especialização em Educação/DO/CAMEAM SANTAELLA, Lúcia. **A cultura das Mídias**. São Paulo: Brasiliense, 1996

SOUZA, Márcio Vieira de. **Mídia e conhecimento: a educação na era da informação**. 1998.

DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO ÁREA: POLÍTICAS

EDUCACIONAIS E DIVERSIDADE

PERÍODO 8º		
Nome do componente:	Educação do Campo	Classificação: Obrigatório
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica : 60h; Prática: ____ /; Total 60/04		

EMENTA:

Concepções, conceitos e práticas da Educação do Campo. As lutas sociais dos camponeses por direito a educação. A Educação Popular como práxis fundante da Educação do Campo. A Trajetória do Movimento Nacional por Educação do Campo. Marcos Normativos da Política Nacional da Educação do Campo. Especificidades da prática pedagógica da Educação do Campo. Perspectivas Curriculares da Educação do Campo. Meio ambiente, Agricultura Familiar Camponesa e Agroecologia como dimensões orientadoras da formação humana na perspectiva da Educação do Campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CALDART, Roseli (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2009.

RIBEIRO, Marlene. Movimentos Sociais, Questão Agrária e Educação do Campo. *In*: COUTINHO, A.F.; CAVALCANTI, C. R. (Org.). **Questão agrária: movimentos sociais e educação do campo**. Curitiba, PR: CRV, 2012. p. 99-114.

SALES, Celecina de Maria Veras; SOUSA, Kamila Costa de. As Escolas do Campo do Ceará: conquista, direito e novas perspectivas para a juventude. *In*: FIGUEIREDO, J. A.; VERAS, C. I. M.; LINS, L. T (Org). **Educação Popular e Movimentos Sociais: experiências e desafios**. Fortaleza: Impreco, 2016. p. 118-140.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho de Educação do Campo. **Referências para uma política nacional de educação do campo**. Caderno de Subsídios, Brasília, DF, 2003.

KOLLING, E. J.; NERY, I. I. J.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma Educação Básica do Campo**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

LEITE, S. C. **Escola Rural: Urbanização e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999. MUNARIM, A. Trajetória do Movimento Nacional de Educação do Campo no Brasil. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 33, n. 1, p.57-72, jan.-abr. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1171/117117388005.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SOUSA, K. C.; SALES, C. M. V. A Mística nas Escolas do Campo: Reflexões sobre Espiritualidade. *In*: MATOS, K. S. L. de (Org.). **Cultura de Paz, Educação e Espiritualidade II**. Fortaleza: Impreco; Eduece, 2015. p.266-281.

SOUZA, M. A. de. **Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PERÍODO

8º

Nome do componente:	Financiamento da Educação	Classificação Obrigatória: 0
Código: 0301078-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC ()	
	Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60h; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total 60/04		

EMENTA:

Financiamento para educação básica. Origem dos recursos. Programas alojados nos sistemas e nas escolas. Fundos de Manutenção da educação. Orçamento participativo. Acompanhamento dos recursos financeiros pela sociedade através dos conselhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Sistemática Para Financiamento de Projetos na área de Educação Básica**. Brasília: MEC, 1993. p. 86.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 julho. 2011.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília/DF: MEC, 1996.

____. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 julho. 2011.

____. **Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 jun. 2017.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 jun. 2017.

LOPES, Luélia Paula de Oliveira. **O financiamento da educação pública municipal versus resultados obtidos no IDEB: uma análise do município de Umarizal/RN no período de 2009 a 2013**, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica**.

Disponível em: . Acesso em: 06 jun. 2017. _____. **Financiamento de Educação: novos ou velhos desafios**. São Paulo: Xamã, 2004.

____. **Fundeb**: a redenção da educação básica. Niterói-RJ: Edição do Autor, 2007a. 104p.

DURAND, Gilbert. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

EDNIR, Madza; BASSI, Marcos. **Bicho de sete cabeças**: para entender o financiamento da educação brasileira. São Paulo: Petrópolis: Ação Educativa, 2009.

FONSECA, Marília. Financiamento do Banco Mundial e a educação brasileira: 20 anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo/SP: Cortez, 1998, pp. 229-253.

FRANCO, Sílvia Cintra. **Para que tantos impostos?**: Dinheiro público e cidadania. 2. ed. reform. São Paulo: Moderna, 2005. P.8-28.

GIL, Juca. **Financiamento da Educação e Gestão Democrática**: um estudo acerca do Conselho do FUNDEF, no âmbito da União. 2007. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HADDAD, Sérgio (org.). **Banco Mundial, OMC e FMI**: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008. p. 15-53.

MONLEVADE, João. **Educação Pública no Brasil**: contos & descontos. Ceilândia: Idea Editora, 1997. 191p. _____. Para entender o FUNDEB. Ceilândia: Idéia Editora, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O financiamento da Educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). **Gestão, financiamento e Direito à Educação**: análise da Constituição Federal e da LDB e. 3. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Xamã, 2007. p.83-123.

NÓVOA, António. —As Ciências da Educação e os processos de mudança. In: _____. **Ciências da Educação e mudança**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1997, p. 17-67.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO

ÁREA: INTERDISCIPLINARIDADE E APRENDIZAGEM

PERÍODO 8º		
Nome do componente:	Práticas interdisciplinares no ensino	Classificação: Obrigatório

Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE

Pré-requisito:
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica:60h ; Prática:; Total: 60/04
EMENTA: Interdisciplinaridade como conceito. Estudo sobre os fundamentos teóricos e metodológicos da Interdisciplinaridade. A BNCC e a dimensão interdisciplinar do currículo. Transversalidade e interdisciplinaridade na sala de aula. Planejamento. BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais:apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997. DEMO, P. Conhecer e aprender: sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: ARTMED Sul, 2000. FAZENDA, Ivani. Práticas interdisciplinares na escola – 4. ed. – São Paulo: Cortez,1997. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade Ou Ideologia? São Paulo: Edições Loyola, 1979. p. 107 (Coleção realidade educacional; n. 4). FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade História, Teoria e Pesquisa. 15. ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 143 (Coleção Magistério: formação e trabalho). FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade Qual o Sentido? 2. ed. SãoPaulo: Paulus, 2008. p. 84 (Questões fundamentais da educação; 2) LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos – 14.ed. – Petrópolis: Vozes, 2007. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: essa é a base.Brasília/DF: SEB, 2017. NOGUEIRA, Nilbo. Interdisciplinaridade Aplicada – 2. ed. – São Paulo: Érica, 1998. QUELUZ, Ana G. (Org.) Interdisciplinaridade: formação de profissionais da educação.São Paulo: Pioneira, 2000.

1.1 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Optativa		
Nome do componente:	Linguagem, leitura e Produção de textos	Classificação: Optativa
Código: 0301088-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

A linguagem e o processo de comunicação. As funções da linguagem. A leitura como elemento interdisciplinar. A leitura e a produção de textos. Tipologia textual. As relações entre os textos. A função do texto. Gêneros redacionais. Elementos e estrutura dos textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CELIS, Glória Inostroza. Aprender a formar crianças leitoras e escritoras. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FIORIN, José Luis; SAVIOLI, Francisco Platão. Para Entender o Texto Leitura e Redação.

17. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 431 (Ática universidade).

GIANINI, Eloísa Bombonatti. Leitura, interação e produção: trabalhando com projetos – ensino fundamental. São Paulo: Editora d: Ao Brasil, 2001.

KAUFMAN, Ana Maria Elena; RODRÍGUEZ, María Helena. Escola, leitura e produção de textos. Reimp. 2008. Porto Alegre: Artmed, 1995. 179 p

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Leitura Produção de Textos e a Escola: Reflexões Sobre o Processo de Letramento. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2007. p. 111 (Coleção letramento, educação e sociedade)

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. de. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

KLEIMAN, Ângela B. (ORG.) Os significados do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

SILVA, Maria Alice S. Souza. Construindo a Leitura e a Escrita. São Paulo: Ática, 1995. SMITH, Frank. Compreendendo a leitura. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SOARES, Magda. Linguagem e escola – uma perspectiva social. Rio de Janeiro: Ática, 1996. TEBEROSKY & COLOMER. Aprender a ler e escrever – uma proposta construtivista. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Optativa		
Nome do componente:	Teatro e música em sala de aula	Classificação: Optativa
Código: 0301089-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) () () Estágio () Disciplina Internato TCC () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: _ / __ ; Total: 60/04		

EMENTA:

O teatro e a música como instrumento didático-pedagógico em sala de aula. O caráter interdisciplinar da música e do teatro na educação infantil e séries iniciais. Noções conceituais e práticas necessárias ao desenvolvimento da arte teatral e musical na escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEYER, Esther. (org.) Ideias em Educação Musical. Cadernos de autoria. Porto Alegre: Mediação, 1999.

BRESSAN, Wilson José. Educar Cantando: a função educativa da música popular. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

FERREIRA, Martins. Como usar a música na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção como usar na sala de aula).

FERREIRA, Taís; FALKEMBACK, Maria Fonseca. Teatro e dança: nos anos iniciais. Porto Alegre: Mediação, 2012. 136 p.

MACHADO, Maria Clara. Teatro li. Rio de Janeiro: Bloch, 1980. p. 64 (Biblioteca educação e cultura; 7).

MAGALDI, Sábato. Iniciação Ao Teatro. São Paulo: Ática, 2010.

MÁRSICO, Leda Osório. A Criança e a música um estudo de como se processo o desenvolvimento musical da criança. Porto Alegre: Globo, 1982. p. 153.

NICOLAU, Marieta Lucia Machado (Coord). A educação artística da criança: artes plásticas e música - Fundamentos e atividades. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. 264 p. RUGNA, Betina. Teatro em sala de aula: guia prático para o professor. São Paulo: Alaúde,

2009. 168 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares

Nacionais: Artes. Brasília: MEC/SEF, 2001, 1ª a 4ª Séries. v.6, ed. 2001.

FONTANA, R. Maria Nazaré Cruz. Psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: Atual, 1997.

JAPIASSU, Ricardo O. V. Jogos teatrais na escola pública. Rev. Fac. Educ. Vol.24, n.2. São Paulo, July/Dec., 1998.

LARROSA, J.. Pedagogia Profana: danças, Piruetas e Mascaradas. Autêntica, Belo Horizonte, 2003.

ROLIM, L. Cintra. Educação e Lazer. Aprendizagem permanente. 1ª ed. 2ª Impressão. São Paulo: Ática, 2004.

Optativa		
Nome do componente:	Educação e Movimentos Sociais	Classificação: Optativa
Código: 0301090-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) () () Estágio () Disciplina Internato TCC () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x () Prática () Teórico-) Teórica prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u>1</u> __ ; Total: 60/04		

EMENTA:

Teoria e trajetória dos movimentos sociais no Brasil. Os movimentos sociais como espaço educativo na formação da cidadania. A relação entre poder e saber no processo de construção e apropriação do conhecimento. O papel dos movimentos sociais na articulação educação não formal com o sistema formal de ensino. Tendências e perspectivas da educação dos movimentos sociais na educação brasileira atual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. Sociologia e Sociedade: Leituras de Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 365.

GOHN, M. G. M. Teorias Sobre Os Movimentos Sociais. São Paulo: LOYOLA, 1997a.

_____. História dos Movimentos e Lutas Sociais – 2 ed. – São Paulo: Loyola, 2001, v.01.

_____. Movimentos Sociais e Educação – 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2002, v.1.

GADELHA, Sylvio; PEREIRA, Sônia. Movimentos sociais educação popular e escola: a favor da diversidade. Fortaleza - CE: UFC, 2003. 312 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

GOHN, M. G. M. Sem-Terra, Ongs e Cidadania. São Paulo: CORTEZ, 1997, v.1b. SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-crítica. Primeiras aproximações. 6.ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SPOSITO, Marília Pontes. O povo vai à escola. São Paulo: Loyola, 1984.

Optativa		
Nome do componente:	Psicomotricidade e educação	Classificação: Optativa
Código: 0301091 - Educação	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) () () Estágio () Disciplina Internato TCC ()) UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> 1 </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

A psicomotricidade em seu movimento dinâmico. A interdisciplinaridade Psicomotricidade e Educação. As bases do desenvolvimento psicomotor. Caracterização psicomotora: as funções e distúrbios. Avaliação Psicomotora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARRETO, Sidirley de Jesus. Psicomotricidade, educação e reeducação. 2.ed. Blumenau: Livraria Acadêmica, 2000.

BARROS, Daisy Regina; BARROS, Darcymires. Educação física na escola primária. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

COSTE, Jean Claude. A psicomotricidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. FERREIRA, Carlos Alberto Mattos. Psicomotricidade: da educação infantil à gerontologia. São Paulo: Lovise, 2000.

LAPIERRE, André; AUCOUTURIER, Bernard. A simbologia do movimento, psicomotricidade e educação. São Paulo: Manole, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

LE BOULCH, Jean. Educação psicomotora: a psicomotricidade na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

RIZZO PINTO, José. Corpo Movimento e Educação: o desafio da criança e adolescentes deficientes sociais, Rio de Janeiro: Sprint, 1997.

ROCHA, Maria S. P. de M. L. da. Não brinco mais: a (des)construção do brincar no cotidiano educacional. Ijuí: Unijuí, 2000.

Optativa		
Nome do componente:	Práticas educativas em contextos não escolares	Classificação: Optativa
Código: 0301106 - 1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) () () Estágio () Disciplina Internato TCC () UCE	
Pré-requisito:		

Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04
EMENTA: Diferentes modos, formas e processos educacionais existentes na sociedade: formal, informal e não-formal. Formação crítica do pedagogo para atuação em contextos não escolares. Formação para a cidadania do indivíduo e dos grupos socioculturais. O caráter

formativo de propostas educativas não formais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia do CNE. Brasília, 2005.

BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2009. 247 p. (Magistério: formação e trabalho).

FAZENDA, I.C.A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papyrus, 1994.

LIBANEO, J. C. Pedagogia e pedagogo, para quê? São Paulo, Cortez, 2008.

LUCK, Heloísa. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa. 6. ed. Rio de Janeiro: WAK editora, 2010. 148 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

LIBANEO, José C. Ainda as perguntas: o que é a pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia. IN: PIMENTA, Selma G. (Orgs.) Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

Optativa		
Nome do componente:	Práticas interdisciplinares na educação infantil	Classificação: Optativa
Código: 0301107 - Educação	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	

Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito:	
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: _ / __ ; Total: 60/04	

EMENTA:

Aquisição do sistema de escrita Alfabético. Natureza e características do Sistema de Escrita Alfabético. Princípios básicos para aprendizagem do sistema alfabético. Capacidades necessárias ao domínio da leitura, produção e compreensão de textos escritos e orais. Práticas pedagógicas de alfabetização numa perspectiva de letramento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. 6. ed. São Paulo: Scipione, 1993. FRADE, Isabel C. A. da Silva. As capacidades linguísticas da alfabetização e letramento: desafios para a articulação teoria e prática. Secretaria de educação a Distância/MEC. Boletim 19. Outubro 2006. Salto para o futuro. LEAL, Telma F. Aprendizagem dos Princípios Básicos do sistema alfabético: A porque é importante sistematizar o ensino? In: ALBUQUERQUE, Eliana B. C. de e MORAIS, Artur Gomes de. A alfabetização de jovens e adultos: Em uma perspectiva de letramento. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 59-76.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

BRAGGIO, Sílvia L. B. (Org.). Contribuições da linguística para a alfabetização. FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. KLEIMAN, Ângela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Ângela. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de letras, 2008, p.15-61.

MORTATTI, Maria do Rosário. Educação e Letramento. São Paulo: UNESP, 2004. SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Cortez, 2003. p.126.

Optativa		
Nome do componente:	Educação e Multiculturalidade	Classificação: Optativa
Código: 0301081-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) () () Estágio () Disciplina Internato TCC () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> 1 </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

Educação e diversidade cultural. Educação e os movimentos sociais. A educação e a paridade dos direitos sem discriminação de etnia, religião, opção sexual. Educação para o diálogo entre os diferentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Anos Iniciais. Apresentação de temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CALADO, A. J. F.; ANDRADE, L. E. de. (Orgs.). Ser ou tornar-se negro? Memórias, desafios, lutas e utopia. João Pessoa: Idéia, 2002.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura (Fim de milênio). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURAND, G. O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1993

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

ABRAMOWAY, R. O capital social dos territórios.

Disponível em:

<<http://www.dataterra.org.br/eventos>>, 2000.

AUGÉ, M. O Sentido dos outros: atualidade da antropologia. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. —A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. Modernização Reflexiva, São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

LARAIA, R. de B. Cultura: um conceito antropológico Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p.25- 53.

NÓVOA, A. —Os professores na virada do milênio: Do excesso dos discursos à pobreza das práticas. Educação e Pesquisa, v. 25, n. 1, jan./jun. 1999, p. 10-20.

_____. —As Ciências da Educação e os processos de mudança. In: _____. Ciências da Educação e mudança. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1997, p. 17-67.

SILVA, T. T. da. —Quem escondeu o currículo oculto. In: _____. Documento de identidade: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autêntica, 1999, p. 77- 152.

Optativa		
Nome do componente:	Leitura, escrita e resolução de problemas matemáticos	Classificação: Optativa
Código: 0301079-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		

Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático

Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: / ; Total: 60/04

EMENTA:

Estudo sobre o conceito de interdisciplinaridade na construção do conhecimento escolar. A relação de impregnação mútua entre a matemática e a língua materna. A oralidade, a escrita e o desenho como recursos de comunicação nas escolas de matemática. A resolução de problemas como perspectiva da aprendizagem significativa e do conflito cognitivo para aquisição do conhecimento e do pensar matemático. Estratégias pedagógicas para desenvolver habilidades favoráveis à formulação e ao desenvolvimento de situações problema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALRO, H.; SKOVSMOSE, O. Diálogo e aprendizagem em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MENEZES, L. Matemática, Literatura & Aulas. Educação e Matemática, 2011, série 115, p. 67 – 71.

NACARATO, A. M.; LOPES, C. E. Escritas e leituras na Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SMOLE, Kátia Stocco Smole. Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SMOLE, Kátia Stocco. DINIZ, Maria Ignez. CÂNDIDO, Patrícia. Coleção Matemática de 0 a 6: Resolução de problemas. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

MACHADO, Nilson José. Matemática e língua materna: análise de uma impregnação mútua. 5ed. São Paulo: Cortez, 2001.

POZO, Juan Ignacio. (org). A solução de problemas: aprender a resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: Artmed, 1998.

RABELO, Edmar Henrique. Textos Matemáticos: Produção, interpretação e resolução de problemas. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SMOLE, Kátia Stocco. Era uma vez na matemática: uma conexão com a literatura infantil. São Paulo: CAEM-USP, 1993.

Optativa

Federação e município. A relação entre município, federação e educação no Brasil. Autonomia, descentralização e municipalização. Mecanismos de concepção, execução, avaliação e gestão da educação municipal.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Políticas educacionais e Estado federativo: conceitos e debates sobre a relação entre município, federação e educação no Brasil. Curitiba: EditoraAppris, 2013.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.) Município e educação. São Paulo: Cortez Editora.1993.

RIBEIRO, Wanderley. *Municipalização: os Conselhos Municipais de Educação Rio de Janeiro*: DP&A, 2004. p. 116.

ADRIÃO, Thereza; PERONI, Vera (orgs.). Gestão municipal da educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna. Recife: ANPAE, 2013.

BORDIGNON, Genuíno. Gestão da Educação no município: sistema, conselho, plano. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativono Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Licínio Carlos. A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica.

3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, Ângela Maria. A municipalização do ensino na visão dos atores escolares: entre a intenção e a realidade. Santos: Editora Universitária Leopoldiana, 2005.

SOUZA, Donaldo Bello; MARTINS, Ângela Maria. Planos de Educação no Brasil: planejamento, políticas, práticas. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

WERLE, Flávia Obino Correia (org.). Sistema Municipal de Ensino e Regime de Colaboração. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

Optativa		
Nome do componente:	Projetos pedagógicos	Classificação: Optativa
Código: 0301080-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) () () Estágio () Disciplina Internato TCC () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

Significado, importância e tipologia de projetos pedagógicos para o espaço escolar e não escolar. A organização do currículo por projetos de ensino. Projeto de ensino como planejamento didático articulador de conhecimentos. Construção, implementação e avaliação de projetos pedagógicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. das G. S. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Artmed, 2007.

BEHRENS, M. Paradigma Emergente e a prática pedagógica. Petrópolis:

Vozes, 2002. CANÁRIO, R. (org). Inovação e projecto educativo na escola.

Lisboa: Educa, 1992.

FAZENDA, I. C. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 2ed. Campinas: papirus, 1995.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. Projetos pedagógicos práticas interdisciplinares: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Editora Avercamp, 2005. 150 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

ASSMAN, H. Metáforas novas para reencantar a educação: epistemologia e didática. Piracicaba: Ed. Unimep, 1996.

ESTEVÃO, C. Gestão estratégica nas escolas. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1998.

NOGUEIRA, N. R. Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: editora Érica, 2007.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Lisboa: D. Quixote, 2002.

ZEN, M. I. D. (org.). Projetos Pedagógicos: cenas de sala de aula. Porto Alegre: mediação, 2001.

Optativa		
Nome do componente:	Relação de gênero e sexualidade na educação	Classificação: Optativa
Código: 0301098- 1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) () () Estágio () Disciplina Internato TCC ()) UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

As concepções de sexualidade e de gênero e a formação humana. As propostas governamentais para a educação sexual. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Tema Transversal Orientação Sexual. Propostas pedagógicas para uma educação não sexista. Sexualidade e relações de gênero no cotidiano escolar: discursos, práticas e formação do educador

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AQUINO, J. G. (Org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual 3. ed. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2001. 164 p. v. 10.

CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1999.

CATANI, D. B. et al (Org.). Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. São Paulo: FOUCAULT, Michel. História da sexualidade II: o uso dos prazeres. 13. ed. São Paulo: Graal, 2009. 333 p. 2v. (Biblioteca de filosofia e história das ciências). Paulo: Escrituras, 2000.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MEIRA, Luis B. Sexos: aquilo que os pais não falaram para os filhos. 24. ed. João Pessoa: Autor Associado, 2002. 133 p.

PIMENTEL, Patrícia da Silva. Gênero na escola? reflexões sobre a prática cotidiana escolar e o desafio da inclusão da diversidade sexual Patu: [s.n.], 2019. 51 p.

WOOLSEY, Raymond H.. Sexo e Planejamento da Família. 4. ed. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 1986. p. 64.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

EGYPTO, A. C. (Org.). Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003.

COELHO, W. B. A cor ausente. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

GOLDBERG, M. A. A. Educação sexual: uma proposta, um desafio. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

GUIMARÃES, I. Educação sexual na escola: mito e realidade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. (Coleção Dimensões da sexualidade).

NUNES, C. ; SILVA, E. Educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 72).

Optativa		
Nome do componente:	Educação Popular: perspectivas freirianas	Classificação: Optativa

Código: 0301105-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE

Pré-requisito:
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04

EMENTA:

Fundamentos da Educação Popular: relações com a História e a Filosofia. Conceitos de Educação Popular. A Educação Popular e a Escola Pública: possibilidades da escola cidadã com Freire e Gadotti. As relações entre educação popular, trabalho, cultura, subjetividade e ideologia. Paulo Freire, a construção de uma metodologia dialógica e a formação de professores. Relação entre as teorias da educação com as práticas educativas populares desenvolvidas na região.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). A Questão Política da Educação Popular. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 198.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Saber e Ensinar: Três Estudos de Educação Popular 3. ed. Campinas: Papirus, 1986. p. 187.
BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e Educação Popular: a Teoria e a Prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1982. p. 304 (Coleção ensaios).
COSTA, M. V. (Org.). Educação Popular Hoje. São Paulo. Edições Loyola. 1999.
FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 3º Ed. 1994.
FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 20. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
FREIRA, Paula. Teorias e práticas em educação popular escola pública, inclusão, humanização. Fortaleza: UFC, 2011. 245 p. (Coleção Diálogos Intempestivos, n.95).
FREIRE, Paulo; OLIVEIRA, Rosiska Darcy De; OLIVEIRA, Miguel Darcy De. Vivendo e Aprendendo: Experiências do Idac em Educação Popular 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 125 p. (Leituras afins).
PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil. São Paulo: Loyola, 2003. 527 p. (Temas brasileiros, v.2).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

BOUFLEUER, J. P. Pedagogia da Ação Comunicativa: uma leitura de Habermas. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.
GADOTTI, M. Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar. Petrópolis: Vozes, 1990.
GADOTTI, M.; TORRES, C. (Org.). Educação Popular: utopia latino-americana. São Paulo: Cortez/EDUSP, 1994.
GARCIA, R., L.; VALLA, V. A fala dos Excluídos. São Paulo: Papirus editora, 1996.

PAIVA, V. (Org). Perspectivas e dilemas de educação popular. Rio de Janeiro, Graal. 1984. SANTOS, J. M. C. T. Paulo Freire: **Teorias e práticas em educação popular**. Escola pública, humanização, inclusão. Fortaleza, Edições UFC, 2011.

Optativa		
Nome do componente:	Infância, Jogos, Brinquedos e Brincadeiras	Classificação: Optativa
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: / __ ; Total: 60/04		

EMENTA:

Visão histórica da concepção de criança, Infância e Educação. Conceito do jogo, permeado por significações emitidas por contextos culturais. Brinquedos e brincadeiras analisadas na perspectiva da evolução, desenvolvimento e aprendizagem da criança, com base nos Documentos oficiais. Propostas de brincadeiras nos diversos paradigmas: psicológicos, sócio-antropológicos e pedagógicos. A utilização do brincar em propostas pedagógicas das instituições escolares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARIÈS, Philippe. A história social da criança e da família. R. J.: Ed. Guanabara, 1981. BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e Cultura. São Paulo, Cortez, 1995.
KISHIMOTO, T.M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 1997. VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

GARDNER, Howard. A criança Pré-Escolar: como pensa e como a escola pode ensiná-la. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
CHATEAU, Jean. O jogo e a criança. São Paulo: Summus editorial, 1987.
KISHIMOTO, T.M. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. São Paulo: Vozes, 1993. MACEDO, L.; PETTY, A.L.S.; PASSOS, N.C. Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Rio Grande do Norte. Secretaria da Educação e da Cultura.Documento curricular do Estado do Rio Grande do Norte:educação infantil [recurso eletrônico] / Secretaria da Educação e da Cultura. – Dados eletrônicos. – Natal: Offset, 2018.

Optativa		
Nome do componente:	Trabalho Docente na sala de AEE	Classificação: Optativa
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica: 45/03; Prática: 15 / 01; Total: 60/04		

EMENTA:

A educação especial no contexto da sociedade e da escola pública brasileira; políticas e desafios atuais; o atendimento educacional especializado como serviço de apoio à inclusão escolar do aluno público alvo da educação especial, princípios e metodologias do atendimento educacional especializado, a tecnologia assistiva na sala de recursomultifuncional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BATISTA, Cristina Abranches Mota e Mantoan, Maria Tereza. Educação inclusiva: Atendimento educacional especializado para deficiência mental. 2ª ed, Brasília, ed. MEC, SEESP, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Educação Inclusiva. Atendimento educacional especializado. Coletânea. Brasília: MEC-SEESP, 2006.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial.

- Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, política e prática em educação especial. Disponível: www.mec.org.br. Acesso em: 11/03/2021.

JESUS, Denise Meyrelles de. BAPTISTA, Claudio Roberto. CAIADO, Katia Regina Moreno. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2013. (p 43-62, p 21-42, p

197-218, p 275-294)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:

BATISTA, Cristina Abranches Mota e Mantoan, Maria Tereza Educação inclusiva: Atendimento educacional especializado para deficiência mental. 2ª ed, Brasília, ed. MEC, SEESP, 2006.

CARVALHO. Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos —isll. 5. Ed.

Porto Alegre: Mediação, 2007.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de (Org.). Escola, Diferença e Inclusão. Fortaleza: EdiçõesUFC, 2010

Optativa		
Nome do componente:	Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem	Classificação:
Código: 0301092-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	

EMENTA:

Estudo histórico das múltiplas concepções de avaliação a nível nacional e internacional. Paradigmas, métodos e critérios. Conhecimento dos teóricos que orientam para uma avaliação formativa e de desenvolvimento individual e social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOFFMANN, J. Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 12 ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1994, 199 p.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. 15. ed. São Paulo: Libertad, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Colaboração de Montserrat Ventura. Traduzido por Jussara Haubert Rodrigues. 5. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

HUNTER, Madeline. Teoria da Motivação para Professores - Um livro programado. Petrópolis: Vozes, 1984.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1992.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: As Abordagens do Processo. São Paulo: EPU, 1986 (Coleção Temas Básicos da Educação e Ensino).

WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. Colaboração de Ana Sanchez. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002. (Palavra do professor).

Optativa		
Nome do componente:	Cartografia Geral	Classificação:

Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito
Departamento de origem: Geografia	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE

Pré-requisito:
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u>1</u> __ ; Total: 60/04

EMENTA:

Introdução à cartografia. Definição e Classificação. Representação da superfície da terra: forma, dimensões, escala, sistema de projeção, rede geográfica, latitude e longitude, Sistema UTM, fusos horários, ampliação e redução de mapas. Linguagem cartográfica: Simbologia, leitura, interpretação e elaboração de cartas. Cartografia e ensino de Geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUARTE, P. S. Fundamentos de cartografia. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. OLIVEIRA, CÊURIO DE. Curso de cartografia moderna, Fundação IBGE, 1988.

_____. Dicionário Cartográfico. Rio de Janeiro:

IBGE, 1993. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

IBGE. Manual Técnico de Noções Básicas de Cartografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

JOLY, Fernand. A Cartografia. Tradução por Tânia Pellegrini. Campinas, SP : Papyrus, 1990.

Optativa		
Nome do componente:	Computadores e Sociedade	Classificação:

Código: 08050151	Avaliado por: (x) Nota () Conceito
Departamento de origem: Ciências da Computação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE

Pré-requisito:
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> / </u> ; Total: 60/04

EMENTA:

O computador na sociedade moderna. Aspectos sociais, legais e profissionais da informática. A questão da ética profissional. A informatização versus desemprego, contribuições do profissional de informática à sociedade. Atuação do profissional no Mercado de trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MATTOS, João Metello. **A Sociedade do Conhecimento**: da Teoria de Sistemas à Telemática. Brasília: UnB -Universidade de Brasília, 1982. p. 510.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. 629 p.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade Informática as Consequências Sociais da Segunda Revolução Industrial**. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 157. ISBN 85-11-14081-6.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VAZ, Henrique C. de Lima. Escritos de Filosofia Iv: Introdução à ética Filosófica 1. São Paulo: Edições

Loyola, 1999. p. 485 (Coleção filosofia . ISBN 85-15-01988-4.

AZEVEDO, Fernando De. A Cultura Brasileira: Introdução Ao Estudo da Cultura no Brasil. 4. ed. Brasília:

UnB - Universidade de Brasília, 1963. p. 803. ISBN 85-7108-144-1.

VAZ, Henrique C. de Lima. Escritos de Filosofia V: Introdução à ética Filosófica 2. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 246 (Coleção filosofia . ISBN 85-15-02092-0.

BONACCINI, Juan Adolfo. A Dialética em Kant e Hegel: Ensaio Sobre o Problema da Relação EnTRE Ser e Pensar. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, 2000. p. 426. ISBN 85-7273-111-3.

SANCHEZ VAZQUEZ, A. – Ética, Ed. México, 1969.

Optativa		
Nome do componente:	Cultura Brasileira	Classificação:

Código: 07010881	Avaliado por: (x) Nota () Conceito
Departamento de origem: Comunicação Social	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE

Pré-requisito:
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04
EMENTA: Identidade nacional. Cultura popular e ideologia. Indústria Cultural. Cultura do RioGrande do Norte. BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOSI, Alfredo. A dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. Brasília: Brasiliense, 1985 SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese de história da cultura brasileira. São Paulo: BertrandBrasil, 2003. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Não disponível.

Optativa		
Nome do componente:	Educação à Distância	Classificação:
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

Os fundamentos e a trajetória da Educação a Distância (EaD) no Brasil e no mundo. Experiências de EaD no Brasil. Gestão na modalidade EaD. Docência, ensino, mediação pedagógica, avaliação e interatividade na modalidade EaD. A aprendizagem colaborativa como pilar da EaD. Novas Tecnologias e EaD.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. (Org.) Educação a Distância: O estado da arte. São Paulo: Pearson, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. Educação a Distância: uma visão integrada. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

MOORE, Michael G. Educação a Distância Sistemas de Aprendizagem On-Line. 3.ed. São Paulo-SP: Cengage Learning, 2013. 433

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância. 4. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2006. p. 115 (Coleção educação contemporânea). ISBN 85-85701-77-3.

FORTE, Maria Cândida Mendes (Org). Educação a Distância Alternativa Para a Construção da Cidadania.

Belém: Universidade Federal do Pará - UFPA, 1996. p. 208. ISBN 852470151-x.

CARVALHO, Guilherme Paiva de. Tecnologias Digitais e Educação a Distância Mossoró

- RN: Edições UERN, 2015. 238 p.

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância 6. ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 157 (Prática pedagógica). ISBN 85-308-0708-1.

SILVEIRA, Reginaldo Daniel Da. Videoconferência a Educação Sem Distância Curitiba: Universidade Eletrônica do Brasil, 2002. p. 140.

Optativa s		
Nome do componente:	Educação Ambiental nas Práticas	Classificação:
	Pedagógicas	
Código: 03010741		Avaliado por: (x) Nota () Conceito

Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito:	
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04	

EMENTA:

A educação ambiental nos currículos escolares. Projetos de ensino em Educação Ambiental. Resolução de problemas a partir de temas geradores: dimensões e desafios. Atividades pedagógicas para a educação ambiental na Educação Infantil e Anos iniciais. Experiências de projetos de EA em espaços escolares e não escolares; diagnósticos de problemáticas sócio-ambientais e elaboração de projetos para proposições de intervenções em problemas concretos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 65-71.

LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

PENTEADO, H. D. Meio Ambiente e formação de professores. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da nossa época; v. 38).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CABRAL NETO, A.; MACEDO FILHO, F. D. de; BATISTA, M. do S. da S. Educação ambiental: caminhos traçados, debates políticos e práticas escolares. Brasília: Liber Livro, 2010. GUIMARÃES, Mauro. (Org.). Caminhos da Educação Ambiental: da forma a ação. Campinas, SP: Papirus, 2006.

JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M.; FRANCO, M. I. G. C. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. Caderno CEDES, v.29, n.77, p. 63-79. 2009.

MEDINA, N. M.; SANTOS, E. da C. Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SATO, M.; CARVALHO, I. (Org.). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Optativas		
Nome do componente:	Educação do Campo	Classificação:
Código:	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) () TCC () Estágio () Disciplina Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (X () () Teórico-prático)Teórica Prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: _ / __ ; Total: 60/04		

EMENTA:

Trajetória, concepções e práticas da educação do campo. O direito dos povos camponeses à educação. A educação do campo enquanto reconhecimento e valorização da cultura, dos saberes e dos modos de vida do campo e dos seus sujeitos. A educação do campo como perspectiva de formação humana integral. Educação do campo, meio ambiente, agroecologia e produção de alimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna.

Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho de Educação do Campo. **Referências para uma política nacional de educação do campo.** Caderno de Subsídios, Brasília, DF, 2003.

CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 641-646.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. **Rev. Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 2, n.2, p.1-16, 2004. Disponível

I

em:<<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644/3444>>.

Acesso em: 05 set. 2015.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola É Mais do que Escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GHEDIN, Evandro (org.). **Educação do Campo: epistemologia e práticas**. São Paulo: Cortez, 2012.

SALES, C. M. V. ; SOUSA, K. C. As Escolas do Campo do Ceará: conquista, direito e novas perspectivas para a juventude. *In*: FIGUEIREDO, João Batista de Albuquerque; VERAS, Clédia Inês Matos; LINS, Lucicléa Teixeira. (Org.). **Educação Popular e Movimentos Sociais: experiências e desafios**. 1ed. Fortaleza: Impreco, 2016, v. 1, p. 118-140.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MUNARIM, A. Trajetória do Movimento Nacional de Educação do Campo no Brasil. Educação. Revista do Centro de Educação, Santa Maria, v. 33, n. 1, p.57-72, jan.-abr. 2008. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/pdf/1171/117117388005.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a análise da Questão Agrária no Brasil. *In*: PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. p. 15-85.

RIBEIRO, Marlene. Movimentos Sociais, Questão Agrária e Educação do Campo. *In*: COUTINHO, A.F.; CAVALCANTI, C. R. (Org.). **Questão agrária: movimentos sociais e educação do campo**. Curitiba, PR: CRV, 2012. p. 99-114.

SILVA, José Gomes da. A reforma agrária no Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 197-224.

SOUZA, M. A. de. **Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

Optativa

Nome do componente:	Educação e Cidadania da criança e do Adolescente	Classificação:
----------------------------	--	-----------------------

Código: 03010831	Avaliado por: (x) Nota () Conceito		
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina Internato() UCE	() TCC	() Estágio ()
Pré-requisito:			
Aplicação: (X))Teórica	() Prática	() Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: _ / _ ; Total: 60/04			
EMENTA: Diretrizes mundiais e nacionais dos direitos e deveres da criança e do adolescente. Políticas públicas de proteção à infância e à adolescência e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Escola como fator de garantia dos direitos e deveres da criança e do adolescente. Contribuição dos atores escolares e da família na viabilização do Estatuto da Criança e do Adolescente. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Não disponível BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

Optativa		
Nome do componente:	Educação Especial e Inclusão	Classificação:
Código: 03010751	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	

Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () () Internato () UCE
--	---

Pré-requisito:
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático

Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: ; Total: 60/04

EMENTA:

Visão histórica da compreensão e do atendimento às pessoas com necessidades especiais. Estudo das deficiências e dificuldades, das condutas típicas e altas habilidades (superdotadas) na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Aspectos legais e o processo de inclusão social, familiar, educacional e profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva/Ministério da Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014.

GLAT, Rosana. PLETSCHE, Marcia Denise (Org.) Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. 1. ed. Rio de Janeiro: EUEJ, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA): DSM-V-TR.
Associação

Americana de Psiquiatria. DSM-V-TR- Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 2013. BATTISTUZZO, Ligia Helena Caldana. A Experiência de Aprendizagem Mediada de Reuven Feuerstein: A Modificabilidade em Alunos de Cursos Profissionalizantes. Quaestio: revista de estudos em educação, [S.l.], v. 11, n. 1, p. p. 187-190, ago. 2010. ISSN 2177-5796. Disponível em: . Acesso em: 12 jan. 2017.

BEZ, Maria Rosângela. Comunicação Aumentativa e Alternativa para sujeitos com transtornos globais do desenvolvimento na promoção da expressão e intencionalidade por meio de ações mediadoras. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, 2010.

GALVÃO FILHO, T. A.; MIRANDA, T. G. Tecnologia Assistiva e salas de recursos: análise crítica de um modelo. In: GALVÃO FILHO, T. A. (Org.); MIRANDA, T. G. (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: Editora Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2012, p. 247-266. ISBN: 9788523210144. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/salas_de_recursos.pdf. Acesso em: 30 set. 2016.

NUNES, Leila Regina d' Oliveira de Paula et al (Org.). Novas trilhas no modo de fazer pesquisa em Educação Especial. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014. 146 p.

EMENTA:

Financiamento para educação básica. Origem dos recursos. Programas alojados nos sistemas e nas escolas. Fundos de Manutenção da educação. Orçamento participativo. Acompanhamento dos recursos financeiros pela sociedade através dos conselhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIANCHETTI, R. G. Modelo neoliberal e políticas educacionais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleção questões de nossa época; v. 56).

DAVIES, N. O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta. CampinasSP: Autores associados, 1999. – (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo: 64).

DOURADO, L. F.. PARO, V. H. (Orgs.). Políticas públicas & educação básica. São Paulo: Xamã, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DUPAS, G. Economia global e exclusão social: pobreza, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENGUITA, M. F. A face oculta das escolas: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: 84 Artes Medicas, 1989.

GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. da (Orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação. Petrópolis: Vozes, 2002.

KUENZER, A. Z. Pedagogia da fábrica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995. PINTO, J. M. de R.

Financiamento da educação no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. Educação e sociedade. 2002.

Optativa		
Nome do componente:	Inteligência Artificial	Classificação: Optativa
Código: 08050281	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Ciência da Computação	Grupo: (x) TCC () Estágio () Disciplina () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

Histórico. Abordagens da IA. **Abordagem Simbolista.** Abordagem Conexionista. Abordagem Evolucionista. Agentes Inteligentes. Lógica Fuzzy.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RUSSELL, Stuart J.; PETER NORVIG. **Artificial intelligence:** a modern approach. 3.ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2010. 1132 p. (Prentice Hall Series in Artificial Intelligence). ISBN 978-0-13-604259-4.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. **Inteligência Artificial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 1021 p. ISBN 85-352-1177-2.

COELHO, Helder. **Inteligência Artificial em 25 Lições.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. p. 529. ISBN 972-31-0679-5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

WANGENHEIM, Christiane Gresse Von; WANGENHEIM, Aldo Von. **Raciocínio Baseado em Casos.** Barueri: Manole, 2003. 293 p. ISBN 85-204-1459-1.

BRAGA, Antônio de Pádua; CARVALHO, André Ponce de Leon F. De; LUDERMIR, Teresa Bernarda. **Redes**

Neurais Artificiais: Teoria e Aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 226 p. ISBN 9788521615644

HAN, Jiawei; KAMBER, Micheline. Data Mining: Concepts And Techniques. San Francisco: Elsevier, 2006. p. 770. ISBN 9781558609013.

NASCIMENTO JÚNIOR, Cairo L.; YONEYAMA, Takashi. Inteligência Artificial: em Controle e Automação. São Paulo: Edgard Blücher, 2004. 218 p. ISBN 85-212-0310-1.

LUGER, George F.. Inteligência Artificial: Estruturas e Estratégias Para a Solução de Problemas Complexos. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2004. p. 774. ISBN 85-363-0396-4.

Optativa		
Nome do componente:	Leitura	Classificação: Optativa
Código: 04010801	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) () TCC () Estágio () Disciplina Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04		

EMENTA: Estudo da natureza, modelos e estratégias de leitura e suas implicações para o desenvolvimento da compreensão leitora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Não disponível

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Optativa		
Nome do componente:	Leitura, escrita e resoluções de problemas em matemática	Classificação: Optativa
Código: 0301079-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: _ / _ ; Total: 60/04		

EMENTA: A relação de impregnação mútua entre a matemática e a língua materna. A oralidade, a escrita e o desenho como recursos de comunicação nas aulas de matemática. A resolução de problemas como perspectiva da aprendizagem significativa e do conflito cognitivo para aquisição do conhecimento e do pensar matemático. Estratégias pedagógicas para desenvolver habilidades favoráveis à formulação e ao desenvolvimento de situações problema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALRO, H.; SKOVSMOSE, O. **Diálogo e aprendizagem em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.132 MENEZES, L. **Matemática, Literatura & Aulas**. Educação e Matemática, 2011, série 115, p. 67 – 71.

NACARATO, A. M.; LOPES, C. E. **Escritas e leituras na Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SMOLE, Kátia Stocco Smole. **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática**. Porto Alegre: Artmed, 2001. SMOLE, Kátia Stocco.

DINIZ, Maria Ignez. CÂNDIDO, Patrícia. **Coleção Matemática de 0 a 6: Resolução de problemas**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MACHADO, Nilson José. **Matemática e língua materna: análise de uma impregnação mútua**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2001.

POZO, Juan Ignacio. (org). **A solução de problemas**: aprender a resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: Artmed, 1998.

RABELO, Edmar Henrique. **Textos Matemáticos**: Produção, interpretação e resolução de problemas. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SMOLE, Kátia Stocco. **Era uma vez na matemática**: uma conexão com a literatura infantil. São Paulo: CAEM-USP, 1993

Optativa		
Nome do componente:	Linguagem, leitura e produção de textos	Classificação: Optativa
Código: 0301088-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) TCC () Estágio () Disciplina () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

A linguagem e o processo de comunicação. As funções da linguagem. A leitura como elemento interdisciplinar. A leitura e a produção de textos. Tipologia textual. As relações entre os textos. A função do texto. Gêneros redacionais. Elementos e estrutura dos textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CELIS, Glória Inostroza. Aprender a formar crianças leitoras e escritoras. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GIANINI, Eloísa Bombonatti. Leitura, interação e produção: trabalhando com projetos – ensino fundamental. São Paulo: Editora do Brasil, 2001.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TEBEROSKY & COLOMER. Aprender a ler e escrever – uma proposta construtivista. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Optativa		
Nome do componente:	Projetos pedagógicos	Classificação: Optativa
Código: 0301080-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> 1 </u> <u> __ </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

Significado, importância e tipologia de projetos para o espaço escolar e não escolar. A organização do currículo por projetos de ensino. Projeto de ensino como planejamento didático articulador de conhecimentos. Construção, implementação e avaliação de projetos pedagógicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. das G. S. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Artmed, 2007.

BEHRENS, M. **Paradigma Emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2002. CANÁRIO, R. (org). **Inovação e projecto educativo na escola**. Lisboa: Educa, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSMAN, H. **Metáforas novas para reencantar a educação**: epistemologia e didática. Piracicaba: Ed. Unimep, 1996.

ESTEVAO, C. **Gestão estratégica nas escolas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 133 1998.

FAZENDA, I. C. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 2ed. Campinas: papirus, 1995.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, Mt. **A Organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

NOGUEIRA, N. R. **Pedagogia dos projetos**: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: editora Érica, 2007.

OLIVEIRA, A. C. **Projetos Pedagógicos práticas interdisciplinares**: uma abordagem para os temas transversais. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Lisboa: D. Quixote, 2002. ZEN, M.I.

D. (org.). **Projetos Pedagógicos: cenas de sala de aula**. Porto Alegre: mediação, 2001.

Optativa		
Nome do componente:	Procedimentos de intervenção nas práticas educativas (aprofundamento em educação especial)	Classificação: Optativa
Código: 0301076-1		Avaliado por: (x) Nota () Conceito

Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito:	
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: _ / __ ; Total: 60/04	

O profissional de educação e as possibilidades de intervenção em ambientes escolares e não escolares. Conhecimento e utilização dos recursos didáticos e das 130 tecnologias assistivas. O trabalho do pedagogo em equipes multidisciplinares.

PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira, PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira Pavão (Orgs.)
Práticas educacionais inclusivas na educação básica. Santa Maria, RS :
 FACOS-
 UFSM, 2019. 368
 p. : il. : 23 cm.

DELIBERATO, Débora. MANZINI, Eduardo José (Org.). **Instrumentos para avaliação de alunos com deficiência sem oralidade**. São Carlos: Marquezine e Manzini: ABPEE, 2015.

ASSUMPÇÃO-JUNIOR, F. B.; PIMENTEL, A. C. M. **Autismo infantil**.
Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 37-39, 2000.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1516-44462000000600010>. Acesso em: 23 jan. 2014, 10h 20min.

BOSA, Cleonice; CALLIAS, Maria. **Autismo**: breve revisão de diferentes abordagens. Psicol. Reflex. Crit, v. 13, n. 1, Porto Alegre, 2000. Disponível em: . Acesso em: 21 jun. 2016.

MENDES, Eniceia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia and TOYODA, Cristina Yoshie. **Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular**. Educ. rev.[online]. 2011, n.41, pp.80-93. ISSN 0104-4060. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602011000300006>.

PASSERINO, Liliana Maria; BEZ, Maria Rosangela; VICARI, Rosa Maria.
Formação de professores em comunicação alternativa para crianças com TEA: contextos em ação. Revista Educação Especial, Santa Maria, p. 619-638, nov. 2013. Disponível em: . Acesso em: 28 set. 2016

Optativa		
Nome do componente:	Relações de gênero e sexualidade na educação	Classificação: Optativa
Código: 0301098-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Educação	Grupo: (x) () TCC () Disciplina () Estágio Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

As concepções de sexualidade e de gênero e a formação humana. As propostas governamentais para a educação sexual. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Tema Transversal Orientação Sexual. Propostas pedagógicas para uma educação não sexista.

Sexualidade e relações de gênero no cotidiano escolar: discursos, práticas e formação do educador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AQUINO, J. G. (Org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997.

CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1999.

CATANI, D. B. et al (Org.). Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 2000.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

EMENTA: Origem. Tipologia. O aspecto formal. A temática. Temas tradicionais. Cantorias e pelejas. O papel do cantador na cultura popular.

Bibliografia Básica:

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 2005. LUYTEN, Joseph M. **O que é literatura de cordel**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Leandro Gomes de. **Box com 10 cordéis**. Mossoró: Queima Bucha, 2011. FRANCISCO, Antonio. **Por motivos de versos**. Mossoró: Queima Bucha, 2010. VÁRIOS. **Paragostar de ler**. Volume 36 – Feira de versos. São Paulo: Ática, 2006

Optativa		
Nome do componente:	Literatura Infanto-juvenil	Classificação: Optativa
Código: 0401051-1	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Letras Vernáculas – DLV	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> </u> <u> </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

A criança e a literatura infanto-juvenil. O conto de fadas. A ficção policial. A ficção científica. A poesia infantil. Literatura: a correspondência entre textos, seriação e faixas etárias.

Bibliografia Básica:

CADERMATORI, Lígia. O que é literatura infantil. São Paulo: Ática, 2008. COELHO, Nelly Novaes. **Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil**. São Paulo: Ática, 2005. SOUZA, Malu Zoega de. **Literatura juvenil em questão**. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar:

LOBATO, Monteiro. **Caixa Monteiro Lobato infantil**. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

Optativa		
Nome do componente:	Análise do Discurso	Classificação: Optativa
Código: 04021081	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Letras Vernáculas – DLV	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/04; Prática: <u> 1 </u> <u> </u> ; Total: 60/04		

EMENTA:

Contexto epistemológico da Análise de Discurso de tradição francesa. Dispositivos teórico- analíticos da Análise do Discurso. Análise de discursos institucionais e não- institucionais (político, midiático, religioso jurídico e do cotidiano). Relações saber/poder e produção de subjetividades

Bibliografia Básica:

FERNANDES, C. A. Análise do Discurso: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1999.

ORLANDI, E. Análise de discurso: princípios & procedimentos. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2001.

Bibliografia Complementar:

COELHO, C. N. P. e CASTRO, V. J. (orgs). Comunicação e sociedade do espetáculo. São Paulo: Paulus, 2006.

COURTINE, J.-J. Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

GREGOLIN, M. R.. Pêcheux e Foucault na análise do discurso: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2005.

MILANEZ, N. e GASPAR, N. (Orgs.). A (des)ordem do discurso. São Paulo: Contexto, 2010. SILVA, A. M. M. et. al. De memória e de identidade: estudos interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

PERÍODO <Nº>		
Nome do componente:	Educação para as Relações Étnico-Raciais	Classificação: optativa
Código: xxxxxxxx	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Departamento de Educação	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente):		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60 / 04; Prática: / ____; Total 60 / 04		

EMENTA:

Racismo e preconceitos no Brasil. Movimento negro, indígena e as lutas por reconhecimento. Relações étnico-raciais no Brasil. Ações afirmativas, cotas e legislações nacionais para a cultura afro-brasileira e indígena. Educação, escola e diversidade cultural. Educação e ensino antirracista. Pensamento decolonial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo; Editora 34: São Paulo, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Educação das Relações-Étnico raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica.** Mazza Edições: Belo Horizonte, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Resolução No. 1, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC, que —institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africanall

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília:Ministério da educação, 2005. 204 p. (número de consulta: 379.260981 S959 2. ed. / 2005).

BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da educação, 2005. 236p. (Coleção Educação para todos).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro:

DP&A, 2011.SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil.** Estação Brasil: Rio de Janeiro, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG,2010.

1.2 EMENTÁRIO DAS UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão I	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem:	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 15H TEÓRICAS E 15H PRÁTICAS		

EMENTA:
Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.

Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão II	Classificação: obrigatória
----------------------------	-----------------------------------	--------------------------------------

EMENTA:

Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.

Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão V	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem:	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 15H TEÓRICAS E 45H PRÁTICAS		
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.		

Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão VI	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem:	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 15H TEÓRICAS E 45H PRÁTICAS		
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.		

Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão VII	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	

Departamento de origem:	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática	
Carga horária/Crédito: 15H TEÓRICAS E 45H PRÁTICAS	

EMENTA:

Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.

Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática
Carga horária/Crédito: 15H TEÓRICAS E 45H PRÁTICAS
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.

Nome do component e:	Unidade Curricular de ExtensãoXI	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem:	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 15H TEÓRICAS E 45H PRÁTICAS		
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critériodo docente proponente. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.		

Nome do component e:	Unidade Curricular de ExtensãoXII	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem:	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 15H TEÓRICAS E 45H PRÁTICAS		

EMENTA:

Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.

Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão XIII	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem:	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio	
	() Internato (X) UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 15H TEÓRICAS E 45H PRÁTICAS		
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério		

do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.

Nome do component e:	Unidade Curricular de ExtensãoXIV	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem:	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 15H TEÓRICAS E 45H PRÁTICAS		

EMENTA:

Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.

Nome do componente e:	Unidade Curricular de Extensão XV	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem:	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 15H TEÓRICAS E 45H PRÁTICAS		
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.		

Nome do componente:	Unidade Curricular de ExtensãoXVI	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem:	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio	
	() Internato (X) UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 15H TEÓRICAS E 45H PRÁTICAS		
EMENTA:		

Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.

Nome do component e:	Unidade Curricular de ExtensãoXVII	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem:	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 15H TEÓRICAS E 45H PRÁTICAS		
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.		

Nome do component e:	Unidade Curricular de ExtensãoXVIII	Classificação: obrigatória
Código:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem:	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 15H TEÓRICAS E 45H PRÁTICAS		
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.		

2 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do ensino-aprendizagem é um dos componentes indispensáveis do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, pois constitui a prática de pensar e repensar a formação do pedagogo, condição fundamental para manter a qualidade do ensino, mas também possibilitar mudanças na realidade dos espaços de formação profissional.

Para concretizar no processo educativo os referenciais propostos, orientadores do perfil profissional do curso, torna-se necessário conceber a atividade de ensino e suas articulações com a pesquisa e a extensão, como procedimento que mais faz perguntas do que dá respostas. Partir sempre da realidade para problematizar o conhecimento e compreender que ensinar valendo-se do espírito da pesquisa, significa trabalhar com a indagação e com a dúvida científica. Instrumentalizando o aluno a pensar para adquirir a independência intelectual e possibilitar a construção e a busca contínua do próprio conhecimento.

Nesta perspectiva de ensino a prática avaliativa deve ser desenvolvida na vivência da avaliação formativa, processual e diagnóstica. Seu objetivo é perceber os avanços e as fragilidades no aprendizado do aluno para que o processo de ensino seja redirecionado e reorganizado.

Para que o aprendizado seja significativo uma das exigências reside na qualidade das relações que se constroem nos espaços educativos. O que requer do professor no seu processo de mediação, construir um trabalho pedagógico altamente eficaz, rompendo com a visão de avaliação ainda hegemônica que se orienta pelo eficientismo e valorização do produto em detrimento do processo.

⁶Hadji (2001) afirma que o professor é um mediador no momento em que organiza o meio para torná-lo eficaz. Sua tarefa é organizar as circunstâncias que do ponto de vista do contexto tornarão possível a cognição criadora. Ele organiza o encontro com o —saber erudito (transposição didática) que permitirá ao aluno construir seu próprio saber. Organiza a dialética sujeito/ ambiente criando um espaço educativo, por 'recorte' de situações de aprendizagem adequadas. A ideia do autor parte do princípio de um professor mediador criativo, autônomo na intenção de promover uma formação

dialógica coletiva. E que deve contribuir para a inovação curricular fazendo escolhas de conteúdos e métodos voltados principalmente para os objetivos que se pretende alcançar.

⁶HADJI, C. Pensar e agir a educação: da inteligência do desenvolvimento ao desenvolvimento da inteligência. Porto Alegre: Artmed. 2001

Na perspectiva do professor mediador a prática avaliativa no curso será possibilitada através de instrumentos diversos permitindo as atividades práticas como, seminários, oficinas, produção textuais, pesquisas nos espaços formativos, enfim, serão utilizados os instrumentos e recursos necessários que o professor poderá dispor para diagnosticar continuamente a formação do perfil profissional e do objetivo do curso definidos no Projeto Pedagógico.

O Curso de Pedagogia exige uma realidade educativa sintonizada com os princípios formativos profissional, com uma práxis fundante no trabalho intelectual (FREIRE, 1981), com base nos princípios da relação teoria-prática, contextualizada, interdisciplinar, democrática, flexível, articulando de forma competente as ações de ensino, pesquisa e extensão.

A Avaliação da Aprendizagem do Curso de Pedagogia tem em vista, fundamentalmente, o caráter de ser contínua, para identificar o desenvolvimento do processo pedagógico; propondo, também, diferentes instrumentos que permitam a reflexão cotidiana da prática entre os diferentes sujeitos, sendo capazes de proporcionar novas estratégias de enfrentamento às condições adversas que estão postas, assim como de mobilizar, valorizar e estimular a aquisição de novos saberes.

A prática avaliativa do Curso deverá estar em sintonia com a proposta de avaliação da UERN, conforme as prerrogativas legais do CONSEPE e o projeto pedagógico atento as proposições de avaliação da UERN que serão reformuladas, objetivando o alcance do ensino eficaz e da aprendizagem significativa e transformadora.

Além disso, a prática avaliativa deve privilegiar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, como recomenda a Lei 9.394/96, respeitando os seguintes critérios:

- Constância – o processo avaliativo deve estar inserido durante a implementação do trabalho pedagógico, cruzando a relação planejamento-ensino-aprendizagem, objetivando as possíveis intervenções necessárias nessa dinâmica;
- Diversidade – o processo avaliativo deve ser materializado através de uma variedade de instrumentos durante o tempo pedagógico das disciplinas, visando à construção do maior número e diversidade possível de informações acerca do objeto avaliado;

- Democrático – a proposta de avaliação contida no programa de ensino de cada disciplina deve ser apresentada no começo de cada semestre pelos docentes para ser discutida com os alunos, intencionando a negociação e definição prévia dos objetivos, dos critérios e dos instrumentos do processo avaliativo, desenhando sua metodologia;
- Pertinência – a escolha, a construção e a implementação dos instrumentos avaliativos precisam considerar a natureza do curso, da disciplina e as necessidades de aprendizagens dos estudantes.

Por meio dos critérios aqui estabelecidos, o objetivo da prática avaliativa no curso de Licenciatura em Pedagogia é reunir o máximo de informações para compreender a relação entre o ensino e a aprendizagem e fazer as intervenções necessárias que garantam a qualidade socioeducativa das ações docentes e discentes.

Assim sendo, é imperativo definir os princípios do processo de Avaliação da Aprendizagem, no contexto do Curso de Pedagogia, os quais devem:

- Ser formativo, diagnóstico, mediador e contínuo, considerando o preceito da co-avaliação;
- Estar em consonância com as estratégias didáticas da aprendizagem.
- Permitir a reflexão sobre a prática pedagógica cotidiana, de maneira a regular e auto-regular as ações docentes, e contribuir para a redefinição das estratégias metodológicas.
- Acontecer numa perspectiva meta-reflexiva permitindo, assim, a percepção, por parte do professor e do aluno, do processo de construção do conhecimento.

Portanto, a avaliação do processo ensino-aprendizagem, como condição essencial para retroalimentação do processo de formação, deverá ocorrer através de diferentes instrumentos que devem ter em vista o aluno concreto e seu desenvolvimento integral, possibilitando-lhe o contato com o ambiente de forma real, significativa e problematizadora. Os instrumentos de avaliação poderão ser selecionados e propostos pelo professor dentre aqueles que, coerentes com as estratégias didáticas, atendam à concepção e a proposta do Curso de Pedagogia.

3 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

O Curso de Pedagogia/CAP/UERN apresenta um número ainda limitado de professores efetivos em seu quadro docente. Apesar disso, a produtividade acadêmica tem se desenvolvido de forma crescente no que se refere à pesquisa e a extensão. Isso se apresenta como fator preponderante para que se perceba a necessidade de ampliação de vagas, a fim de otimizar a oferta de benefícios à comunidade interna e externa, através de atividades acadêmicas diversificadas. No momento atual, o quadro de lotação apresenta-se com 7 professores efetivos e 3 contratos provisórios e 2 técnicos administrativos.

3.1 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

O quadro abaixo apresenta os docentes efetivos, as disciplinas que lecionam, regime de trabalho, formação e onde ocorreu ou ocorre o processo de qualificação.

MAT.	NOME	REG. DE TRABAL HO	TIT.	DISCIPLINAS QUE LECIONA	EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃ O
12625 -0	Kamila Costade Sousa	D E	Dout ora	• educação do Campo • stágio Supervisiona dol. • stágio Supervisiona doll. • etodologia do Trabalho Acadêmico	Doutora em Educação pela Universidad e Federal do Ceará (UFC).

				• pesquisa Educacional. • seminário Temático I. • seminário Temático II.	
				• tecnologias e Mediação Pedagógica.	

1224 9 -1	lure Coutr e Gurge l	40h	Mest re	• Introdução à Pedagogia • Didática • Profissão Docente • Estágio Supervisionado I ell.	Mestre em Educação pela Universidad e do Estado do Rio Grande do Norte/UEERN Doutorando /UECE
1291 6 -0	Joseane Abílio de Sousa Ferreira	DE	Dout ora	• História da Educação Brasileira • Sociologia da Educação • Fundamentos Histórico-filosóficos da educação. • Estágio Sup. I • Estágio Sup. II	Doutora em Educação pela Universida de Federal da Paraíba/U F PB
1263 2 -2	Samu el Pente ado Urban	DE	Dout or	• Filosofia da Educação • Ensino de Ciências • Ensino de Geografia	Doutor em Educação e tecnologia pela Universidad e Federal de Santa Catarina

1222 1 -1	Suenyr a Nóbreg a Soares	DE	Mest re	• Concepções e Práticas de Educação Infantil. • Educação para Diversidade. • Estágio Supervisionado I e II	Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN
0181 9 -8	Soraya Nunes dos Santos Pereira	DE	Mest re	• Psicologia da Educação I • Psicologia da Educação II •	Mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB

				stágio Supervisionado I, II e III	
--	--	--	--	---	--

O quadro técnico-administrativo se apresenta adequado à demanda existente. De acordo com o Quadro de Lotação da UERN, em nível institucional, não há previsão para que este seja alterado de acordo com as demandas subsequentes. Atualmente, apresenta-se como demonstrado no quadro a seguir:

MAT.	NOME	REGIME DE TRABAL HO	TITULA ÇÃO	FUNÇÃO
1104 1 -8	Glandelmar Brilhante de Souto	4 0 h	Especiali s ta	Secretário
8149- 3	Silvana Elizabete de Andrade	4 0 h	Especiali s ta	Secretária

3.2 RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS

O quadro de docentes efetivos não supre as demandas do Departamento de Educação do CAP/UERN, visto que após o último concurso, saíram em vacância para outras instituições e um professor saiu por aposentadoria. Neste sentido, o Departamento tem necessidade de três contratos, dois estão em andamento e necessita de mais um, conforme demonstra o quadro abaixo:

MAT.	NOME	REG. DE TRABAL HO	TIT .	DISCIPLINAS QUE LECIONA	EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO
------	------	----------------------------	----------	-------------------------------	--------------------------------------

1304 6 0	Gislâni aDias Soares	40h	Esp	• oncepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos • psicologia Social • psicologia da Educação • nsino de Artes	Especialista em educação e Cursando Mestrado em Ensino - UERN/UFERSA/IFRN
1298 9 -5	Naiane Duarte de Oliveira	40h	Esp	• Política e Planejamento toda Educação • Ensino de História • Corpo, Movimento e Ludicidade • Práticas	Especialist a em Educação Inclusiva

				Interdisciplinare sna Educação Infantil.	
1312 2 -9	Maria Goret e Paulo Torre s	40h	Ma .	● Estágio Supervisionado III ● Práticas Pedagógicas Programadas II ● Antropologia da	Doutorand a em Letras/UE RN

				Educação • Introdução à Pedagogia • Ética na Educação	
--	--	--	--	---	--

3.3 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO

Sabendo-se que as atividades institucionais requerem de seus agentes a sistematização e o planejamento como forma de melhor nortear as ações a serem desenvolvidas, o Departamento de Educação/CAP elaborou o seu Plano de Capacitação docente para o biênio 2020/2021. Entendendo o planejamento como um procedimento estratégico que visa aperfeiçoar o desempenho acadêmico, pautou-se essa atividade em diretrizes norteadoras que preveem a concretização de ações capazes de modificar a realidade contextual dos que se propõem a realizá-las. Assim, definiu-se como objetivos primordiais dessa política:

- Incentivar e apoiar o processo de capacitação docente de forma contínua e sistemática.
- Definir os critérios para o processo de saída dos docentes em função das necessidades do Departamento de Educação/CAP.
- Consolidar, através da capacitação docente, os grupos de estudos e pesquisas como condição imprescindível à intervenção na realidade social.
- Aperfeiçoar o Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Departamento de Educação-CAP/UERN, através da realização de novos Cursos de Especialização, de acordo com as demandas locais.

As condições para a liberação do docente que se proponha a cursar Pós-Graduação, está condicionada aos critérios exigidos pela Resolução 45/2012-CONSEPE.

A seguir apresentamos um quadro demonstrativo da situação dos docentes do DE/CAP em relação às demandas e condições para que desenvolvam seus

processos de qualificação docente:

DEMANDA E SITUAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DOCENTE NO DE/CAP

PROFESSOR(A)	TIT.	TEMPO. DE SERVIÇO UERN	AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	ID A D E	TEMP O DE SERVIÇO	D E M .	SITUAÇÃO
--------------	------	------------------------	-------------------------------	----------	-------------------	---------	----------

					TOTAL		
Joseane Abílio de Sousa Ferreira	Dr a.	2 ano e 3 meses	-	35 anos	9 anos e 3 anos	D	Concluiu o doutorado.
Iure Coutre Gurgel	M e.	3 anos e 3 meses	8 anos	35 anos	11 anos e 3 meses	40 h	Cursando Doutorado/UE CE
Kamila Costa de Sousa	Dr a.	3 anos e 2 meses	Não possui	32 anos	3 anos e 2 meses	D	Concluiu o doutorado
Samuel Penteado Urban	Dr .	2 anos e 1 mês	5 anos e 6 meses	32 anos	7 anos e 7 meses	D E	Concluiu o doutorado..
Soraya Nunes dos Santos Pereira	M a.	23 anos	1 ano e 6 meses	52 anos	23 anos e 6 meses	D / E	Dispõe de tempo de serviço para doutorado.
Suenyr a Nóbrega Soares	M a.	3 anos e 2 meses	3 anos e 2 meses	46 anos	24 anos e 06 meses	D	Dispõe de tempo de serviço para doutorado.

Fonte: DE/CAP/UERN – 2020

Os técnicos administrativos Glandemar Brilhante de Souto e Silvana Elisabete de Andrade tem ensino superior e especialização em suas correspondentes áreas de formação, os dois profissionais tem tempo de serviço disponível para serem liberados para capacitação docente.

4 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA

4.1 ADMINISTRATIVO

PARA AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO DEPARTAMENTO	
• 01 sala medindo 24m² onde funciona a dependência administrativa • 01 sala medindo 24m² onde funciona a sala de reuniões • 01 banheiro para os profissionais • 01 estante de aço • 04 armários de aço • 02 aparelhos telefônicos • 02 ar condicionados • 05 armários de aço com gavetas • 02 computadores • 02 impressoras	• 3 estabilizadores • 2 mesas para computador • 4 mesas para escritório • 1 mesa retangular (grande) • 8 cadeiras com assento e encosto de madeira • 2 cadeiras acolchoadas • 3 cadeiras giratórias • 1 longarina de 3 lugares com braços • 1 gela água

14.2 SALAS DE AULA

PARA AÇÕES DE ENSINO	
• 04 salas de aula	• 01 sala para brinquedoteca

• 02 blocos de sanitários (masculino efeminino) • 160 carteiras escolares • 05 quadros escolares tamanho 4m x1,20m, revestidos com fórmica • 04 Ar condicionados • 01 bebedouro elétrico • 02 quadros de avisos • 04 projetores multimídia • 02 notebooks • 01 televisor • 01 aparelho de DVD • 01 microssistem • 01 rádio gravador • 01 amplificador de potência para caixa desom	• 04 computadores • 04 estabilizadores • 04 mesas para computador • 12 cadeiras acolchoadas • 20 cadeiras brancas • 02 armários de aço • 01 sala de informática com13 computadores • 04 salas de aula de 42m² cada • 01 caixas de som • 01 caixa de som amplificada • 01 sala de Laboratório • 01 sala do Grupo de Pesquisa • 02 salas para os professores
--	--

que precisam ser assistidas pela universidade no âmbito do Curso de Pedagogia quanto às práticas socioeducativas e a formação continuada dos profissionais da Educação;

c) Estabelecer parceria com às escolas públicas em relação aos projetos aos programas externos vinculados à UERN como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

– PIBID e o Residência Pedagógica, por exemplo que incentiva e valoriza o magistério no aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica;

d) Seleção, organização, aquisição e produção de materiais pedagógicos a serem disponibilizados para consultas de professores e alunos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

e) Realização de Cursos de curta duração, oficinas e modalidades similares de caráter prático, e relacionados as linhas de pesquisa a que o LAPEF está vinculado;

f) Realização de cursos de formação continuada para docentes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental em parceria com os sistemas de ensino municipal, estadual ou federal;

g) Assessoria ao ensino das disciplinas pedagógicas aos demais cursos de licenciatura do CAP/UERN, mediante encontros, reuniões e minicursos aos docentes e alunos;

h) Realização de reuniões de trabalho relacionadas a projetos de pesquisa e extensão;

i) Orientação de alunos quanto a realização de pesquisa em nível de graduação, pós- graduação lato sensu e stricto sensu, quando houver;

j) Orientação de discentes cadastrados em programas institucionais de iniciação científica, monitoria e aqueles vinculados a programas ou projetos de extensão.

k) Assessoria a comunidade quanto as questões relacionadas as práticas pedagógicas.

l) Organização e promoção de eventos científicos para apresentação das produções científicas e das experiências desenvolvidas no ensino e na extensão.

O laboratório estará apto a estabelecer uma articulação com os sistemas de ensino (municipal, estadual e federal) e com os programas do Ministério da Educação

vinculados a Plataforma Freire direcionados a formação inicial e continuada de professores e demais profissionais da educação básica. Neste sentido, as escolas públicas dos municípios da região do CAP/UERN serão atendidas, em suas demandas, pelas ações do LAPEF, para que a universidade venha cumprir sua função social de produzir ciência a partir da e para a comunidade mediante o tripépésquisa, extensão e ensino.

14.4 OUTROS ESPAÇOS

14.4.1 Acervo Bibliográfico

Ao falarmos em conhecimento, em saber, estamos falando também no seu acesso, que nas instituições educacionais se dá principalmente através da leitura de textos escritos. Dessa forma, apresentamos o acervo disponível para os estudos e pesquisas na área educacional com perspectivas de ampliação dos títulos a partir dos já existentes. Tais títulos encontram-se distribuídos na biblioteca central da UERN e na biblioteca instalada nas dependências do Campus Avançado de Patu.

A biblioteca do Campus Avançado de Patu (CAP) funciona de Segunda à Sexta feira, das 7h às 12h e das 13 às 22h, dispondo de 584 títulos, com 1211 exemplares disponíveis, na área de educação (Anexo).

● O CAP concentra em sua biblioteca um acervo bibliográfico que se propõe a atender ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, dessa Unidade Universitária. Sabe-se, no entanto, que esse acervo é insuficiente para o atendimento satisfatório dos usuários que procuram esse serviço (ver anexos). Porém, dentro da política de melhoria da qualidade de atendimento à comunidade universitária, implementada pela UERN, prevê-se, em futuro próximo, um avanço significativo em prol do aperfeiçoamento desse serviço.

a) Política de Atualização

● A s aquisições ocorrem periodicamente, de acordo com os parâmetros

estabelecidos pela administração superior, priorizando as solicitações de livros e periódicos encaminhados pelos Departamentos Acadêmicos da Unidade.

b) Política de Acesso

Horário de Acesso à Biblioteca

De Segunda à Sexta-feira: 7h às 12h e das 13h às 22h.

- Forma de acesso e empréstimo

Os usuários têm livre acesso ao acervo disponibilizado fisicamente em estantes. O empréstimo ocorre de forma informatizada com a utilização do Sistema de Automação de Bibliotecas da UERN - SIABI.

- Qualidade da catalogação e disposição do acervo
- A catalogação do acervo obedece às regras do Código de catalogação Anglo Americano – AACR2 e a disposição do acervo está organizada conforme a Classificação Decimal de Dewey – CDD, que define a localização nas estantes.
- Títulos de livros e periódicos por área de conhecimento

14.4.2 Área Física

- O espaço físico da Biblioteca está distribuído em 02 (duas) salas para estudo individualizado, 01 (um) salão onde se encontra o acervo à disposição do usuário, sala para recepção e empréstimo, 02 (dois) banheiros, perfazendo uma área total de 199,5 m².
- Longe de ser a estrutura adequada para atender às necessidades do aluno do Curso de Pedagogia-CAP/UERN, esta tem sido o mínimo que se pode garantir para funcionamento até o momento de elaboração deste Projeto.
- A partir das reformulações e melhorias aqui propostas, assim como da ampliação da oferta dos Cursos de Pós-graduação no âmbito do CAP/UERN, uma das metas do Curso para ser atingida em curto prazo é a duplicação do acervo bibliográfico. Em médio prazo, propõe-se a aquisição de assinaturas de periódicos especializados, assim como a ampliação dos serviços de consulta *on-line* para os usuários do sistema

de bibliotecas da UERN.

5 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

5.1 POLÍTICA DE GESTÃO

Na UERN a política de gestão desenvolvida parte do princípio da democracia interna, buscando desenvolver na instituição a participação das diversas categorias que a compõem para a tomada de decisões. Este PPC está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional(PDI) da UERN, visto que o Curso de Pedagogia do CAP/UERN desenvolve uma gestão colegiada por meio de ações deliberativas e formativas em plenárias departamentais e Conselho Administrativo (CONSAD).

Os órgãos colegiados apresentam cronograma semestral de plenárias deliberativas e encontros formativos para o corpo docente e administrativo. O ambiente social também inclui momentos de confraternização com a participação de professores e técnicos no Planejamento semestral que envolve todos os cursos do CAP/UERN. Tendo em vista os princípios da democracia, da gestão colegiada, humanização, responsabilidade socioambiental e inclusão, Departamento de Educação respeita a autonomia dos profissionais, dando legitimidade às decisões colegiadas com agilidade após exposição e discussão de suas metas e interesses formativos como liberações para formação, gestão de programas, formação de quadro docente e toda estrutura organizacional.

No entanto, o princípio da hierarquia também é considerado a fim de favorecer a agilidade do gerenciamento, sem perder de vista a colegialidade das decisões e esse é um grande desafio, Já que a visão crítica da gestão colegiada, baseada em comissões permanentes como NDE, COSE, grupo de estágio, de orientação acadêmica, concede legitimidade às ações derivadas das decisões compartilhadas e corresponsabilidade. Assim a dinâmica organizacional, com a plenária departamental e o Conselho Acadêmico Administrativo (CONSAD) criam uma cultura institucional com composição fundamental para decisões legais no âmbito do curso. Dessa forma desenvolve-se uma política de gestão institucional coletiva, pautada no diálogo, com a participação da comunidade acadêmica, na perspectiva de garantir uma gestão dialógica e democrática.

O trabalho dos docentes e técnico-administrativos potencializa esforços no sentido de fortalecer a cultura organizacional, centrada em ações voltadas à gestão de pessoas que somam esforços para promover uma formação impactante em nível de graduação para os graduandos do curso de Pedagogia. Essa dinâmica de gestão do curso de Pedagogia está hierarquicamente, vinculada à política de administração universitária que se operacionaliza em nível superior e das unidades acadêmicas, conforme o Regimento Geral e o Estatuto da UERN.

Nível Superior

I - Órgãos consultivos e deliberativos:

- a) Conselho Universitário – CONSUNI; e
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CONSEPE.

II - Órgãos executivos:

- a) Reitoria
- b) Pró-Reitorias
- c) Assessorias
- d) Órgãos suplementares, administrativos e comissões permanentes.

III - Assembleia Universitária

- a) O Conselho Universitário é o órgão máximo de função consultiva, deliberativa e normativa em matéria de administração e política universitária.
- b) O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão consultivo, deliberativo e normativo da Universidade em matéria de ensino, pesquisa e extensão.
- c) A Reitoria é o órgão executivo central da administração superior, sendo exercida pelo reitor, em seus impedimentos e ausências, pelo vice-reitor.
- d) As Pró-Reitorias são órgãos auxiliares de direção superior que propõem, superintendem e supervisionam as atividades em suas áreas respectivas. São as seguintes: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

(PROPLAN) e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).

e) As assessorias são diretamente subordinadas ao Gabinete do Reitor, com atribuição de assessoramento superior em matéria de planejamento, comunicação social, avaliação institucional, assuntos jurídicos, internacionais, pedagógicos e científicos.

f) Os órgãos administrativos com atribuição de coordenação de atividades-meio fornecem apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

g) Os órgãos suplementares, com atribuições de natureza técnico-didático-administrativa, são destinados à coordenação de atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços. As comissões permanentes, com atribuições e constituição específicas, são definidas no Regimento Geral da UERN.

h) A Assembleia Universitária (não deliberativa) é a reunião da comunidade universitária, constituída pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo.

Nível das

Unidades Universitárias I -

Órgãos deliberativos

a) Conselho Acadêmico-Administrativo

b) Plenária dos departamentos

II - Órgãos executivos

a) Diretoria das Unidades Universitárias

b) Chefia dos departamentos.

c) O Conselho Acadêmico-Administrativo (CONSAD), é o órgão máximo deliberativo e consultivo de cada unidade em matéria acadêmica e administrativa.

d) O Colegiado é, no âmbito de atuação departamental, o órgão deliberativo em matéria didático-científica e administrativa. No Departamento de Educação fazem parte do Colegiado, com direito a voz e voto: todos os docentes lotados no departamento (efetivos e temporários); representação estudantil, composta por 1/5 (um quinto) dos docentes, eleita pelos seus pares; e representação de técnicos-administrativos, composta por 1/5 de técnicos lotados nos departamentos.

5.2 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO

O Campus Avançado de Patu – CAP/UERN, como instituição educativa, tem o compromisso social e político, de acompanhar e avaliar periodicamente sua proposta formativa, como mecanismo indispensável para refletir, teorizar e intervir com ações transformadoras nas práticas curriculares.

O caráter de inovação proposto no conjunto desta proposta curricular aponta para sua complexidade operacional, principalmente quando tomamos como referência toda uma tradição já vivenciada por nós, de propostas curriculares reduzidas a grandes elencos de Disciplinas operacionalizadas de modo individual e compartimentalizado numa constante prática contributiva para o esfacelamento do saber e as omissões de experiências e aprendizados que poderiam ser socializados e reinventados no coletivo docente.

Estamos diante de uma proposta formativa que exige do professor formador a disposição para enfrentar o novo, para aprender a —ser e fazer uma nova docência através do coletivo, em meio a seus pares: dialogando, experienciando, teorizando, questionando, acertando, errando, pesquisando. Trata-se de fomentar uma nova cultura formativa capaz de provocar mudanças lentas, porém significativas em nosso cotidiano de trabalho.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do CAP/UERN será avaliado e monitorado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) que é uma Comissão Permanente de caráter propositivo, consultivo e executivo vinculado ao Departamento Acadêmico, criada pela Resolução, nº 59/2013-CONSEPE (UERN, 2013). Conforme o Art. 4º desta Resolução, constitui-se entre outras atribuições do NDE:

- I- Formular o Projeto Pedagógico do Curso - PPC, estabelecendo os seus princípios norteadores, definindo seu currículo, suas estratégias metodológicas e o perfil do profissional egresso;
- II - Acompanhar a implantação do PPC do curso e atualizá-lo periodicamente com vistas a garantir sua sintonia com a dinâmica das demandas sociais, com as políticas públicas da área e as diretrizes nacionais, assegurando o perfil desejado para o profissional egresso;
- (...)VII - Orientar os demais docentes na consecução dos Programas

Gerais dos Componentes Curriculares – PGCC, de modo a assegurar que este efetivamente expresse o PPC do Curso;

(...) XII - Adotar estratégias para garantir que o PPC do curso e a formação dos alunos reflitam os valores universais, como a ética, o compromisso como coletivo e com a natureza, o cooperativismo, a democracia e a preservação da identidade cultural local e nacional (UERN-RN, 2013, p. 04).

A Comissão Permanente do NDE deve ser eleita em plenária do Departamento e, necessariamente seus membros, terão que pertencer ao quadro de professores efetivos da UERN, com o mínimo de três anos de atividade no curso e em regime de tempo integral. A comissão é composta por:

- I) O Chefe do Departamento ou Coordenador do Curso; preferencialmente.
- II) O Orientador Acadêmico do Curso;
- III) O Coordenador de Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso;
- IV) No mínimo, dois professores do Curso que não exerçam função administrativa, sendo um para assumir a coordenação do NDE e outro a vice coordenação;

As funções ora apresentadas não se confundem com atividades de ordem burocrática, embora esse aspecto permeie todas as ações propostas. O significado maior para a existência da Comissão em:

- mobilizar todos os integrantes do Departamento de Educação- CAP/UERN para a necessária apreensão e efetivação desta proposta pedagógica;
- propor parceria de trabalho entre o DE-CAP/UERN e os campos de Estágio;
- provocar vínculos de pesquisas entre a prática formativa, o Curso de pós-graduação lato- sensu e os Grupos de Pesquisa do DE-CAP/UERN;
- divulgar resultados avaliativos e experienciais da implementação curricular;
- propor o aperfeiçoamento da proposta curricular, à medida que possíveis deficiências forem surgindo.

Os membros do NDE terão carga horária disponível para o cumprimento de suas atribuições de acordo com o estabelecido na Resolução de Distribuição de Carga Horária Docente.

Contudo, tendo como eixo os princípios da constância, da democracia, da pertinência e da diversidade, já definidos acima, e em busca da melhoria contínua, o curso de Pedagogia do CAP/UERN terá um programa de avaliação continuada para averiguar as condições de funcionamento do curso. Esse programa deverá funcionar de forma integrada, envolvendo representantes de todas as partes que compõem o Curso, ou seja, alunos, professores, coordenador e funcionários, para se ter a possibilidade de avaliar o andamento de todos os seus pares. Esse processo avaliativo se dará de forma contínua, numa constante discussão entre coordenação, corpo docente e discente, sendo mantido um diálogo permanente entre eles, possibilitando a recondução de processos que porventura não sejam adequados aos objetivos do curso e a aprendizagem dos alunos. As estratégias serão compostas principalmente por reuniões periódicas especialmente organizadas para esse fim.

Convém destacar que esse processo se desenvolverá junto à Comissão Setorial de Avaliação – COSE, cuja função é conduzir o processo interno de avaliação dos Cursos de Graduação, nas Unidades Acadêmicas, sob orientação da Assessoria de Avaliação Institucional - AAI, cuja operacionalização será abordada nas próximas seções.

5.2.1 Política de avaliação interna e externa do curso

As Políticas de Avaliação dos Cursos de Ensino Superior representam uma importante dimensão para a qualidade do ensino e da formação dos futuros profissionais que estarão atuando na sociedade e que precisam que seus cursos estejam cada vez mais atualizados quanto ao conteúdo e organização curriculares propostos, como também alinhados às discussões e necessidades sociais. Pode-se considerar de acordo com Gatti (s/d) que —Os processos avaliativos são, assim, parte integrante de nosso dia a dia, ajudam-nos a processar mudanças ou a reforçar caminhos e rotinas, a cessar ações, etc. tornando-se uma importante ferramenta para olhar e refletir com maior precisão sobre os cursos e instituições.

A obrigatoriedade de avaliar os cursos de ensino superior se estabelece no país com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES),

através da Lei Nº10.861, de 14 de abril de 2004, que tem por objetivo

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do

Aprofundamentos dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004, p. 01)

Com a criação do SINAES a Educação Superior passou a ser avaliada a partir do tripé que compõe as universidades que são o ensino, a pesquisa e a extensão, dimensões fundantes para a qualidade formativas dos cursistas. O SINAES em sua proposta avalia as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes através de ferramentas diversas para cada aspecto que se propõe avaliar. As ferramentas avaliativas propostas também buscam produzir dados sobre a importância e relevância social que as instituições e os cursos oferecidos possuem, evidenciando a qualidade da gestão, do corpo docente e da estrutura física e das instalações oferecidas pelos cursos através das instituições.

A partir das avaliações desenvolvidas e dos seus resultados obtidos, é possível ter um panorama da Educação Superior e então construir propostas para melhorar a qualidade das instituições e cursos, como também ampliar a oferta de programas, de investimentos e recursos financeiros, através de políticas públicas, que possam fortalecer a formação dos estudantes ao ampliar a oferta e a qualidade das instituições de ensino superior.

Através de diversos instrumentos, o SINAES estabelece avaliações externas para as instituições de ensino superior e orienta as dimensões que precisam ser consideradas para que as instituições desenvolvam suas avaliações institucionais internas. Assim, os instrumentos avaliativos estabelecidos pelo SINAES são:

- **Autoavaliação conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA):**
órgão colegiado autônomo estabelecido em cada instituição para o desenvolvimento e aplicação da autoavaliação da Educação Superior. O

processo de autoavaliação parte de um roteiro geral proposto a nível nacional, mas que possui como premissas as características da instituição na elaboração do instrumento mais adequado para seu desenvolvimento, em que busque construir indicadores sobre os aspectos pedagógicos, do corpo docente, administrativos e da estrutura física da instituição.

- **Avaliação externa:** corresponde a avaliação desenvolvida por um corpo técnico externo à instituição, mas que são também docentes com carreira acadêmica e científica, encaminhados aos cursos das instituições de ensino superior pelo Conselho Nacional de Educação ou Conselho Estadual de Educação.
- **Censo da Educação Superior:** esse instrumento tem caráter informativo, revelando dados censitários sobre os cursos superiores.
- **Cadastro de cursos e instituições:** corresponde às informações cadastradas pelas instituições e cursos e que compõem um banco de dados sobre os seus resultados.

Nas próximas seções serão abordadas as avaliações internas e externas desenvolvidas no Curso de Pedagogia, destacando a regularidade das avaliações, seus instrumentais, análise e resultados obtidos com o desenvolvimento desses processos avaliativos.

5.2.1.1 Avaliação interna do curso

Na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Avaliação Interna Institucional se dá através da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que de acordo com a Resolução Nº 13/2016-CONSUNI, que aprova o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação (CPA), da UERN, pode-se considerar que o

Art. 2º A Comissão Própria de Avaliação - CPA/UERN - tem por finalidade a coordenação e acompanhamento do processo interno de

avaliação da Universidade, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES - e pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte - CEE/RN. (UERN , 2016, p. 01).

A CPA é o órgão na UERN que elabora e articula junto às Comissões Setoriais de Avaliação (COSEs) de cada curso a aplicação de questionários online e o acompanhamento da participação dos discentes, docentes e demais servidores da instituição, como também o processamento de dados obtidos com o processo avaliativo.

A Avaliação Interna Institucional da UERN se caracteriza como Autoavaliação, em que não há a obrigatoriedade da participação dos diversos sujeitos que compõem a universidade, mas que se constrói como um processo de sensibilização desses sujeitos para a compreensão da importância do ato de avaliar, como um caminho para diagnosticar, refletir e identificar os aspectos que estão de acordo com a perspectiva da instituição e do curso, como também reconhecer o que precisa ser melhorado para então buscar alternativas, ações e reformulações a fim de atender as necessidades e os objetivos propostos pelos cursos.

A Comissão Setorial de Avaliação - COSE responsável pela Avaliação Interna no âmbito do Curso de Pedagogia, tem como competência

- I. Sensibilizar a comunidade acadêmica do respectivo órgão para os processos de avaliação institucional;
- II. Desenvolver o processo de autoavaliação no órgão, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade e orientações da Comissão Própria de Avaliação - CPA/UERN;
- III. Organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades;
- IV. Sistematizar e prestar as informações solicitadas pela Comissão Própria de Avaliação - CPA/UERN;
- V. Ao fim de cada semestre, a COSE deverá apresentar à CPA/UERN relatório das atividades realizadas, conforme modelo procedente da

É atribuição da COSE do Curso de Pedagogia construir caminhos de comunicação com o corpo discente, docente e demais servidores para a divulgação da Avaliação Institucional, buscando sensibilizar os diversos sujeitos envolvidos na Educação Superior, especificamente no Curso de Pedagogia, para a importância de participar do ato de avaliar as diversas dimensões que compõem o curso e a instituição. Na COSE do Curso de Pedagogia, esse trabalho de sensibilização é feito através de seminários anuais promovidos pelo NDE, espaço-tempo em que a COSE é apresentada a todo o corpo discente do curso e é discutida a necessidade de realização das avaliações do Ensino Superior. São também promovidos encontros semestrais com os discentes durante o período de Avaliação Institucional, para apresentar suas atividades e objetivos. É necessário destacar a representatividade discente na COSE, pois além de um discente fazer parte do grupo de trabalho desse órgão, esse também se revela como um importante elo com os demais discentes do curso.

A COSE em suas reuniões com o membros que a compõe e com a Plenária Departamental do Curso de Pedagogia, busca traçar caminhos para desenvolver com maior efetividade a Avaliação Interna Institucional, através de estratégias de mobilização do corpo discente e docente, como também promover a discussão e reflexão dos dados obtidos com a consolidação da avaliação de cada semestre.

A Avaliação Interna Institucional, conforme a Resolução Nº 13/2016-CONSUNI se constitui como

[...] atividade que consiste em um processo de caráter de diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, e cujo objetivo é identificar o perfil da instituição e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios do Sistema Nacional de Avaliação Superior, bem como as singularidades da Universidade.

Esse processo avaliativo na UERN, se desenvolve semestralmente, iniciando com um período de ampla divulgação das datas e sequencialmente o período de abertura da avaliação online. A Avaliação Interna Institucional se realiza através de um questionário online, disponibilizado no site —Plataforma Íntegrall da referida universidade, estando disponível para os discentes, docentes e demais servidores da instituição.

O questionário online é composto por perguntas que se agrupam a partir das seguintes dimensões: a) Dimensão Didático-Pedagógica, Postura Profissional Docente e Infraestrutura (questionários discentes), b) Dimensão Didático-Pedagógica, Postura Acadêmica e Infraestrutura (questionários docentes). Cada respondente avalia a oferta do ensino a partir do seu papel no processo de ensino-aprendizagem do curso (discente ou docente) e realiza uma autoavaliação sobre a sua postura no curso.

O discente avalia cada disciplina que está matriculado durante o semestre, qualificando a partir de suas respostas a sua própria formação ao partir da reflexão sobre a prática profissional dos seus professores. Os estudantes do curso também realizam a autoavaliação no questionário, o que proporciona aos mesmos um olhar crítico sobre suas experiências e práticas acadêmicas.

Para o corpo docente, a partir dos questionários, a Avaliação Interna Institucional considera para análise dos dados as dimensões didático-pedagógica, avaliação do aluno pelo professor e infraestrutura. Após o período de aplicação dos questionários online, a COSE ao receber os dados consolidados pela CPA, elabora o Relatório de Avaliação Interna - Semestral, onde apresenta em gráficos o percentual de participantes na avaliação, os dados obtidos em cada dimensão avaliada pelas perguntas, apresentando também uma análise sobre esses percentuais.

O procedimento metodológico proposto pela CPA, considera as respostas obtidas pelos questionários da seguinte forma: ao responder ao questionário, os discentes e docentes podem optar pelas seguintes possibilidades de respostas: —Semprell, —Maioria das vezesll, —Poucas Vezesll, —Nuncall. Ao consolidar os dados, respostas obtidas como —Semprell

e

—Maioria da vezess quando se trata das questões didático-pedagógicas/ postura profissional docente/postura acadêmica, como parâmetro de qualidade a ser atingido, contabilizando essas respostas como —Satisfatórioss, e as demais respostas como —Poucas Vezess ou —Nunca como

—Insatisfatórioss evidenciando os aspectos que precisam ser melhorados no curso para que se possa atingir os objetivos da instituição.

Essa avaliação é importante na medida em que servirá, por um lado, para consolidar procedimentos utilizados no âmbito do Curso e, por outro, poderá auxiliar na verificação de falhas e indicar caminhos alternativos para solucioná-las. Além disso, esta avaliação poderá funcionar como um fator de motivação para uma participação mais ativa de todas as partes envolvidas no processo. Os resultados obtidos deverão servir de parâmetros para a implementação de ações que visem melhorias pedagógicas, administrativas e estruturais necessárias para o bom funcionamento do curso.

5.2.1.2 Avaliação Externa do Curso

A Avaliação Externa do Curso é composta por dois processos diferentes de avaliação:

a) a avaliação realizada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) do Estado do Rio Grande do Norte, e pelo b) Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

A Avaliação Externa realizada pelo Conselho Estadual de Educação do RN, se constitui como uma importante perspectiva avaliativa para o Curso de Pedagogia, como para a instituição, pois a partir do olhar de profissionais com perfil acadêmico-científico externos a UERN, é possível desconstruir algumas perspectivas cristalizadas pela experiência e rotina dos profissionais sobre a qualidade do ensino, da instituição e da oferta do curso de pedagogia. Assim, a Avaliação do Conselho Estadual de Educação (CEE) - que ocorre a cada 3 ou 4 anos -, soma-se às avaliações desenvolvidas internamente pela instituição, apresentando quando necessário diligências para que o curso busque atingir a excelência.

A avaliação do CEE/RN é realizada a partir das visitas de avaliadores à

instituição, que buscam conhecer no Campus, nas instalações do Curso como se desenvolve o curso avaliado, destacando suas potencialidades e fragilidades. A visita é agendada com a direção do campus, chefia de departamento e coordenação do curso, que precisam disponibilizar todos os documentos solicitados pelos avaliadores, como também apresentar todas as instalações onde o curso funciona, seus equipamentos e infraestrutura, além de possibilitar o contato dos avaliadores com o quadro docente e com os discentes, conforme solicitado pelos especialistas da CEE/RN.

Após a visita em lócus, os avaliadores do Conselho Estadual de Educação elaboram o relatório da avaliação do curso e em seguida emitem o parecer sobre o curso, podendo esse ser renovado ou deixar de existir.

A última avaliação externa do Curso de Pedagogia, foi realizada pelo CEE/RN no ano de 2018 e contou com a participação de duas (02) avaliadoras externas que utilizaram o instrumento avaliativo orientado pelo SINAES. A avaliação considerou três dimensões: 1) Organização Didático-Pedagógica, 2) Corpo Docente e, 3) Instalações Físicas. O parecer avaliativo do CEE/RN apresentou no relatório da avaliação alguns encaminhamentos para o curso, principalmente para a dimensão que tratava das instalações físicas.

O Curso de Pedagogia conquistou na avaliação externa do CEE/RN o conceito —Muito Bom de qualidade, atingindo o —conceito final 4,0, o que garantiu a renovação do reconhecimento do Curso de Pedagogia, da UERN - CAP, por quatro (04) anos de vigência, até o novo processo avaliativo.

No quadro a seguir, é exposto em síntese os dados da última avaliação externa do CEE – Conselho Estadual de Educação:

Data de renovação de reconhecimento do curso	18 de outubro de 2018
Conceito atribuído	4,0
Vigência	04 anos

O desempenho médio obtido pelos estudantes de um curso no exame compõe juntamente a com o desempenho médio da área de avaliação a qual o curso pertence, um conceito que representa um indicador de qualidade do curso. Os conceitos ENADE variam de 1 a 5, sendo o conceito 5 a nota máxima, resultando na classificação dos cursos de graduação no país.

Conceito o ENADE	ANO	Conceito Preliminar de Curso -CPC	Ano
4,0	2014	3,0	014
3,0	2017	3,0	017

As avaliações interna e externas apresentam diversos diagnósticos sobre o curso que são fundamentais para se refletir quais os pontos frágeis do curso e quais

os aspectos com maior qualidade, gerando uma série de encontro e discussões entre o corpo docente através de momentos promovidos pelo NDE e COSE em que se busca debater os resultados obtidos nas avaliações e traçar objetivos e encaminhar propostas e ações para se alcançar a melhor qualidade possível no curso.

O Curso de Pedagogia do CAP/UERN espera como resultados futuros alcançar a maior qualidade na oferta do ensino, pesquisa e extensão na instituição, além de desenvolver com seus docentes a cada dia a prática pedagógica comprometida com a formação ética, política e social dos estudantes de graduação, ao construir com os discentes conhecimento atual e contextualizado com a realidade social para a futura prática profissional dos mesmos.

5.2.1.3 Processo de Auto-Avaliação

O processo de auto-avaliação é caracterizado por ser um momento de completa reflexão interna realizado pelos componentes do Curso (docentes, discentes, Coordenador Pedagógico, Chefe de Departamento, Orientador Acadêmico, Técnicos Administrativos), desde a área acadêmica até a atividade administrativa, física e financeira.

Os pares envolvidos nesse processo devem proceder o exercício avaliativo das práticas institucionais do próprio Departamento e mais especificamente do curso, considerando também o conjunto das relações acadêmico-administrativas.

Essa etapa é consolidada pela autocrítica, pela reflexão democrática e autônoma em torno das questões essenciais que dão vida ao ensino, à pesquisa e às atividades de extensão, buscando a qualidade necessária.

É um momento de autoanálise em torno dos seguintes pontos básicos:

- reflexão em torno do Projeto Pedagógico do Curso, seu desenvolvimento e redimensionamento;
- análise do desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- discussão em torno do corpo docente, sua qualificação, atuação e perspectiva institucional;

- considerações sobre o discente e sua participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- análise a respeito da estrutura acadêmica, física e administrativa como elementos essenciais na busca da melhor qualidade de ensino;
- avaliação do desempenho da Biblioteca e dos Laboratórios como suportes institucionais do curso;
- a concretização e alcance pedagógico das atividades de estágio, de monitoria e de iniciação científica;
- análise de outras características básicas que serão definidas durante o processo de avaliação.

São definidos os roteiros e os questionários auto avaliativos para cada momento do processo, tendo como estratégia principal a discussão em grupos de professores, alunos, funcionários e dirigentes na elaboração desses instrumentos. Finalmente, a realização do Encontro Semestral para avaliação das atividades das Áreas de Ensino, do Colegiado e do Departamento, com a confecção de relatórios parciais e do relatório final.

.....15.3 POLÍTICAS DE PESQUISA

Em decorrência do corpo docente efetivos do Departamento de Educação ser reduzido em apenas sete (07) professores efetivos, o desenvolvimento de projetos de pesquisas é bem tímido, pois somente estes podem institucionalizar suas propostas. Mesmo com a falta de investimentos percebe-se um número significativo de projetos de pesquisa, principalmente de Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que temos 5 propostas em desenvolvimento.

Consideramos que a falta de investimento em pesquisa é um problema que trava o crescimento da produção acadêmica, pois não existe apoio financeiro para participação em evento. Mas esses obstáculos são vencidos no que é possível pela determinação dos professores, que buscam incentivar os alunos à pesquisa, apesar das dificuldades financeira da instituição.

Todas as pesquisas desenvolvidas pelo Departamento de Educação estão vinculadas ao Grupo de Pesquisa: **FORMACE – FORMAÇÃO, CURRÍCULO E ENSINO**.

Entre 2017 e 2018 foi desenvolvido um projeto de pesquisa de Fluxo Contínuo:

—Formação de professores, estágio e prática educativa. O quadro a seguir apresenta os dados de identificação do projeto:

PROJETO: Repercussão do Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa no Trabalho Pedagógico do Professor Alfabetizador.		
Linha de Pesquisa: Formação de professores, estágio e prática educativa		
Início da Pesquisa: 2º Semestre de 2017 e 2018		
COORDENADORA	DEMAIS PESQUISADORES	ALUNOS ENVOLVIDOS
Profa. Dra. Kamila Costade Sousa	Profa. Dra. Maria Ghislenny de Paiva Brasil	Cristiana Fernandes da Costa
	Profa. Dra. Jacicleide Ferreira Targino da Cruz	Edilene Leite Alves
	Profa. Ma. Maria do Socorro Santos	Maria Luciana da Silva
	Profa. Dra. Gercina Dalva	Mácio Raulino Alves
	Prof. Me. Iure Coutre Gurgel	Patrícia da Silva Pimentel
	Profa. Ma. Suenyr Soares Nobrega	Luiz Carlos da Costa Silva Junior

Os alunos foram incluídos na proposta de pesquisa com o objetivo de introduzi-los na iniciação científica e consequentemente à produção e publicação acadêmica de trabalhos que refletem as demandas dos grupos sociais envolvidos nos processos formativos. Percebe-se a preocupação dos docentes em contribuir para a realização de um trabalho de qualidade no âmbito da UERN, os quais tendem a apresentar uma colaboração significativa para o processo de implantação do currículo.

Em 2019, os docentes desenvolveram pelo FORMACE 5 projetos de pesquisa vinculadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC):

Título do Projeto	Coordenador	Quant. de Alunos
Satisfação com a vida dos cuidadores de usuários do CER II.	Soraya Pereira Nunes dos Santos	02
O acervo do Grupo Escolar Almino Afonso: livros escolares e fontes históricas.	Joseane Abílio de Sousa Ferreira	02
Educação Rural e Sala Multisseriada: Desafios para Práxis Docente.	Kamila Costa de Sousa	01
Tecnologia Social e Educação: a comunidade quilombola Jatobá no município de Patu/RN.	Samuel Penteado Urban	01

Atualmente, estão vinculados FORMACE 6 projetos de pesquisa vinculadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), são eles:

Título do Projeto	Coordenador	Quant. de Alunos
--------------------------	--------------------	-------------------------

Satisfação com a vida dos cuidadores de usuários do CER II.	Soraya Pereira Nunes dos Santos	02
O estudo da obra —Os LusíadasII, de Luís de Camões: consideraçõessobre acervos escolares, conceitose possibilidades de pesquisas.	Joseane Abílio de Sousa Ferreira	02
Formação de Professores para aPráxis	Kamila Costa de Sousa	01

Docente na Sala de Aula Multisseriada da Escola Rural		
Tecnologia Social e Educação: a comunidade quilombola Jatobá no município de Patu/RN.	Samuel Penteado Urban	01
Desafios do Trabalho Pedagógico do professor da sala de Atendimento Educacional Especializado com alunos com deficiência.	Iure Coutre Gurgel	02

O Grupo de Pesquisa do Departamento de Educação apresenta a seguinte estrutura:

GRUPO DE PESQUISA: **FORMACE – FORMAÇÃO, CURRÍCULO E ENSINO**

Líder: Profa. Dra. Kamila Costa de Sousa

O Grupo Formação Currículo e Ensino - FORMACE, criado pelo Departamento de Educação do Campus Avançado de Patu/UERN, visa à formação de pesquisadores em educação, na perspectiva de aprofundar os conhecimentos, por meio da consolidação de estudos tanto em nível de fundamentação geral, como específica. Assim, pretende-se promover ações direcionadas ao desenvolvimento da pesquisa, através de Programas de Iniciação Científica, Pós-Graduação e Qualificação Docente. Sua atuação está pautada na abordagem de temas presentes na realidade escolar, envolvendo a formação inicial e continuada de professores, elaboração e/ou redimensionamento de propostas curriculares para educação básica e superior, e estuda o desenvolvimento de práticas pedagógicas vivenciadas nas várias dimensões do ensino. Dentre as finalidades do Grupo podem ser citadas: integrar atividades de ensino, pesquisa e extensão; incentivar a produção científica dos pesquisadores envolvidos; divulgar os resultados de pesquisas.

LINHAS DE PESQUISA:

Formação, Currículo e inclusão em Educação

Pesquisa a política de formação como política curricular nas suas articulações e produção de demandas, entre as quais, destacam-se a diversidade e a diferença. Estuda as dimensões conflituosas e indecíveis do currículo considerando a ambivalência dos discursos hegemônicos e seu escapamento à norma que totaliza a diferença em padrões de sujeitos. Pesquisa sobre práticas pedagógicas e formativas inclusivas desconstruindo a noção dos padrões de experiência e (auto)determinação do sujeito.

Área de conhecimento: Ciências Humanas; Educação; Currículo; Teoria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Curricular

Setores de Aplicação:

- Ensino Infantil e Fundamental
- Educação Superior

Pesquisadores:

Líder:

Profa. Dra. Cláudia Maria Ferreira Felício Tomé.

Demais pesquisadores:

Profa. Dra. Kamila da Costa Sousa

Alunos:

Laura da Silva

Saldanha Maria Lara

Alves Rocha Wellerson

Batista de Lima

Educação Matemática

Investigar os aspectos teóricos e práticos da Educação Matemática e suas tendências como: jogos, Didática da Matemática, Formação de Professores, Laboratório do Ensino da Matemática, Educação Estatística, Modelagem Matemática e Tecnologias no Ensino de Matemática. Dentro desses campos interdisciplinares, busca-se problematizar e desenvolver pesquisas que contemple concepções práticas integradas a ação docente, contribuindo para o ensino e a aprendizagem da matemática.

Áreas do conhecimento

Ciências Exatas e da
Terra Matemática
Educação Matemática
Ensino da Matemática
Formação de
professores

Setores de aplicação

Educação infantil e ensino fundamental

Pesquisadores:

Líder:

Prof. Dr. Manasses Pereira Nóbrega

Demais Pesquisadores:

Prof. Me. Fracionário Oliveira de

Araújo Profa. Ma. Samilly Alexandre

de Souza Prof. Dr. Roberto Mariano

de Araújo Filho

Alunos:

Adna Ruthy de Lima Moraes

Fernando Henrique Nogueira

Amaral

Marcelo De Souza Medeiros

Formação de professores, estágio e práxis educativa

Promover estudos sobre as políticas e programas de formação inicial e continuada de professores da educação básica. Prioriza estudos sobre a ação didática e o estágio no curso de Pedagogia, entendendo-o como processo formador da ação e da identidade docente do pedagogo em espaços escolares e não-escolares. Desenvolve investigações sobre as práticas educativas no contexto da escola nos segmentos da educação infantil e ensino fundamental e suas respectivas modalidades de ensino.

Área do conhecimento:

Ciências Humanas; Educação; Tópicos Específicos de Educação; Educação Permanente.

Setores de Aplicação:

Educação Superior

Educação Infantil e Ensino Fundamental

Pesquisadores:

Líder:

Profª. Dra. Joseane Abílio de Sousa Ferreira

Demais pesquisadores:

Profª. Ma. Antônio Sueli da Silva Gomes

Temoteo Profa. Dra. Maria Ghisleny de

PaivaBrasil

Profª. Dra. Maria Gorete Paulo

Torres Prof. Me. Iure Coutre

GurgelProfa. Ma. Suenyra

Nóbreqa

Soares Profa. Dra. Gercina Dalva

Prof^a Ma Soraya Nunes dos Santos Pereira

Alunos

André Fernandes Maia de

Medeiros- Graduação Karina

Pessoa de Queiroz-Graduação

Antônia Magna de Souza Silva Cardoso-

Graduação Mikaelly Adrianne da Silva

Targino-Graduação

Ex-alunos- voluntários

Francineide Batista de Sousa

Pedrosa Valmaria Lemos da
CostaSantos

Psicologia, educação e estudos da infância

Estuda sobre o processo de desenvolvimento humano, sua relação com ensino aprendizagem nos contextos escolares, não escolares e familiares . Analisa as práticas de avaliação da aprendizagem. Investiga os Processos subjetivos do educador relacionados com seus saberes e desempenho profissional. As concepções que influenciam na educação de crianças, jovens e adultos. Realiza estudos acerca de aspectos teóricos e metodológicos da educação de crianças de 0 a 5 anos, analisando

o contexto físico, social, psicomotor e emocional em que as práticas de educar e cuidar

se desenvolvem. Analisa Políticas públicas para Educação Infantil.

Áreas do conhecimento: Ciências Humanas; Educação; Tópicos Específicos de Educação; Educação Especial; Ciências Humanas; Psicologia; Psicologia do Ensino e da Aprendizagem; Ensino e Aprendizagem na Sala de Aula

Setores de Aplicação:

Educação infantil e ensino
fundamentalEducação superior
Espaços não escolares

Pesquisadores:

Líder: Profa. Ma. Soraya Nunes dos Santos Pereira

Demais pesquisadores:

Profa. Dra. Jacicleide Ferreira

Targino daCruz Prof. Me. Iure Coutre

Gurgel

Profa. Dra. Francisca Edilma Braga Soares Aureliano

Alunos

Andreza Carla

Menezes Monteiro

Flávia Batista deSousa

Vanessa Nayara Bezerra de Tavares

15.3.1 Consolidação de Grupos de Pesquisa

- Utilizar da infraestrutura da Sala do Laboratório de Pesquisa, Extensão, Ensino e Formação de Professores (LAPEF) aprovado pela Resolução Nº 033/2020-CONSEPE,destinado ao desenvolvimento dos estudos do grupo de pesquisa FORMACE;
- Incentivar o uso compartilhado da infraestrutura de pesquisa para maior comodidade do grupo;
- Ampliar a elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa envolvendo alunos e professores como pesquisadores, o que garantirá maior produção dos grupos;
- Requisitar da PROPEG, recursos para o desenvolvimento de pesquisas;

- Estimular a inter e multidisciplinaridade nas ações dos grupos de pesquisa;
- Organizar seminários nas Linhas de Pesquisa;
- Avaliar sistematicamente o funcionamento e produtividade dos grupos;
- Buscar por meio de parceria com a PROPEG o beneficiamento do Programa de Bolsade Produtividade em Pesquisa;

15.3.2 A Pós-graduação

Neste ano de 2020 o Departamento de Educação concluiu o curso de Especialização em Formação do Educador em Práticas Interdisciplinares. Se inscreveram 35 alunos, mas só conseguiram concluir 26 alunos. Os desistentes alegaram motivos pessoais de trabalho e questões de saúde.

Atualmente, está com uma proposta de curso especialização em Alfabetização e Letramento nos anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos em trâmite avaliativo na PROPEG para funcionar com o financiamento e parceria da Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Serão oferecidas 80 vagas que terá como públicoprioritários os professores e demais profissionais da Educação Básica que atuam nesses níveise modalidades de ensino a que o curso se propõe atender.

Atendendo às demandas voltadas para a ampliação da área de atuação do pedagogo em espaços não-escolares, o Curso de Especialização em Formação do Educador em Práticas Interdisciplinares possibilitou reflexões sobre situações existentes e perspectivas de inovação no contexto social em que se inserem os indivíduos, possibilitando-os compreender e reconhecer demandas de pesquisas nas situações que emergem dos seus cotidianos, nos contextos escolares e não-escolares em que ocorrem ações pedagógicas. Assim foi possível orientá-los na busca por elaborar e desenvolver ideias através da pesquisa, pois partiu-se dos questionamentos resultantes de inovação metodológica com vistas a transformação de práticasjá cristalizadas pela ação do tempo. Os trabalhos voltados para a formação permanente do educador encontraram também amplo espaço para atuação nos contextos escolares no tocante às lacunas existentes no atendimento à criança de pequena (0 a 05 anos). Constatando-se isso nas escolas da área de abrangência do

CAP/UERN, espera-se, com esses Cursos, atender às demandas relativas às necessidades locais, de forma permanente.

Entende-se que a oferta desses Cursos de Especialização se configura como um passo importante para a concretização de pesquisas que possibilitem aos educadores da região, em sua maior parte alunos egressos do CAP/UERN, a lançarem um olhar reflexivo sobre seus próprios contextos socioeducacionais. Esse olhar lançado pode funcionar como um catalisador para o redimensionamento da prática docente e assim contribuir para a melhoria do ensino, especialmente, o ensino público, à medida que atende às novas exigências das políticas de formação docente, consolidadas a partir da LDB 9.394/96, que estão voltadas para a qualificação dos professores que atuam na Educação Básica.

Além de atender aos anseios de alunos egressos do Curso de Pedagogia-CAP/UERN e demais educadores interessados, as linhas de pesquisas que orientam os Cursos de pós-graduação visam também nortear os processos de capacitação docente dos professores o Departamento de Educação, nessa Unidade de Ensino.

Esse antecedente positivo do ensino de pós-graduação em nossa Unidade, somado a fatores como as mudanças implementadas nas leis que fundamentam a educação, como a LDB 9.394/96 – por exemplo, as exigências do mercado de trabalho e as condições inerentes ao próprio contexto sócio-histórico que estamos atravessando favorecem a busca do profissional da educação por uma melhor qualificação e aperfeiçoamento de sua formação acadêmica. Assim, constatamos, hoje, uma demanda significativa em prol da continuidade da oferta de cursos de pós-graduação com a implantação de um Programa de Especialização em Educação, contemplando diferentes áreas temáticas com vistas a atender as necessidades que emergem no campo educacional pertencente à área de abrangência do CAP.

As demandas locais para a pós-graduação *lato sensu* têm impulsionado o Departamento de Educação do CAP para a elaboração de novos projetos. Os estudos feitos apontam para a necessidade de realização de cursos que envolvam as áreas temáticas ora existentes, a saber:

- Educação e Diversidade

Estuda a educação, a arte e a cultura, envolvendo práticas lúdicas, a fim de oferecer subsídios teórico-metodológicos para a compreensão de questões relativas ao contexto sociocultural, considerando as contradições e implicações pertinentes ao desenvolvimento do currículo. Nessa perspectiva, o olhar estará voltado para a dimensão ética de diferentes aspectos do contexto de atuação, levando-se em conta as diferenças de gênero, geração, classes sociais, etnias e necessidades especiais.

- Interdisciplinaridade e Formação do Educador

Objetiva aprofundar o entendimento da visão interdisciplinar prevista na organização curricular das diferentes etapas da Educação Infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Atenta-se, no entanto, para o cuidado de não se negar a formação disciplinar, mas de situar os saberes disciplinares no conjunto do conhecimento escolar. Esse campo temático pretende contribuir para a construção de competências para a atuação profissional que a formação do pedagogo em contextos escolares e não escolares, considerando-se a necessidade de abordar estratégias didáticas para a resolução de situações-problema contextualizadas, que necessitam de conhecimentos interdisciplinares.

- Linguagem, Identidades Culturais e Práticas Educativas

Relaciona um conjunto de temas que envolvem a linguagem e suas conexões com a sociedade, a cultura e a história. Destaca-se como aspecto centralizador a linguagem e sua produção verbal, oral e escrita. Reconhece as políticas linguísticas, variações e diversidade linguísticas, produção de identidades sociais, alfabetização e ensino de língua materna e letramento. Desenvolve seus estudos numa perspectiva de construção do conhecimento e interações discursivas, explorando as dimensões do discurso presente em suas imagens e suas relações com as palavras.

O Departamento de Educação com esse leque de possibilidades de ofertas de cursos de especialização, está preparado para atender as necessidades de formação continuada de professores da primeira etapa da Educação Básica, cumprindo assim, com as determinações da Resolução nº 02/2015 que define as

Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Além disso, o Departamento está apto a atender as demandas de formação continuada do Plano Nacional de Professores da Educação Básica (PARFOR) tanto em cursos de especialização como de Mestrado em Educação, tendo em vista o nível de qualificação dos seus professores.

O grupo de Pesquisa FORMACE está mantendo articulação com professores das demais licenciaturas do CAP com formação em nível de Doutorado para criar uma proposta de Mestrado Acadêmico que venha contemplar suas linhas de pesquisa, e assim expandir a sua produção acadêmica em nível *stricto sensu*.

Diretrizes e ações para pós-graduação lato sensu

- Tornar permanente os cursos de Pós-graduação lato sensu em nível de Especialização vinculados às Linhas de Pesquisa do Curso de Pedagogia com temas voltados para o atendimento das demandas educacionais que figura no entorno do CAP/UERN;
- Zelar pela correspondência adequada entre as características do curso e a competência comprovada do seu corpo docente;
- Articular a produção científica, técnica e cultural dos grupos de pesquisa com a oferta dos cursos de especialização;
- Desenvolver um sistema interno de avaliação nos grupos de pesquisa que possibilite verificar a qualidade ou excelência dos cursos.

Fomento à divulgação científica

- Incentivar a produção e publicação de trabalhos de pesquisa em livros e periódicos de eventos realizados por sociedades científicas com boa conceituação no Sistema Qualis da CAPES;
- Apoiar a realização de eventos para divulgação de trabalhos de pesquisa;

- Incentivar e apoiar a participação de professores e alunos em eventos científicos;

Apoio à Iniciação científica

- Aperfeiçoar e renovar continuamente ações de apoio ao estudante, no que se refere à ampliação do número de bolsas, para melhorar cada vez mais o desenvolvimento da pesquisa e da formação. Cite-se programas como: Programa de Iniciação Científica – PIBIC e Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID;
- Apoiar a participação dos alunos de Pedagogia em eventos científicos;
- estimular a participação discente nos grupos de pesquisa, através de projetos de estudos, resultados de investigação em atividades de monitoria e a produção de textos científicos nas atividades de ensino das disciplinas e de extensão universitária, como componentes da formação acadêmica.

POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Extensão, definida como —processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e sociedade (PDI/UERN, 2008:61). A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é órgão responsável por articular, acompanhar, registrar e promover as ações de extensão da UERN. Desde 2015, essa Pró-reitoria realiza o Colóquio de Extensão para que professores e alunos possam apresentar os produtos dos seus projetos na modalidade de Banner e de apresentações Culturais.

Essa iniciativa tem estimulado os professores a criarem novos estudos e elaboração de projetos, demonstrando o seu compromisso com a missão da UERN e a parceria com a sociedade ao abordar temáticas de interesse social além do crescimento do processo de construção do conhecimento.

Em 2019 o Departamento de Educação do CAP/UERN desenvolveu 5 ações de extensão:

Nº	TÍTULO DO PROJETO	PROFESSORES ENVOLVIDOS
01	Educação ambiental de base comunitária e ecologia política: da América Latina a Caatinga espinhenta -módulo 1 e 2 (curso de extensão)	Profa. Me. Samuel Penteado Urban

	Período: 24/06/2019 e 08/05/2020	
02	A gestão democrática e a formação docente: a contextualização dos saberes ea integração entre Universidades e escolas no Município de Patu/RN Período: 24/06/2019 e 08/05/2020	Profa. Dra. Joseane Ferreirade Sousa Abílio
03	ConversaAção sobre você. Período: 24/06/2019 e 08/05/2020	Soraya Nunes dos Santos Pereira
04	Territórios de Saberes: Diálogoem Educação do Campo. Período: 24/06/2019 e 08/05/2020	Kamila Costa de Sousa

Atualmente, o Departamento de Educação continua investindo no desenvolvimento de projetos de extensão visando articular as ações da universidade com as necessidades da comunidade. Os projetos em desenvolvimento são os seguintes:

Nº	TÍTULO DO PROJETO	PROFESSORES ENVOLVIDOS
01	A gestão democrática e a formação docente: a contextualização dos saberes ea integração entre Universidades e escolas no Município de Patu/RN Período: 24/06/2020 e 08/05/2021	Profa. Dra. Joseane Ferreirade Sousa Abílio
02	ConversaAção sobre você. Período: 24/06/2020 e 08/05/2021	Soraya Nunes dos Santos Pereira
03	Territórios de Saberes: Diálogoem Educação do Campo. Período: 24/06/2020 e 08/05/2021	Kamila Costa de Sousa

04	Educação ambiental de base comunitária e ecologia política: da América Latina a Caatinga espinhenta -módulo 2 (curso de extensão). Período: 24/06/2020 e 08/05/2021	Samuel Penteado Urban
----	---	-----------------------

O Departamento tem como meta, a curto prazo, intensificar as atividades extensionistas a partir das demandas locais nas diferentes áreas de saberes em

atendimento a Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão no Ensino Superior, tornando uma atividade obrigatório, ocupando 10% da Carga Horária do Curso, bem como em atendimento a Lei Nº 13.005/2014 que aborda também essa exigência enquanto Plano Nacional de Educação.

O curso de Pedagogia do Departamento de Educação do CAP/UERN irá atender essas determinações por meio de 6 Unidades de Extensão Curricular (UEC) que serão oferecidas entre o 2º e 7º período do Curso. Essas unidades serão propostas pelos docentes do Curso e institucionalizadas pela PROEX para serem implementadas a partir de 2022. Seus conteúdos e atividades serão propostas pelos docentes conforme as necessidades que forem surgindo no contexto social e educacional.

6 PROGRAMAS FORMATIVOS

A UERN vem mantendo convênios com CAPES e o CNPq que regulamentam a alguns Programas Formativos no âmbito das unidades acadêmicas. Nessa parceria, o Departamento de Educação aderiu por meio de projetos aprovados em editais, ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, ao Residência Pedagógica - RESPEDe ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

Além dos Programas externos a UERN oferta por meio de edital próprio, o Programa Institucional de Monitoria – PIM. Os professores concorrem com projetos específicos de suas disciplinas, selecionando por aulas e pela média na disciplina aqueles que serão monitores, os primeiros colocados concorrem a bolsas financiadas pela UERN. A seleção ocorre semestralmente.

No intuito de elevar a qualidade da formação inicial de futuros professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica foi criado em 2010 o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) que foi uma iniciativa do governo Federal para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa seleciona alunos dos cursos de licenciatura para ser bolsista e atuar nas escolas, com oportunidade para melhor articular teoria e prática, capacidade necessárias à formação dos docentes. Um dos seus principais objetivos é elevar a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

No Curso de Pedagogia do Campus Avançado de Patu (CAP/UERN) o PIBID foi institucionalizado em 2011 com um subprojeto que envolvia 01 coordenadora da área, 15 alunos bolsistas e 03 professores supervisores bolsistas que atuam nas escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esse primeiro subprojeto teve duração de 03 anos, passando a ser reeditado em 2014, com ampliação do número de escolas e de bolsistas. Atualmente, o curso de Pedagogia tem um subprojeto de PIBID, intitulado —Tessituras de Vida e Formação: Ler, Escrever, Contar e Encantar no Sertão|| compartilhado com o curso de Pedagogia do Campus Avançado de Pau dos Ferros. O subprojeto teve como objetivos fomentar a iniciação à docência,

contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de professores em nível superior e para a melhoria da qualidade da Educação Básica pública do município de Patu/RN. Envolve um coordenador, 16 bolsistas remunerados e 4 voluntários, 02 supervisores, e como escolas parceiras: Escola Municipal Raimundo Nonato da Silva e Escola Municipal Francisco Francelino Moura. Este ano propôs um projeto na área prioritária de Alfabetização e contará com 01 docente coordenador, 02 supervisores, 16 alunos bolsistas e 04 voluntários.

Além do PIBID, o Curso de Pedagogia também participa do Programa Residência Pedagógica que teve seu primeiro encerrado em 2019, intitulado: —Educação integral: construindo saberes formativos numa relação dialógica no estágio supervisionado que tinha como objetivo promover a relação dialógica entre a teoria e a prática mediados pelos constructos teóricos construídos no exercício da graduação de Pedagogia e nas atividades do estágio supervisionado no ambiente escolar e da efetivação da Residência Pedagógica, de forma a conquistar a autonomia docente dos discentes do curso de Pedagogia. O programa envolvia 01 docente orientador, 24 alunos bolsistas e 06 voluntários, 02 preceptores dos anos iniciais do ensino fundamental que lecionam na escola Municipal Francisco Francelino de Moura, 01 preceptor da Educação Infantil da Escola Municipal Gov. Aluísio Alves, ambas localizadas em Patu-RN. A versão desse programa para 2020 é na área prioritária de Alfabetização, e irá contar com 01 docente orientador, 2 preceptores, 16 bolsistas residentes e 04 voluntários. Observa-se nesta realidade um corte de Bolsas Capes no ano de 2020.

Outro programa formativo implantado na UERN em 2010 foi o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Superior (PARFOR), na modalidade presencial. É um Programa de cunho emergencial concebido nos termos previstos pelo Decreto 6.755/2009, em seu artigo 11, inciso III. Tem como objetivo incentivar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na Rede Pública de educação básica, a fim de que estes profissionais possam obter a formação exigida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (CONSEPE/UERN, 2016).

Em 2014 foi implantada a primeira turma do PARFOR do Curso de

Pedagogia do CAP/UERN. Iniciou com uma matrícula de 25 alunos, mas diante das condições em que os sistemas de ensino oferecem aos seus professores para realizarem a formação, 7 alunos desistiram e 18 alunos concluíram em agosto de 2018. Aulas eram ministradas as sextas-feiras à noite e aos sábados nos horários matutino e vespertino. Diante do levantamento da demanda, realizado pela coordenação do programa sobre professores que ainda necessitam de formação em Pedagogia para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental na região de Patu-RN, evidencia-se que há possibilidade de abertura de novas turmas de graduação e de pós-graduação. Portanto, é preciso inserir nesse projeto de curso as especificidades em que o PARFOR se realiza tanto no curso de licenciatura em Pedagogia, como nas suas propostas para cursos de especialização na área de Educação. Na UERN este programa ainda se encontra em andamento, e o Departamento de Educação se encontra apto a receber novas turmas que venham a ser oportunizadas pelo MEC.

Nessa trajetória, a Faculdade de Educação e seus congêneres nos Campi Avançados têm sido desafiados a dar respostas aos problemas da formação de profissionais da educação básica, atendendo a demandas gerais e específicas.

7 RESULTADOS ESPERADOS

De acordo com o artigo 4.º da Resolução n.º 01, de 2006, do CNE, que define a finalidade do Curso de Pedagogia e, conseqüentemente, as competências profissionais que deverão ser propiciadas ao formando, o perfil do egresso deve atestar a sua capacidade de exercitar, de forma integrada e indissociável, a docência, a gestão dos processos educativos escolares e não-escolares, bem como a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico.

Nesta direção, aspiramos à formação de um profissional que seja capaz de dominar esses saberes acima referidos e que possa transformá-los, reconfigurando-os a cada contexto em que suas funções sejam requisitadas, sempre por meio de uma postura ética, a qual deverá ser a sustentação da sua práxis. Assim, o domínio de saberes, a transformação de saberes e a atuação ética constituir-se-ão elementos essenciais no processo de uma formação de qualidade desse profissional no âmbito da UERN, haja vista a busca pelo desenvolvimento consciente da ação e da reflexão sobre a realidade educativa.

8 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

No Curso de Pedagogia o acompanhamento dos egressos se configura como uma das dimensões necessárias para refletir sobre a formação de professores promovida pela instituição, possibilitando uma maior compreensão sobre os espaços de atuação dos egressos e como a sociedade e o mercado de trabalho tem recebido esses sujeitos. Identificar os caminhos profissionais trilhados por esses egressos é uma das formas de atualizar o entendimento sobre a profissão e as necessidades sociais em torno dos pedagogos na atualidade.

O mecanismo de acompanhamento de egressos na UERN se dá através do Portal do Egresso⁷ onde é disponibilizado o formulário de "Avaliação de Egressos dos Cursos de Graduação da UERN", em que os egressos podem não apenas avaliar a formação que tiveram nos cursos da instituição, mas também informar sobre seus caminhos profissionais após a conclusão do curso seja no âmbito do exercício da profissão como também na formação continuada em cursos de pós-graduação. O portal também disponibiliza espaço para depoimentos dos egressos sobre suas experiências no curso e a importância da instituição nas suas trajetórias de vida.

Reconhecemos que o contato com os egressos é de suma importância para o Curso de Pedagogia e se espera desenvolver no futuro novas ferramentas para ampliar o acompanhamento desses sujeitos e construir canais de comunicação, pois o Departamento de Educação acompanha o egresso somente quando realiza eventos acadêmicos, visto que eles são convidados para participar de mesas redondas, apresentação de trabalhos e relatos de experiências, não havendo, portanto, um acompanhamento sistemático e monitorado dos egressos.

9 REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO

O Regulamento do Curso de Pedagogia tem como objetivo normatizar o conjunto das suas atividades, assim como os procedimentos a serem adotados no âmbito do curso. Reconhecemos que para potencializar a implantação deste PPC é necessário que a Coordenação do Curso de Pedagogia por meio dos representantes do NDE, do Colegiado do Curso de Pedagogia e os próprios acadêmicos do curso desenvolvam o processo de acompanhamento e avaliação do PPC num diálogo contínuo entre todas as pessoas envolvidas. Para a construção desta proposta pedagógica se faz necessário que a mesma se aproxime das necessidades formativas e pedagógicas exigidas ao pedagogo no contexto sóciohistórico e cultural da realidade social cujo Campus está inserido e está em conformidade com o Regulamento da Organização e funcionamento do Curso.

Título I
Da Organização Curricular

Art 1º. O Curso de Graduação em Pedagogia, na modalidade de Licenciatura, destina-se a formar Pedagogos para atuarem na docência da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e na Gestão de Processos Educativos, em ambientes escolares e não escolares, de modo a compreenderem a complexidade do fenômeno e da prática educativa que ocorrem em diferentes âmbitos e especificidades para:

- atuar com ética e compromisso visando a construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- desenvolver aprendizagens de crianças da Educação Infantil, Ensino Fundamentale Educação de Jovens e Adultos;
- trabalhar em espaços escolares e não-escolares em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos;
- aplicar modos de ensinar diferentes linguagens de forma interdisciplinar;
- relacionar as linguagens e tecnologias dos meios de comunicação aplicadas à educação;
- promover e facilitar relações de cooperação entre a escola, a família, a comunidade e outras instituições educativas;
- identificar problemas socioculturais e educacionais numa postura investigativa, integrativa e propositiva;
- respeitar a diversidade de diferentes naturezas;
- desenvolver trabalho em equipe;
- participar dos processos de gestão em ambientes escolares e não-escolares;
- realizar pesquisas de caráter educacional;
- utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- estudar e aplicar de forma crítica os preceitos legais da educação brasileira;

Art 2º. O Curso de Graduação em Pedagogia, na modalidade de Licenciatura, dispõe de uma carga horária de 3.540 (três mil quinhentas e quarenta) horas, distribuídas entredisciplinas, atividades de extensão obrigatória e atividades complementares, com integralização média de 4 (quatro) anos letivos e o máximo de 6(seis) anos, equivalentes a 8 (oito) e 12 (doze) semestres letivos, respectivamente.

§ 1º Das 3.540 (três mil quinhentas e quarenta) horas que compõem o currículo pleno

2.445 (duas mil, quatrocentas e quarenta e cinco) horas são destinadas às atividades do Núcleo de Estudos Básicos, que se insere os Grupos I e II orientados pela Resolução CNE, nº 02/2020.

§ 2º 900 (novecentas) horas são destinadas às atividades do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos;

§ 3º 360 horas que corresponde a 10% da carga horária total do curso são destinadas as Unidades Curriculares de Extensão obrigatória pela Resolução 07 de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2018)

§ 3º 195 (cento e noventa e cinco) horas são destinadas às atividades do Núcleo de Estudos Integradores.

Art 3º. O curso desenvolve atividades no período diurno e noturno, com aulas presenciais e podendo ser ministradas emergencialmente na modalidade de ensino remoto, estabelecendo que o número máximo de alunos por turma seja de 40 (quarenta).

Art 4º. O aluno que tiver condições favoráveis poderá adiantar componentes curriculares não havendo limite de créditos cursados por semestre letivo.

Art 5º. O currículo pleno é formado por núcleos de estudos, quais sejam:

Núcleo de Estudos Básicos, obrigatório e dirigido ao estudo da atuação profissional e da multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do acesso a literatura especializada, de reflexões e de ações críticas, formado pelos componentes curriculares e atividades de

Introdução à

Pedagogia

Ética

Educação

Metodologia do Trabalho

Acadêmico Estudos

Acadêmicos Introdutórios

I Estudos Acadêmicos

Introdutórios II Estudos

Acadêmicos Introdutórios

III Antropologia e

Educação Sociologia da

Educação

Fundamentos Histórico-Filosóficos
 da Educação Pesquisa
 Educacional Profissão Docente
 Psicologia
 da
 Educação I
 Psicologia
 da
 Educação II
 Filosofia da
 Educação
 História da Educação
 Brasileira Teorias
 Linguísticas e
 Alfabetização Estrutura e
 Funcionamento da
 Educação Básica Política
 e Planejamento da
 Educação
 Gestão
 Educacional
 Didática
 Currículo
 Alfabetização e Letramento
 Concepções e Práticas da Educação Infantil
 Concepções e Práticas de Educação de Jovens e
 Adultos Literatura Infantil
 Ensino de História
 Ensino de Geografia
 Ensino de Ciências
 Ensino de Matemática
 Ensino de Língua
 Portuguesa Ensino de
 Artes
 Ensino da Educação
 Física Educação
 Inclusiva Língua
 Brasileira de Sinais
 Educação para
 Diversidade Seminário
 Temático I Seminário
 Temático II
 Tecnologias e Mediação Pedagógica
 Unidade Curricular de Extensão-UCE

II – Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos, obrigatório e

destinado às áreas de aprofundamento profissional, cuja demanda, é estabelecida pelo projeto pedagógico mediante os contextos históricos vivenciados, formado pelos componentes curriculares e atividades de

Estágio Supervisionado I
Estágio Supervisionado II
Estágio Supervisionado
III Educação do Campo
Financiamento da
Educação Práticas
interdisciplinares
Avaliação do processo de ensino-aprendizagem
Componentes (ver quadro dos componentes
optativos) Prática Pedagógica Programada I
Prática Pedagógica
Programada II Prática
Pedagógica Programada III
Laboratório TCC
TCC

Parágrafo único – poderão ser acrescentadas ao elenco dos componentes curriculares optativos quaisquer outros em qualquer tempo respeitando o princípio da flexibilidade curricular e os procedimentos acadêmicos da instituição.

III – Núcleo de Estudos Integradores, obrigatório e formado por atividades livres de caráter científico-acadêmico-culturais que visam enriquecer o processo formativo do aluno como um todo e deverá ser vivenciado ao longo do curso, tais como, participação em pesquisa, extensão, eventos científicos, publicação de trabalhos dentre outras. Serão computadas para efeito de integralização curricular somente as atividades realizadas pelo aluno após o seu ingresso no curso.

Art 6º. Os quadros demonstrativos da matriz curricular referentes ao fluxo, equivalências, componentes curriculares optativos, atividades complementares encontram-se nos anexos deste Regulamento.

Título II
Dos Componentes
Curriculares
Capítulo I
Dos Estudos Acadêmicos Introdutórios

Art 7º. São atividades curriculares organizadas durante os três semestres iniciais, caracterizados por estudos sistemáticos e preestabelecidos, favoráveis à significativa vivência dos estudantes e que propiciem conhecimentos teórico, metodológico e

analítico ao seu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Art 8º. A carga horária semestral é de 15 (quinze) horas, cursada integralmente na primeira semana do semestre letivo sendo desenvolvida sob a orientação de um professor.

Art 9º. O cumprimento dessa atividade ocorrerá:

- I- pela frequência mínima de 75% da carga horária exigida;
- II- pela obtenção do conceito satisfatório.

Os Estudos Acadêmicos Introdutório serão realizados pelo ensino remoto no contraturno.

Art 10. A carga horária destinada para o professor ministrar o componente é de 2 (duas) horas semanais.

Parágrafo único – a responsabilidade de ministrar o componente é de cada professor do período correspondente a sua oferta em sistema de rodízio.

Capítulo II Das Práticas Pedagógicas Programadas

Art 12. São atividades orientadas ao favorecimento de espaços para o ato de pesquisar e para a aprendizagem prática dos Pedagogos em formação desde o primeiro ano do curso, tendo como objetivo proporcionar elementos concretos para a reflexão sobre o fenômeno educacional na sua complexidade.

Art 13. As aprendizagens relativas à docência e à gestão dos processos educativos ocorrerão no contato com uma rede de profissionais e instituições que atuam em distintos espaços de educação escolar e não escolar.

Art 14. O aluno é concebido como colaborador aprendiz junto a outros profissionais habilitados nas seguintes funções:

- docência em espaços escolares e não escolares;
- coordenação pedagógica escolar;
- direção escolar;
- atuação, supervisão e gestão do sistema de ensino em espaço não escolar.

Art 15. As atividades são desenvolvidas por pequenos grupos de estudantes sendo extensiva das disciplinas que integram o 2º, 3º e 4º períodos do curso e planejadas pelo conjunto de professores do período correspondente, sob a responsabilidade de um professor coordenador indicado pelo grupo.

Parágrafo único – é o sistema de rodízio o meio para eleger o professor responsável pela coordenação da Prática Pedagógica Programada em cada semestre de oferta.

Art 16. Cada Prática Pedagógica Programada terá uma carga horária de 45 (quarenta

e cinco) horas, sendo 30 (trinta) horas destinadas ao acompanhamento de profissionais no campo de trabalho e 15 (quinze) horas destinadas à orientação, socialização e discussão das práticas na sala de aula.

Parágrafo único – o aluno pode desenvolver a parte destinada ao acompanhamento de profissionais no campo de trabalho na cidade em que está residindo.

Art 17. O aluno deve receber até a primeira quinzena do semestre letivo um Plano de Acompanhamento Pedagógico constando todas as orientações para o desenvolvimento de sua prática do professor responsável pela coordenação da atividade.

Art 18. A operacionalização das 15 (quinze) horas pode ocorrer em 4 (quatro) dias letivos no horário regulamentar do curso de forma intercalada ao longo do semestre ou durante os sábados letivos estabelecidos no calendário universitário, sendo distribuídas da seguinte forma:

- 03 (três) horas para a orientação do Plano de Acompanhamento Pedagógico pelo professor coordenador que ocorrerá na modalidade de ensino remoto.
- 12 (doze) horas para a socialização e discussão dos resultados com a participação de todos os professores integrantes do respectivo período.

Art 19. As áreas de atuação do Pedagogo que devem servir de referência para o desenvolvimento das práticas pedagógicas programadas em espaços escolares e não escolares são as seguintes:

- Educação Infantil;
- Anos iniciais do Ensino Fundamental;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Gestão dos Processos Educativos
- Espaços não escolares cuja ação pedagógica se faça necessário

Parágrafo único – é recomendável que o aluno vivencie (sem a obrigatoriedade de uma ordem preestabelecida) três possibilidades distintas de atuação do pedagogo.

Art 20. A avaliação dessa atividade curricular pode se constituir em diferentes instrumentos, cabendo ao conjunto de professores eleger o mais adequado de modo a formalizá-lo por meio de uma única nota ao final do semestre letivo.

Art 21. A carga horária destinada ao coordenador e a cada professor responsável pelo componente é de 02 (duas) horas semanais.

Capítulo III

Dos Seminários Temáticos

Art 22. São atividades que visam articular os conteúdos de natureza conceitual, procedimental e atitudinal nas disciplinas dos ensinos de história, geografia, ciências, matemática, língua portuguesa e artes numa perspectiva de síntese sobre a complexidade da atuação docente.

Art 23. As atividades desenvolvidas nos seminários temáticos devem ser:

- situações problemas decorrentes dos conteúdos de ensino;
- situações de ensino e aprendizagem que evidenciem categorias conceituais nucleares inerentes às áreas de conhecimento;
- situações pedagógicas que busquem nas ideias dos clássicos respostas para suas interpretações;
- situações que estabeleçam diferenças entre o ensino de conceitos, o ensino de procedimentos e o ensino de atitudes;
- situações que possibilitem a criação de variadas estratégias de ensino e aprendizagem;
- situações que permitam o exercício de práticas avaliativas;
- situações que permitam a resolução de problemas.

Art 24. A carga horária dos seminários temáticos é de 60 (sessenta) horas, sendo 15 (quinze) horas destinadas ao estudo e organização das atividades extra-classe e 45 (quarenta e cinco) horas reservadas à orientação, apresentação e discussão das atividades em sala de aula por meio de atividades práticas, comunicações, painéis, pôsteres, dentre outras possibilidades pedagógicas.

Art 25. A coordenação de cada seminário é de responsabilidade de um professor do período letivo equivalente, eleito no conjunto dos demais professores, cuja função é a de articular, planejar, acompanhar e avaliar.

Parágrafo único – é o sistema de rodízio o meio para eleger o professor responsável pela coordenação da atividade em cada semestre de oferta.

Art 26. A carga horária destinada ao coordenador responsável pelo componente é de 02 (duas) horas semanais.

Art 27. A operacionalização das horas pode ocorrer em 3 (três) dias letivos no primeiro mês do semestre para os professores apresentarem e orientarem as atividades propostas e 8 (oito) dias para a realização dos seminários, utilizando-se do ensino remoto como meio de realização das orientações das atividades

Art 28 A avaliação dessa atividade curricular pode se constituir em diferentes

instrumentos, cabendo ao conjunto de professores eleger o mais adequado de modo a formalizá-lo por meio de uma única nota ao final do semestre letivo.

Capítulo IV

Do Laboratório de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Art 29. São atividades que possibilitam criar espaço de discussão e troca de experiências acerca do processo de elaboração do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art 30. São consideradas duas etapas dessa atividade:

I – A primeira etapa consiste da socialização de estudos, pesquisas, participação em projetos de iniciação científica culminando com a definição do objeto de pesquisa para o TCC.

II – A segunda etapa envolve o processo de definição do professor orientador e a elaboração do projeto do TCC.

Art 31. A carga horária da atividade é de 45 (quarenta e cinco) horas, na qual 15 (quinze) horas estão reservadas aos conteúdos da primeira etapa e 30 (trinta) horas estão reservadas à segunda etapa a serem cumpridas individualmente pelos estudantes em horários facultativos sob a orientação do professor.

Art 32. O Laboratório de TCC é da responsabilidade de dois professores do curso assessorados por um professor representante de cada grupo de pesquisa existente no Departamento, sendo atribuída a cada um dos professores responsáveis a carga horária de 06 (seis) horas semanais.

Parágrafo único – a turma de alunos matriculados será dividida em duas para melhor acompanhamento do aluno na conclusão do seu projeto de TCC.

Art 33. A coordenação da atividade encaminha oficialmente os alunos agrupados por tema de interesse para as coordenações dos grupos de pesquisa existentes no Departamento de Educação para distribuição entre os professores.

Art 34. Cabe aos professores coordenadores o acompanhamento, a avaliação e o registro do projeto de TCC até a entrega do resultado final à secretaria da unidade.

Art 35. O aluno só pode efetuar matrícula no componente TCC após ter cursado com aproveitamento satisfatório o Estágio Supervisionado III e Laboratório de TCC por meio da conclusão do projeto de TCC sendo atestado pelo professor em ata de resultado final.

Título III

Do Estágio Supervisionado

Capítulo I Da Caracterização

Art 36. O Estágio Supervisionado é uma atividade teórica instrumentalizadora da práxis, situando o Pedagogo como um intelectual em formação e a educação como processo dialético de desenvolvimento do homem historicamente situado.

Art 37. O Estágio Supervisionado é caracterizado como um conjunto de atividades interdisciplinares em situações reais de trabalho tanto em espaços escolares como não escolares não se constituindo em vínculo empregatício.

Art 38. O Estágio Supervisionado no Curso de Pedagogia compreende os seguintes componentes curriculares:

Estágio Supervisionado I – desenvolvido no 5º período do Curso, com carga horária de 135 (cento e trinta e cinco) horas, tendo como *locus* de funcionamento as salas de aula da Educação Infantil, envolve o estudo, a análise, a problematização, a reflexão e a elaboração de proposição de soluções para as situações de ensinar, aprender e elaborar, executar e avaliar projetos de ensino, não apenas na sala de aula, mas também na escola, como instância formadora, e na sua relação com a comunidade.

II – Estágio Supervisionado II – desenvolvido no 6º período do Curso, com carga horária de 135 (cento e trinta e cinco) horas, consiste no desenvolvimento e na execução de projetos, a partir de situações e de experiências práticas, visando a aprimorar a formação e a atuação profissional do futuro pedagogo em salas de aula do Ensino Fundamental – 1º ao 5º Ano – ou na Educação de Jovens e Adultos – EJA. A inclusão da EJA, nesse contexto, tem o propósito de flexibilizar e contemplar necessidades formativas profissionais e pessoais dos formandos em Pedagogia.

III – Estágio Supervisionado III – desenvolvido no 7º período do Curso, com carga horária de 135 (cento e trinta e cinco) horas. Nesse estágio o aluno poderá vivenciar a construção de uma visão mais ampla de atuação na escola, na organização do ensino, na comunidade e na sociedade. Assim, será-lhe permitido optar entre as alternativas: 1) atua no espaço escolar como não docente, ou seja, na gestão escolar e coordenação pedagógica, e atividades técnica nos sistemas de ensino; 2) atuar como pedagogo em outros espaços onde ocorram práticas socioeducativas e que demandem o trabalho pedagógico, bem como na gestão dos sistemas educacionais e de práticas socioeducativas diversificadas.

Capítulo II Do Campo de Estágio

Art 39. As atividades de Estágio Supervisionado relativas ao ensino serão desenvolvidas em instituições de Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino

Fundamental, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, da rede pública ou privada, devidamente autorizadas pelos órgãos competentes.

Art 40. As atividades de Estágio Supervisionado relativas à gestão dos processos educativos serão desenvolvidas em espaços escolares em funções não docentes e em espaços não escolares que demandem o trabalho pedagógico, devidamente autorizadas pelos órgãos competentes.

Parágrafo único – o campo de estágio está restrito à sede do curso, salvo exceção aprovada pelo colegiado do Curso e NDE.

Capítulo III Do Desenvolvimento das Atividades

Art 41. As atividades relacionadas aos Estágios Supervisionados são assim distribuídas:

I – O Estágio Supervisionado I envolve o estudo, a análise, a problematização, a reflexão e a elaboração de proposição de soluções às situações de ensinar, aprender e elaborar, executar e avaliar projetos de ensino, não apenas na sala de aula, mas também na escola e na sua relação com a comunidade.

II – O Estágio Supervisionado II consiste no desenvolvimento de práticas pedagógicas – execução de projetos - que propiciem situações e experiências práticas que aprimorem sua formação e atuação profissional, preferencialmente vinculado a sala de aula.

III - O Estágio Supervisionado III possibilita ao aluno vivenciar a construção de uma visão mais ampla de atuação na escola, na organização do ensino, na comunidade e na sociedade, tendo a flexibilidade de dar continuidade – aprofundando e ou ressignificando sua compreensão teórico-prática - no espaço escolar, ou conhecer/pesquisar outros espaços que demandem o trabalho pedagógico.

Art 42. As atividades de orientação em sala de aula destinam-se a:

I – discussão dos princípios básicos e a importância do Estágio Supervisionado para a formação profissional;

II- oferecer subsídios teóricos e metodológicos para a prática da docência e da gestão dos processos educativos em espaços não escolares;

III- a orientação do aluno quanto ao processo de planejamento, execução e avaliação do Estágio Supervisionado, conforme o programa do componente, aprovado pela plenária do Departamento de Educação;

IV- ao repasse pelo supervisor da caracterização do campo de estágio;

VI- ao fornecimento dos instrumentos a serem utilizados no estágio como fichas, formulários, questionários, legislação e material bibliográfico.

Art 43. As atividades de observação no campo de estágio destinam-se ao conhecimento da realidade do campo de estágio por meio de instrumentos investigativos que possibilitem a articulação entre ensino e pesquisa.

Art 44. As atividades de elaboração de projetos de intervenção destinam-se a intencionalidade do trabalho pedagógico a ser desenvolvido no campo de estágio de acordo com as suas etapas e cronograma definido junto ao supervisor de estágio.

Art 45. As atividades do exercício profissional destinam-se as ações pedagógicas a serem desenvolvidas no campo de estágio na perspectiva de atuação em diferentes contextos educacionais.

Capítulo IV Da Coordenação do Estágio

Art 46. A Coordenação de Estágio Supervisionado é exercida por um professor efetivo do Departamento de Educação escolhido pelo grupo de professores supervisores de estágio por um período de dois semestres letivos.

Parágrafo único – ao professor coordenador de estágio é atribuída a carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art 47. Compete a Coordenação do Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia:

I- proceder prévio cadastramento e avaliação periódica do campo de estágio obedecido os seguintes requisitos:

a) existência de infra-estrutura, recursos humanos e materiais necessários ao pleno desenvolvimento do Estágio Supervisionado;

b) existência de profissional qualificado para participar da orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário;

II- propor assinatura de instrumento legal, tendo em vista as competências da Universidade e da instituição campo de estágio;

III- providenciar, junto ao DE/CAP/UERN, os recursos materiais e humanos necessários à realização do estágio;

IV- articular-se com a administração das instituições campo de estágio para a solução de eventuais problemas, com a participação do DE/CAP/UERN e da equipe de supervisores de estágio, conforme o caso;

VI- avaliar as atividades do Estágio Supervisionado por meio de mecanismos e instrumentos que envolvam os estagiários, supervisores da universidade e dos profissionais do campo de estágio;

VII- apresentar ao Departamento de Educação um relatório semestral de suas atividades;

VIII- realizar periodicamente e quando solicitado por professores encontros pedagógicos com os supervisores de estágio e com os alunos, quando necessário;

IX- organizar e montar arquivos com a documentação do Estágio Supervisionado.

Capítulo V

Da Supervisão do Estágio

Art 48. O Estágio Supervisionado é acompanhado por um professor do Curso de Pedagogia, a quem compete esclarecer aos alunos sobre o significado e os objetivos do estágio orientando sua proposta de execução.

Parágrafo único – o professor supervisor deve, preferencialmente, ser o mesmo no acompanhamento do grupo de alunos para o desenvolvimento do estágio na Educação Infantil, nos Anos Iniciais, na Educação de Jovens e Adultos e na Gestão dos Processos Educativos escolares e não-escolares, exceto por motivos de natureza justificável.

Art 49. É atribuição do professor supervisor de Estágio:

I – orientar os alunos quanto a elaboração do plano ou projeto de estágio a ser desenvolvido durante as fases do estágio;

II - orientar os alunos quanto a escolha da instituição em que o estágio deve ser realizado;

III - fornecer ao estagiário todas as informações sobre o estágio, suas normas e documentação, inclusive a caracterização do campo de estágio;

IV - realizar supervisões sistemáticas para acompanhar e avaliar o desempenho e o envolvimento do estagiário na dinâmica da prática profissional;

V - solicitar do estagiário a documentação referente ao registro das atividades desenvolvidas;

VI - manter a Coordenação de Estágio Supervisionado informada sobre o desenvolvimento do estágio;

VII - efetuar os registros das atividades das fases do estágio no diário de classe, conforme sua execução, inclusive presenças, faltas e notas dos alunos;

VIII - avaliar o desempenho dos estagiários sob sua responsabilidade conforme as normas vigentes na universidade, atribuindo-lhe os respectivos conceitos e notas;

IX - participar das reuniões, cursos, seminários e outras atividades no âmbito da instituição ou fora dela;

Capítulo VI Do Aluno Estagiário

Art 50. É dever do aluno estagiário:

I – matricular-se nas disciplinas de Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia, obedecendo os pré-requisitos necessários ao seu cumprimento;

II - frequentar e participar ativamente da fase de orientação e realizar as atividades e tarefas das demais fases do estágio;

III - comparecer ao estágio em condições compatíveis e requeridas pela circunstância do estágio e do ambiente escolar;

IV - conduzir-se com urbanidade e probidade em todas as fases do estágio;

V - executar as atividades e tarefas de cada fase do estágio, mediante observação e cumprimento de normas e procedimentos metodológicos adotadas pelo DE/CAP/UERN;

V - manter o supervisor de estágio informado do desenvolvimento do estágio e comunicar-lhe com brevidade qualquer ocorrência que possa afetar as atividades ou que não esteja prevista no plano;

VII - proceder avaliação sistemática e contínua de suas atividades com a finalidade de aperfeiçoá-las, sempre que necessário;

VIII - elaborar os trabalhos solicitados pelo professor e apresentá-los no prazo

estabelecido; Art 51. É direito do aluno estagiário:

I - receber do DE/CAP/UERN formulários, fichas e demais documentos utilizados no II estágio;

III - ser encaminhado oficialmente pelo DE/CAP/UERN à instituição campo de estágio; III - receber assistência e orientação de

um supervisor de estágio;

IV - requerer à Coordenação de Estágio, em casos especiais devidamente justificado e comprovado, o adiamento ou antecipação do estágio;

V - recorrer à Coordenação de Estágio contra decisões do supervisor mediante justificativa comprovada;

VI - ser informado previamente sobre os critérios de avaliação do Estágio Supervisionado e dos prazos a serem cumpridos;

Parágrafo único - é vedado ao estagiário realizar o estágio sob supervisão de outro estagiário ou executar o estágio supervisionado em sala de aula de outro estagiário do Curso de Pedagogia.

Título IV Do Trabalho de Conclusão de Curso

Capítulo I Da Caracterização

Art 52. O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é uma atividade obrigatória para a conclusão do curso de Pedagogia e pertence ao Núcleo de Diversificação de Estudos que tem como pré-requisitos para que seja cursado o Estágio Supervisionado III e Laboratório de TCC.

Art 53. O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo habilitar o aluno a utilizar metodologia científica adequada à elaboração de um artigo científico que contribua para o seu desenvolvimento profissional. Inicia-se no sétimo período do Curso, com o componente curricular Laboratório de TCC, que tem carga-horária de 45 h/a; tendo continuidade no oitavo período, no componente curricular TCC, que tem carga-horária de 75 horas, distribuídas em 15 horas de atividades teóricas e 60 de atividades práticas.

Art 54. O Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular na formação acadêmica e profissional dos alunos e consiste no desenvolvimento de um artigo científico, individual, estruturado e desenvolvido sobre um tema resultante de processo investigativo.

Capítulo II Da Orientação

Art 55. O Trabalho de Conclusão de Curso denominado de TCC é orientado por professores vinculados ao Departamento de Educação.

Parágrafo único – poderão ser convidados professores de outros Departamentos Acadêmicos da UERN para serem co-orientadores mediante apreciação do *curriculum vitae* pelo orientador.

Art 56. Cabe à Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso publicar a relação dos professores que orientarão os alunos no início de cada semestre letivo em que o componente for ofertado.

Parágrafo único – os professores designados são denominados de orientadores.

Art 57. Cada professor orientador deve ter entre 02 (dois) ou 03 (três) alunos, podendo chegar ao máximo de 05 (cinco), sendo atribuída a carga horária de 02 (duas) horas por orientando.

Art 58. A carga horária do componente será distribuída entre orientação em grupo, orientação individual e estudos independentes.

§ 1º As horas de orientação são destinadas para discussão de leituras, metodologias, acompanhamento e avaliação sistemática do processo de elaboração do TCC, considerando as características individuais do aluno e as especificidades do trabalho.

§ 2º As horas para os estudos independentes são destinadas ao trabalho de levantamento bibliográfico, leituras, coleta e análise de dados e redação do trabalho.

Art 59. Em caso de descumprimento das responsabilidades do orientador ou do orientando, em casos extremos, poderá haver solicitação de mudança entre ambos após exposição de motivos julgada pela Coordenação do TCC.

Capítulo III Da Apresentação

Art 60. Os TCC serão elaborados e apresentados pelos alunos individualmente.

Art 61. Deve ser redigido em Língua Portuguesa e apresentado conforme as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art 62. A apresentação do trabalho será por meio de defesa pública com a presença de no mínimo dois membros da Banca.

Parágrafo Único. O estudante será assistido por um professor lotado no Departamento de Educação, durante todo o 8º período do Curso e submeterá à aprovação do TCC a uma Banca de três professores Examinadores cujo titular será seu Professor orientador, o segundo membro da banca um professor lotado no Departamento de Educação e o terceiro membro podendo ser professor de outro departamento, outra IES ou professores com titulação mínima de Especialização e que tenham prática de

pesquisa afins com o objeto de estudo do TCC. Cabe à Banca Examinadora atribuir uma única nota ao TCC realizado e apresentado onde o valor 7,0 é considerado mínimo para a Aprovação, conforme Resolução 26/2017 CONSEPE/ UERN (UERN, 2017). Em caso de ausência de algum membro da banca, este deve apresentar justificativa e enviar parecer avaliativo escrito ou por videoconferência que contemple a análise do trabalho. O orientador fica impedido de se ausentar da Banca, caso aconteça imprevistos, a data da banca será alterada, dentro do prazo estabelecido pela coordenação. A banca não pode ser realizada sem a participação de no mínimo dois membros.

Capítulo IV Da Entrega

Art 63. O TCC deve ser entregue, mediante protocolo, no prazo estipulado pelo Departamento.

Parágrafo único - deve ser entregue a versão preliminar do TCC ao professor orientador para possíveis correções antes do trabalho ser enviado à Banca Examinadora e somente com a anuência deste poderá ser encaminhado para avaliação.

Art 64. Os alunos, cujos trabalhos obtiveram nota igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero), deverão encaminhar a cópia definitiva para o Departamento.

Capítulo V Da Avaliação

Art 65. Após a entrega do TCC, serão designados 03 (três) professores, sendo um deles o orientador, para compor a banca examinadora.

Art 66. Os professores examinadores receberão os trabalhos e terão 20 (vinte) dias corridos para sua avaliação, devendo atribuir nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Art 67. A nota do TCC será obtida pela média aritmética simples das notas atribuídas individualmente pelos professores examinadores.

Art 68. A nota considerada mínima para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso é 7,0 (sete vírgula zero), devendo:

I- o aluno cumprir um mínimo de 75% de frequência nas horas de orientação;

II- o aluno reprovado terá que refazer, em período posterior, seu Trabalho de Conclusão de Curso, nos termos deste regulamento. Assim, procederá com nova matrícula no componente

curricular Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, podendo escolher novo tema e novo orientador.

Parágrafo único - não haverá revisão da nota do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art 69. Na avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, são considerados:

- I- pertinência, qualidade e atualidade do tema apresentado;
- II- linguagem científica adequada à norma culta da Língua Portuguesa;
- III- aspectos formais do trabalho.

Capítulo VI Da Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso

Art 70. A coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso é exercida por um professor do Departamento de Educação escolhido por seus pares em plenária departamental por um período de dois semestres letivos.

Art 71. São atribuições da Coordenação do TCC:

- I- zelar pelo cumprimento destas normas, divulgando-as para os alunos inscritos no componente;
- II- elaborar e divulgar a lista dos alunos com seus respectivos orientadores na primeira semana de início do semestre letivo;
- III- divulgar, semestralmente, a lista dos professores com suas respectivas linhas de pesquisa e disponibilidade de orientação;
- IV- oficializar e divulgar as composições das Bancas Examinadoras dos trabalhos monográficos;
- VI- receber e distribuir os TCCs com os membros da Banca Examinadora observando o cumprimento dos prazos estabelecidos nestas normas;
- VII- receber, distribuir e entregar à secretaria da unidade toda a documentação relativa ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, inclusive a via oficial do TCC; VIII- encaminhar ao Colegiado do Departamento as dificuldades ou impasses eventualmente surgidos no desenvolvimento das atividades e prazos previstos;

IX- decidir sobre a substituição do professor orientador e pedido de prorrogação de prazo ou, se necessário, remetê-los ao Colegiado.

Parágrafo único - ao professor coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso é atribuída carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Título V Das Unidades Curriculares de Extensão

Capítulo I Da Caracterização

Art. 76 – As Unidades Curriculares de Extensão (UCEs) serão ofertadas pelo departamento acadêmico por meio de projetos cursos, programas realizará ao longo dos semestres, atividades que atenda aos educadores das escolas e demais instituições educativas no intuito de promover o diálogo entre a universidade e a comunidade enriquecendo tanto a formação dos alunos quanto o papel social da UERN.

Art. 77 - No curso de Licenciatura em Pedagogia do CAP/UERN, as UCEs poderão ser desenvolvidas através de Programas e/ou Projetos institucionalizados, bem como através dos cursos permanentes ofertados pelo Departamento de Educação, ao qual o referido curso está vinculado.

Capítulo II Da Carga Horária

Art. 78 - No curso de Licenciatura em Pedagogia do CAP/UERN, o aluno deverá cumprir 360 horas de UCEs, previstas para os períodos: 2º (60 horas), 3º (60 horas), o 4º (60 horas), 5º (60 horas), o 6º (60 horas), o 7º (60 horas) .

Capítulo III Da Oferta

Art. 79 - As Unidades Curriculares de Extensão (UCEs) são ofertadas, obrigatoriamente, a partir de sua vinculação com Programas e/ou Projetos institucionalizados na Pró-Reitoria de Extensão da UERN, respeitados os trâmites ordinários previstos na legislação vigente.

Art. 80 - As propostas Unidades Curriculares de Extensão (UCEs) deverão ser cadastradas respeitando o calendário acadêmico da UERN, assim como os protocolos

normativos da PROEX/PROEG/UERN. As propostas de conteúdos e atividades das UCEs dependerá do interesse dos docentes em cada semestre letivo, que deverão ser apresentadas com antecedência ao Departamento Acadêmico

Art. 81 - Os alunos do curso de Licenciatura em Educação do Campo na modalidade a Distância podem matricular-se em UCEs de outros cursos, de acordo com as vagas oferecidas. O referido curso poderá receber alunos de outros cursos, contribuindo para as ações extensionistas.

Capítulo IV Da Obrigatoriedade

Art. 82 – O aluno deve cumprir obrigatoriamente 360 horas de Atividades de Extensão nas UCEs, que corresponde a 10% da Carga Horária do Curso de Pedagogia do CAP/UERN que pode ser cursada tanto no referido curso como em outros cursos da instituição.

Art. 83 – Entre o segundo e sexto período do curso, é obrigatório que os docentes proponham UCEs para que os alunos desses períodos possam se matricular.

Título VI Da Migração Curricular

Art 84. A migração curricular é o ato que vincula o aluno ao cumprimento de um currículo que não é o seu de ingresso, podendo ocorrer por motivo de desnivelamento do fluxo curricular e, conseqüentemente, decurso do prazo máximo de tempo no curso ou por vontade própria.

Art 85. A migração curricular ocorre por meio do requerimento do aluno à orientação acadêmica que após análise e deferimento solicita assinatura do termo de compromisso.

Parágrafo único – cabe ao orientador acadêmico elaborar e acompanhar o plano de estudo do desenvolvimento do fluxo curricular do aluno que solicitou a migração.

Título VI Dos Estudos Integradores

Art 86. As atividades que compõem os estudos integradores são complementares à formação profissional e devem ser vivenciadas ao longo do curso totalizando um mínimo de 195cento e noventa e cinco) horas.

Parágrafo único – cabe ao aluno responsabilizar-se pelo cumprimento das horas no sentido de buscar de modo autônomo e independente a participação em atividades livres obedecendo às normas deste regulamento.

Art 87. Os alunos devem participar de, no mínimo, 03 (três) tipos de atividades diferentes para que possam diversificar sua possibilidade de aprendizagem em espaços distintos.

Art 88. Os tipos de atividades, os critérios de pontuação e os requisitos documentais de comprovação encontram-se no anexo 03 (três) deste regulamento.

Título VII

Da avaliação e reformulação do PPC do Cursos Estudos

Art. 89. A implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia do CAP-UERN realizada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) que é uma Comissão Permanente de caráter propositivo, consultivo e executivo vinculado ao Departamento Acadêmico, criado pela Resolução, nº 59/2013-CONSEPE (UERN, 2013).

Art. 90. O NDE irá formular o Projeto Pedagógico do Curso - PPC, estabelecendo os seus princípios norteadores, definindo seu currículo, suas estratégias metodológicas e o perfil do profissional egresso, conforme as demandas que forem surgindo no curso e na sociedade;

Art. 91. A Comissão Permanente do NDE deve ser eleita em plenária do Departamento, conforme a Resolução, nº 59/2013-CONSEPE (UERN, 2013) e, necessariamente seus membros, terão que pertencer ao quadro de professores efetivos da UERN, com o mínimo de três anos de atividade no curso e em regime de tempo integral.

Art. 92. A comissão do NDE é composta por:

- I- O Chefe do Departamento ou Coordenador do Curso; preferencialmente.
- II –O Orientador Acadêmico do Curso;
- III- O Coordenador de Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso;
- IV -No mínimo, dois professores do Curso que não exerçam função administrativa, sendo um para assumir a coordenação do NDE e outro a vice coordenação;

Das Disposições Gerais

Art 93. O presente regulamento entra em vigor na data de publicação da Resolução de sua aprovação e seus efeitos de aplicação obrigatórios para os estudantes ingressantes a partir do primeiro semestre letivo de 2022.

Art 94. Os casos omissos deste regulamento serão resolvidos pela plenária do Departamento de Educação, cabendo recurso às instâncias imediatamente

superiores.

10 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO

Com a finalidade de acompanhar a execução do PPC e de acordo com a legislação vigente a Faculdade de Educação compôs o Núcleo Docente Estruturante – NDE de acordo com a Resolução Nº 59/2013 – CONSEPE/UERN, com o objetivo de acompanhar e avaliar o Projeto Pedagógico do Curso.

A função do NDE não se confunde com atividades de ordem burocrática, embora esse aspecto permeie todas as ações propostas. Além das atribuições definidas na Resolução 59/2013, o Departamento de Educação, incumbe-se também de:

- Mobilizar todos os integrantes do Departamento de Educação para a necessária apreensão e efetivação desta proposta pedagógica;
- Propor parceria de trabalho entre o Departamento de Educação e campos de Estágio;
 - Provocar vínculos de pesquisas entre a prática formativa, o Curso de pós-graduação latosensu e os Grupos de Pesquisa do Departamento de Educação;
- Divulgar resultados avaliativos e experienciais da implementação curricular;
 - Propor o aperfeiçoamento da proposta curricular, à medida que possíveis deficiências foremsurgindo.

Considerando o momento vivido na Pandemia da COVID-19 em 2020 que atacou o mundo, onde as organizações sanitárias exigiram o isolamento social da população, se tornando um problema para as instituições educacionais que não estavam preparadas legal e pedagogicamente para enfrentar a realidade. A UERN, assim como muitas instituições aderiram ao ensino na modalidade remota que se apropria do uso das tecnologias síncronas e assíncronas para desenvolver as aulas.

Diante desta situação, o Departamento de Educação deixa claro neste PPC que essa modalidade de ensino se tornou uma alternativa para outras situações de emergência que venham ocorrer que afete a segurança e integridade da vida dos seus funcionários e alunos.

Além disso, o Departamento acadêmico, a partir do exercício do ensino remoto, encontra a possibilidade de continuar trabalhando após a pandemia com 8,5% de sua

carga horária que é formada pelos componentes curriculares: Seminário Temático ensinar e aprender I, II, e III e Práticas Pedagógicas I, II e III que computam 300 horas aulas e nem sempre tem espaço no horário noturno para ser realizados. Tendo em vista que a maioria dos alunos do curso de Pedagogia são trabalhadores e nem sempre tem tempo de frequentar o Campus Avançado de Patu durante o dia e nem aos sábados, o ensino remoto é o meio mais adequado para a realização das aulas dos referidos componentes curriculares. Assim, somente o último encontro para encerramento destas atividades deve ser realizado de forma presencial.

No ensino presencial, cada docente realiza o planejamento e apresenta no início do semestre letivo em reunião do NDE. É um momento em que todos os docentes tomam conhecimento, agenda atividades extra sala de aula e contribuem com as propostas dos colegas. É um momento de trabalho coletivo e participativo, em que os ajustes da metodologia de cada componente curricular são realizados para que o ensino se realize da melhor maneira possível.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.A.S. *et alii*. Diretrizes curriculares do curso de Pedagogia: disputas de projetos no campo da formação do profissional da Educação. In. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, pp. 819-842, out. 2006. <Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>>.

ANASTASIOU, L. G. C. **Propostas curriculares em questão: saberes docentes e trajetórias de formação**. Recife: Anais do XIII ENDIPE, CD-ROM, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Cursode Pedagogia, licenciatura**. Brasília, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201... Brasília: CNE/CP, 2018.

Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 02 de dezembro de 2019**. Define asDiretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da EducaçãoBásica (BNC-Formação). Brasília: CNE/CP, 2019. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>> Acesso em: 20set. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Base é a Base. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>Disponível em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

BRAZ, Anadja M. Gomes. **Teorias implícitas dos estudantes de Pedagogia sobre a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Natal: Tese de doutorado, 2006.

BRAZ, Anadja M. Gomes. **O processo formativo do Curso de Pedagogia na UERN:representações dos egressos de 2006.1**. Mossoró: texto digitalizado, 2007.

CALAZANS, Julieta (Org.). **Iniciação científica**: construindo o pensamento crítico. 2ª ed.São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, Maria Cleide R. Dantas de; SANTOS, Mirza Medeiros dos. Projeto político- pedagógico do curso de Farmácia: os caminhos da mudança. In: CABRAL NETO, Antônio. **Flexibilização curricular: cenários e desafios**. Natal: EDUFRRN, 2004. p. 71-94.

CHARLOT, Bernard. **L'école et le territoire**: nouveaux espaces, nouveaux enjeux. Paris: A.Colin, 1994.

CHARLOT, Bernard. **Les sciences de l'éducation**: Un enjeu, um défi. Paris: ESF Éditeur, 1995.

CORREIA, José Alberto. **Para uma teoria crítica em educação**: contributos para uma recentificação do campo educativo. Porto: Editora Porto, 1998. CORREIA, José Alberto. **Linhas gerais para uma reflexão em torno da problemática das relações entre educação e desenvolvimento local**. Porto: 1998 (Mimeo).

COSTA, Maria Antonia Teixeira. **O Curso de Pedagogia**: representações de alunos e alunas do semestre letivo de 2003.1. Mossoró: texto digitalizado, 2007.

DE FRANCO, Augusto. **A Revolução do Local**: Globalização, globalização, localização. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED), 2003.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

ESTEVÃO, Carlos Alberto. Gestão educacional e formação. In: MACHADO, Lourdes Marcelino; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (orgs.). **Política e gestão da educação**: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 83-106.

FAZENDA, Ivani C, Arantes (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXIN**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERNANDES, Aldo Gondin (Org.) **Plano de Desenvolvimento Institucional** - Projetando o futuro da universidade: 2016/2026 / Universidade do Estado do Rio Grande do Norte: Mossoró – RN, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e terra,

1979. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e terra, 1981.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 2001.

GARCIA, T. C. M.. Formação de professores: os ossos desse ofício. In SILVA, Camilo Rosa (Org.). **Ensino de português: demandas teóricas e práticas**. João Pessoa: Idéia, 2007.

GRACIANI, Stella. **Comunidade educativa e ações transformadoras**. Mesa redonda coordenada por Ricardo Costa Galvanezi. Congresso Educação e transformação social 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida; RODRIGUES, Marli de Fátima. **As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia**: uma expressão da epistemologia da prática. In: SILVA, Aida Maria Monteiro et al (Orgs). ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO: Novas Subjetividades, Currículo, Docência e Questões Pedagógicas na Perspectiva da Inclusão Social, Recife: ENDIPE, 2006. p.185-212.

LIBÂNEO, José Carlos. **A organização e gestão da escola**: Teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Diretrizes Curriculares da Pedagogia** – um adeus à Pedagogia e aos Pedagogos? . In: SILVA, Aida Maria Monteiro et al (Orgs). ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO: Novas Subjetividades, Currículo, Docência e Questões Pedagógicas na Perspectiva da Inclusão Social, Recife: ENDIPE, 2006. p.213-242.

LUCARELLI, Elisa. Enseñar y aprender em la universidad: la articulación teoría-práctica como eje de la innovación el aula universitaria. In. CANDAU, Vera Maria. **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MABILEAU, Albert. **A la recherche du local**. Paris: L'Harmattan, 1993.

MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (Orgs). **Universidade: Políticas, Avaliação e Trabalho Docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

MATOS, K. S. L.; VIEIRA, S. L. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo**: democracia e patrimonialismo. Campinas, SP:FE/UNICAMP, 2000.

MEDEIROS, Arilene Maria Soares de. Formação de professores sob a perspectiva da teoria crítica e das políticas educacionais. In: **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, ano 8, n.11, jan.-jun, 2005, p.195-210.

MELO, Márcia Maria de Oliveira. **Pedagogia e Curso de Pedagogia**: riscos e

possibilidades epistemológicas face ao debate e às novas Diretrizes Curriculares Nacionais sobre esse curso. In: SILVA, Aida Maria Monteiro et al (Orgs). ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO: Novas Subjetividades, Currículo, Docência e Questões Pedagógicas na Perspectiva da Inclusão Social, Recife: ENDIPE, 2006. p.243-276.

MONEREO, Carles; POZO, Juan I. **A Prática de Assessoramento Educacional**. PortoAlegre: Artmed, 2007.

NASCIMENTO, Débora M.; OLIVEIRA, J. Aldacéia; ANDRADE, M. Edgleuma. **A reestruturação do projeto político-pedagógico do curso de pedagogia do CAMEAM/UERN no contexto das novas diretrizes curriculares para este curso**.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação. In. OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. *et alii* (Orgs.). **Pedagogia(s) da infância**: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. pp. 13-36.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre, Artmed, 2002.

RIBEIRO, Mayra R. Fernandes. **Formação de Professores no curso de Pedagogia daUERN**: tecendo caminhos. Mossoró: texto digitalizado, 2007.

ROCHA, Vanja M. L. Correia. **O Curso de Pedagogia**: representações de alunos e alunas do semestre letivo de 2003.1. Pau dos Ferros: texto digitalizado, 2007.

ROCHA, Vanja M. L. Correia. **A leitura dos planos de ensino de História e Geografia**: a (in)definição dessas áreas no I e II ciclos do Ensino Fundamental. Pau dos Ferros: texto digitalizado, 2006.

RODRIGO, Maria José. Do cenário sociocultural ao construtivismo episódico: uma viagem ao conhecimento escolar mediante as teorias implícitas. In: RODRIGO, Maria José; ARNAY, José (Org.). **Conhecimento cotidiano, escolar e científico**: representação e mudança. São Paulo: Ática, 1998.

RODRIGUES, Ângela; ESTEVES, Manuela. **A análise de necessidades na formação de professores**. Porto: Porto Editora, 1993, p.21.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. São Paulo: Cadernosde Pesquisa, v.37, n.130, jan/abr. 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A produção do conhecimento na universidade: ensino, pesquisa e extensão. In: **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, UMESP, ano 7, n.10, p. 15-41, jul.-dez, 2004.

SGUISSARDI, Valdemar. A Universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: SEVERINO, Antônio Joaquim. A produção do conhecimento na universidade: ensino, pesquisa e extensão. In: **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, UESP, ano 7, n.10, p. 15-41, jul.-dez, 2004.

SILVA, Antonia Sueli. **A mediação pedagógica e práticas docentes**: um estudo das representações sociais na formação do pedagogo. Patu: texto digitalizado, 2007.

TERRIEN, J. A Natureza Reflexiva da Prática Docente: Elementos da Identidade Profissional e do Saber da Experiência Docente. **Educação em Debate** (UFC), UFC, Fortaleza, v. 19, n.33, p. 5-13, 1997.

TERRIEN, J.; TERRIEN, A. T. S. . Cultura docente e gestão pedagógica: a racionalidade prática dos saberes do saber-fazer. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n.150-151,p. 42-51, 2000.

TERRIEN, J. ; LOIOLA, Francisco Antônio ; MAMEDE, Máira Araújo . Gestão moral da matéria e autonomia no trabalho docente. In: ROMANOWSKI, J.P; MARTINS, P.L.O.;JUNQUEIRA, S.R.A.. (Org.). **Conhecimento local e conhecimento universal**: a aula, aulas nas ciências naturais e exatas, aulas nas letras e artes. Curitiba: Champagnat, 2004, v. 3, p. 43-56.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN). **Resolução nº 059/2013**-CONSEPE que cria e Regulamenta o Núcleo Docente Estruturante - NDE dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Mossoró- RN: CONSEPE, 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN). **Resolução nº 033/2020**-CONSEPE de 26 de agosto de 2020. Cria e aprova o Laboratório de Pesquisa, Extensão e Ensino -LAPEF do Curso de Pedagogia do Campus Avançado de Patu e aprova seu regimento. Mossoró-RN: CONSEPE, 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN). **Resolução nº045/2012**-CONSEPE. Aprova as Normas de Capacitação Docente da UERN e revoga aResolução nº 47/2010-CONSEPE. Mossoró-RN: CONSEPE, 2012.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CONSEPE. **Resolução nº 25/2017** que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Mossoró-RN: CONSEPE, 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE(UERN). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CONSEPE. **Resolução N.º 27/2014** - Estabelece normas para a Atividade Curricular em Comunidade-ACC como componente curricular optativo na forma dedisciplina dos currículos dos cursos de graduação da UERN, e altera a

Resolução nº 27/2004- CONSEPE que cria a Atividade Curricular em Comunidade- ACC. Mossoró-RN: CONSEPE, 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE(UERN). Conselho de

Ensino, Pesquisa e Extensão-CONSEPE. **Resolução N.º 26/2017** – Aprova Regulamento de Cursos de Graduação da UERN e revoga a Resolução nº 04/2014- CONSEPE. Mossoró-RN: CONSEPE, 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE(UERN). Conselho de

Universitário -CONSUNI. **Resolução N.º 34/2016** – Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, paravencimento 2016/2026. Mossoró-RN: CONSEPE, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VYGOTSKY, L. **Estudos sobre a História do Comportamento**, Porto Alegre: Artmed, 1997.

ZABALZA, H. A. **Planificação e desenvolvimento curricular na escola**. Lisboa: ASA, 1998.

ZEICHNER, K. M. Formando professores reflexivos para a educação centrada no aluno: possibilidades e contradições. In: BARBOSA, R. L. L. (org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2003.